

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE MEDICINA



CRIMES CONTRA ANIMAIS DE COMPANHIA
PERCEÇÃO, TIPIFICAÇÃO E RELAÇÃO COM OUTROS ILÍCITOS PENAIIS
EM MEDICINA VETERINÁRIA FORENSE

ANABELA DE SOUSA SANTOS DA SILVA MOREIRA

Orientador: Professor Doutor Jorge Costa Santos

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de
Mestre em Medicina Legal e Ciências Forenses

2017

A impressão desta dissertação foi aprovada pelo Concelho Científico da Faculdade de Medicina de Lisboa em reunião de 23 de maio de 2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE MEDICINA



CRIMES CONTRA ANIMAIS DE COMPANHIA
PERCEÇÃO, TIPIFICAÇÃO E RELAÇÃO COM OUTROS ILÍCITOS PENAIIS
EM MEDICINA VETERINÁRIA FORENSE

ANABELA DE SOUSA SANTOS DA SILVA MOREIRA

Orientador: Professor Doutor Jorge Costa Santos

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de
Mestre em Medicina Legal e Ciências Forenses

Estudo suportado pelo CIISA-Centro Interdisciplinar de Investigação em Sanidade
Animal, Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade de Lisboa

2017

“If you have an apple and I have an apple and we exchange these apples then you and I will still each have one apple. But if you have an idea and I have an idea and we exchange these ideas, then each of us will have two ideas.”

George Bernard Shaw

Ao meu pai

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Costa Santos pela motivação, pelo interesse e pela eterna disponibilidade em ajudar nos momentos mais difíceis e desesperantes. Mas acima de tudo por acreditar em mim e na Medicina Veterinária Forense.

Aos meus colegas, companheiros e amigos de *viagem*, desde o ido ano de 2011 quando finalmente decidimos fazer nascer a disciplina de *Ciências Forenses em Medicina Veterinária*, Belmira Carrapiço, Isabel Fonseca, José Ferreira da Silva, Deolinda Simões, Teresa Rebelo e Paula Ferreira. E aos que se juntaram depois Graça Pires, Hugo Pissarra, Joana Menezes e José Meireles.

À Belmira, uma linha mais para agradecer o companheirismo e amizade, a partilha de dores e alegrias, os empurrões quando a vontade é de parar, as muitas horas de desabafos e gargalhadas. São quase 30 anos de cumplicidades dentro e fora do trabalho e o caminho tem sido muito melhor por o partilhar contigo.

Ao Tenente-Coronel Silva Vieira (SEPNA/GNR) e às Dras. Eunice Marcelino e Ana Rita Andrade (DIAP-Setúbal), agradeço as longas conversas e discussões que foram, sem dúvida, um inestimável contributo para o meu crescimento profissional. Mas acima de tudo agradeço a compreensão, a amizade e a boa disposição.

To Melinda Merck for being an inspiration since the day that I first saw her book and, later, for the talks about forensics with the *probie* (and yes, I still have the black candy of the mock trial!). Today there are more than forensics and I cherish the friendship.

À minha família uma palavra muito especial de amor, carinho e saudade. Aos meus pais que apoiaram esta aventura, embora tu, pai, não tenhas conseguido acompanhá-la até ao fim. Ao meu marido e aos meus filhos, que continuam a resistir estoicamente a todas as provas académicas que passam na minha vida! Ao meu cunhado, que qualquer dia é mais veterinário que psicólogo.

Muitos agradecimentos ficam por fazer, pois muitas pessoas contribuíram, de algum modo, para a conclusão deste trabalho. A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

Desde a aprovação da Lei 69/2014, de 29 de Agosto, que criminaliza os maus-tratos e abandono de animais de companhia, introduzindo no Código Penal o VI Título *Dos Crimes contra Animais de Companhia*, assiste-se ao debate de conceitos e termos utilizados neste domínio, nomeadamente maus-tratos, abandono, dor e sofrimento. Face ao novo paradigma, reconhece-se a necessidade de encontrar uma linguagem harmonizada e uma súpula de conhecimentos sobre alguns aspetos em que a lei repousa, contribuindo para uma eficaz atuação dos médicos veterinários na vertente forense da Medicina Legal Veterinária

É atualmente reconhecido o elo existente entre os maus-tratos sobre animais e sobre pessoas, nomeadamente no âmbito da violência doméstica. Entende-se que uma visão abrangente dos maus tratos e da violência, onde se inclui os animais e os médicos veterinários, poderá trazer benefícios à sua prevenção.

Com o estudo realizado pretendeu-se saber, através de questionário, como é que os maus-tratos sobre animais de companhia são percecionados e reconhecidos pelos médicos veterinários portugueses, bem como as suas atitudes e crenças relativas a esta temática e ao elo com os maus-tratos sobre pessoas. Concluindo-se que a maioria dos respondentes já assistiu casos de maus-tratos sobre animais e, embora sintam um forte dever ético de intervir ativamente, consideram que o seu conhecimento e capacidades nesta área ainda não são as adequadas. Concluiu-se ainda que, embora reconhecendo o elo existente, se sentem menos confortáveis a intervir no caso de maus tratos sobre pessoas, muito devido à falta de conhecimentos de como oferecer ajuda.

Estas conclusões, em linha com as obtidas em estudos noutros países, alertam para a necessidade de desenvolver e providenciar aos médicos veterinários instrumentos para uma mais eficaz intervenção nesta área.

Palavras-chave: Medicina Veterinária Forense, Criminalização, Maus Tratos, Animais de Companhia, Violência Doméstica

ABSTRACT

Since the adoption of the act Lei 69/2014 of 29th August, which criminalizes the mistreatment and abandonment of companion animals, introducing in the Penal Code the Title VI, *Crimes against companion animals*, that concepts and terms used in this field have been brought to the debate, notably mistreatment, abandonment, pain and suffering. In view of the new paradigm, it is recognized the need to find a harmonized language and a summary of knowledge about some aspects of the law, contributing to an effective action of veterinarians in the forensic branch of Veterinary Legal Medicine.

It is currently recognized the link between animal and human abuse, particularly in the context of domestic violence. It is understood that an overall view of mistreatment and violence, that includes animals, can benefit its prevention.

The purpose of this study was to survey how mistreatment of companion animals is perceived and recognized by Portuguese veterinarians, as well as their attitudes and beliefs concerning this issue and its link with human abuse. It was found that the majority of respondents have witnessed cases of mistreatment of animals and, although they felt a strong ethical duty to intervene actively, they consider that their knowledge and skills in this area are not yet adequate. It was also concluded that, while recognizing the existence of a link between animal and human abuse, they felt less comfortable about issues of human abuse, much due to their lack of knowledge on how to offer help.

These conclusions, in line with ones drawn in studies carried out in other countries, extend our awareness of the need to develop and provide veterinarians with tools for a more effective intervention in this area.

Keywords: Forensic Veterinary Medicine, Criminalization, Mistreatment, Companion Animals, Domestic Violence

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	I
Resumo e Abstract	II
Índice geral	IV
Índices de Tabelas, Figuras e Gráficos	V
Lista de abreviaturas	VI
1. Introdução	1
2. Maus-Tratos sobre Animais de Companhia – Conceitos e Tipos	4
2.1. Animais, Animais Domésticos e Animais de Companhia	5
2.2. Maus-Tratos, Abuso, Crueldade, Negligência e Abandono	13
2.3. Dor, Sofrimento e Maus-Tratos Físicos	20
2.3.1. Dor	21
2.3.2. Sofrimento	28
2.3.1. Maus-Tratos Físicos	39
3. Ligação entre os crimes contra animais de companhia e os crimes contra pessoas	54
4. Perceção dos Médicos Veterinários sobre Maus-Tratos	68
4.1. Notas Introdutórias	68
4.2. Objetivos do estudo	71
4.3. Material e Métodos	72
4.4. Resultados e Discussão	74
4.5. Conclusões	104
5. Considerações Finais e Perspetivas Futuras	107
6. Referências Bibliográficas	110
7. Anexos	120
Anexo I - Tabelas adaptadas de avaliação de temperatura e salubridade	120
Anexo II – Questionário	123

ÍNDICES DE TABELAS, FIGURAS e GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 1 – Indicadores fisiológicos de dor	24
Tabela 2 – Indicadores comportamentais de dor	25
Tabela 3 – Modelo dos Cinco Domínios do bem-estar	36
Tabela 4 – Tipologia do abuso de animais de companhia	41
Tabela 5 – Fatores a incluir no Índice de Suspeição	69
Tabela 6 – Dados Demográficos (Género, Idade, data do Grau, Zona)	75
Tabela 7 – Distribuição por Distrito	76
Tabela 8 – Distribuição por Atividade	77
Tabela 9 – Distribuição por Tipo de Animais	78
Tabela 10 – Distribuição por Tipo de Estrutura	78
Tabela 11 – Frequência da estimativa de casos de maus-tratos	80
Tabela 12 – Lesões identificadas	82
Tabela 13 – Lista comparativa de lesões ordenada por frequência	84
Tabela 14 – Frequência relativa de observação de maus-tratos por espécie	85
Tabela 15 – Espécies mais frequentemente sujeitas a maus-tratos	85
Tabela 16 – Frequência de sinais de alerta que aumentam o Índice de Suspeição	87
Tabela 17 – Conhecimento da identidade do agressor	88
Tabela 18 – Perceção de maus-tratos sobre outros membros do núcleo familiar	89
Tabela 19 – Lista de atitudes perante maus-tratos sobre animais e outros membros do núcleo familiar	91
Tabela 20 – Atitudes perante maus-tratos sobre animais	92
Tabela 21 – Atitudes perante maus-tratos sobre pessoas do núcleo familiar	93
Tabela 22 – Causas de relutância em denunciar maus-tratos sobre animais	97
Tabela 23 – Crenças perante os maus-tratos sobre animais	100
Tabela 24 – Crenças perante os maus tratos sobre outros membros do agregado familiar	102

FIGURAS

Figura 1 – Distribuição relativa de espécies no Reino <i>Metazoa</i> e no Filo <i>Chordata</i>	7
Figura 2 – Princípios de bem-estar e relação com a qualidade de cuidados	37

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por Género	75
Gráfico 2 – Distribuição por Idade	75
Gráfico 3 – Distribuição por Zona	75
Gráfico 4 – Distribuição por Distrito	76
Gráfico 5 – Frequência da estimativa de casos de maus-tratos	80
Gráfico 6 – Lesões identificadas	82
Gráfico 7 – Frequência de sinais de alerta que aumentam o Índice de Suspeição	87
Gráfico 8 - Atitudes perante maus-tratos sobre animais	92
Gráfico 9 - Atitudes perante maus-tratos sobre pessoas do núcleo familiar	93
Gráfico 10 – Comparação da concordância com as atitudes perante maus-tratos	95
Gráfico 11 - Causas de relutância em denunciar maus-tratos sobre animais	98
Gráfico 12 - Crenças perante os maus-tratos sobre animais	100
Gráfico 13 - Crenças perante os maus-tratos sobre outros membros do agregado familiar	103

LISTA DE ABREVIATURAS

APA – American Psychiatric Association

CoL – Catalogue of Life

DSM-5 – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais

LNA – Lesões Não Acidentais

1. INTRODUÇÃO

Apesar da grande variedade cultural, que se traduz em diferentes atitudes perante os animais¹, é geralmente reconhecido que o Homem tem a obrigação ética de respeitar todos os seres vivos pelo seu valor intrínseco, independentemente do uso ou proveito que deles possa obter.

Esse reconhecimento tem sido, ao longo das últimas décadas, traduzido na elaboração de normativos legais internacionais, regionais e nacionais, abrangendo áreas temáticas diversificadas e distintas que vão desde a proteção da biodiversidade, de *habitats* naturais e de espécies ameaçadas ou em vias de extinção até à implementação de medidas de bem-estar para animais de interesse pecuário durante a produção, o transporte e a occisão ou o abate.

Não obstante a profusão legislativa, os animais domésticos ditos de companhia, só mais recentemente, relativamente aos de produção e selvagens, começam a ser objeto de normas legais. Embora diversos países, nomeadamente europeus, tenham desenvolvido quadros legais nacionais de proteção a animais de companhia, só em 1987, o Conselho da Europa finalizou o texto da Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, que foi aprovado e ratificado em 1993 por Portugal (Decreto nº 13/93, de 13 de Abril) e que é aplicado no território nacional através do Decreto-Lei nº 276/2001, de 17 de Outubro, e sucessivas alterações, com a última redação dada pelo Decreto-Lei nº 260/2012, de 12 de Dezembro. Do articulado, realça-se a proibição de todas as violências contra os animais com o intuito de infligir

¹ Por razão de simplicidade o termo “animal” ou “animais”, que inclui o Homem, será empregue ao longo do texto como sinónimo de animal não humano.

a morte, o sofrimento ou lesões, sendo as contraordenações puníveis com coima.

É já depois da ratificação da Convenção Europeia que Portugal introduz no seu quadro legislativo a Lei nº 92/95, de 12 de Setembro, sobre Proteção aos Animais, sem contudo a regulamentar.

Durante o ano de 2013 assistiu-se em Portugal a diversas iniciativas focadas na proteção e bem-estar animal, culminando com a aprovação, em 2014, da Lei nº 69/2014, de 29 de Agosto, que criminaliza os maus-tratos e abandono de animais de companhia, introduzindo no Código Penal² as disposições contidas no VI Título “Dos Crimes contra Animais de Companhia”. A produção legislativa continuou em 2015 com a Lei nº 110/2015, de 26 de Agosto, que estabelece o quadro de penas acessórias aplicáveis aos crimes contra animais de companhia, e em 2016 é publicada a Lei nº 27/2016, de 23 de Agosto, que aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população. Já no ano de 2017 é introduzida a alteração ao Código Civil (Lei nº 8/2017, de 3 de Março), que estabelece um estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade, que apesar não reconhecer personalidade jurídica ao animal, vem criar uma figura jurídica diferente de “coisa inanimada”, baseada na existência de um direito difuso. Para além dos diplomas citados, estão em vigor em Portugal outras peças legislativas que, direta ou indiretamente, se relacionam com os animais de companhia sem no entanto se focarem especificamente no seu bem-estar.

² Na elaboração desta Dissertação foi utilizada a 42ª versão do Código Penal, instituído pelo Decreto-Lei 48/95, de 15 de Março, consolidada a 3 de Março de 2017 e disponível em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34437675/view?w=2017-03-03>

Independentemente da norma legal em vigor em cada país tornou-se evidente que os crimes contra os animais, particularmente contra os animais de companhia, podem extravasar a esfera do ato em si e existir em simultâneo com outro tipo de violência nomeadamente a interpessoal, a doméstica, sobre crianças e sobre idosos. Esta ligação, cada vez mais suportada cientificamente, faz com que, em alguns países, os maus-tratos a animais comecem a ser vistos pelas autoridades como um fator de risco ou possível indicador de outro tipo de violência levando, inclusivamente, à colaboração entre diversas entidades com o objetivo de cruzarem informação entre si.

O reconhecimento de maus-tratos sobre animais de companhia nem sempre é imediato ou fácil, quer para as autoridades quer para os médicos veterinários, concorrendo para isso vários fatores, nomeadamente a perceção da sua ocorrência. A este fato acresce ainda, sob o ponto de vista formal, o conceito aparentemente pouco claro de maus-tratos e até mesmo alguma ambiguidade na caracterização do objeto, ou seja do animal.

O fato da maior parte da legislação de proteção dos animais de companhia ser muito recente em Portugal não deve ser visto apenas como uma desvantagem ou algo negativo quando comparado com outros países que há mais ou menos tempo têm enquadramentos legais semelhantes, mas também como uma oportunidade de ultrapassar mais rápida e eficientemente os obstáculos que necessariamente se apresentam e continuarão a apresentar.

2. MAUS-TRATOS SOBRE ANIMAIS DE COMPANHIA – CONCEITOS E TIPOS

Em Portugal desde o aditamento ao Código Penal do VI Título *Dos crimes contra animais de companhia*, que criminaliza os maus-tratos e o abandono através dos seus artigos 387^{o3} e 388^{o4} respetivamente, que se tem discutido o conceito de maus-tratos, o de abandono e até mesmo o de animal de companhia, apesar deste último estar definido no artigo 389^{o5} do mesmo diploma.

Os conceitos e termos utilizados neste domínio têm sido, e continuam a ser, alvo de debate internacional. O tema, dado poder ser abordado por diferentes vertentes - científica, técnica e/ou legal - ou talvez por causa disso, traz para a discussão a sensibilidade ou necessidade específica de cada indivíduo ou entidade que o discute, perdendo-se por vezes de vista a verdadeira dimensão do bem-estar dos animais que se pretende proteger.

Adjacente à aparente indefinição destes conceitos, existe ainda a caracterização legal de maus-tratos, constante no artigo 387^o do Código Penal, que se fundamenta também na existência de dor e sofrimento que, pela natureza do próprio animal, nem sempre é fácil de avaliar, embora seja talvez a melhor opção para o seu enquadramento.

³ Artigo 387^o - Maus tratos a animais de companhia

1 — Quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos a um animal de companhia é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias.

2 — Se dos fatos previstos no número anterior resultar a morte do animal, a privação de importante órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção, o agente é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.

⁴ Artigo 388^o - Abandono de animais de companhia (Código Penal, 2017)

Quem, tendo o dever de guardar, vigiar ou assistir animal de companhia, o abandonar, pondo desse modo em perigo a sua alimentação e a prestação de cuidados que lhe são devidos, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 60 dias.

⁵ Artigo 389^o - Conceito de animal de companhia (Código Penal, 2017)

1 — Para efeitos do disposto neste título, entende-se por animal de companhia qualquer animal detido ou destinado a ser detido por seres humanos, designadamente no seu lar, para seu entretenimento e companhia.

2 — O disposto no número anterior não se aplica a fatos relacionados com a utilização de animais para fins de exploração agrícola, pecuária ou agroindustrial, assim como não se aplica a fatos relacionados com a utilização de animais para fins de espetáculo comercial ou outros fins legalmente previstos.

2.1. ANIMAIS, ANIMAIS DOMÉSTICOS E ANIMAIS DE COMPANHIA

Quando se fala em “animais” parece não haver grande dúvida acerca do que o termo significa biologicamente. Não se dirá que um tomate, uma rosa ou um sobreiro são animais e não haverá dúvida em classificar como tal uma formiga, um mocho ou uma zebra. No entanto, como refere Neves (2016), biologicamente são todos animais, mas nem todos são juridicamente iguais.

Não sendo o objetivo deste trabalho a caracterização biológica de *animal*, importa no entanto perceber algumas características que tornam alguns grupos de animais objeto de legislação específica em detrimento de outros.

Embora a descrição das “*coisas vivas*” remonte à Antiguidade⁶, apenas em meados do século XVIII, em 1735, Carl Linnaeus (Linnaeus *et al.*, 1964), propõe uma classificação sistemática dos “*objetos naturais*”⁷ em três Reinos: o Mineral que incluía os “*corpos naturais*” que crescem, o Vegetal, os que crescem e vivem, e o Animal os que crescem, vivem e sentem⁸, sendo curioso perceber que era precisamente a capacidade de sentir que diferenciava este grupo dos demais.

Esta classificação foi há muito abandonada, mercê da evolução do conhecimento, desde a teoria da evolução de Darwin à informação coligida nos estudos de ultra estrutura, imunocitoquímica e sequenciação genética (Nielsen, 2012b). Este manancial de informação não levou à cristalização da classificação dos seres vivos mantendo-se uma atualização dinâmica (Ruggiero *et al.*, 2015), podendo resultar na inclusão ou exclusão de espécies

⁶ Aristóteles (384–322 ac) *Historia Animalium* e Theophrastus (371 – 287 ac) *Historia Plantarum*

⁷ *Systema Naturæ per regna tria naturæ secundum classes, ordines, genera, species cum characteribus, differentiis, synonymis, locis*,

⁸ Tradução de “*feeling*” da edição inglesa

em determinado grupo consoante novas informações que vão sendo recolhidas.

Até 2016 foram contabilizadas no *Catalogue of Life* (CoL)⁹ (Roskov *et al.*, 2017) mais de um milhão e seiscentas mil espécies, das quais mais de um milhão e cem mil pertencem ao Reino *Metazoa*, anteriormente designado por *Animalia*. Deste modo, o termo *animal* aplica-se a uma imensidão de seres vivos com dramáticas diferenças entre si, quer a nível morfológico quer fisiológico, apesar de terem semelhanças suficientes para serem incluídos neste *taxon*¹⁰, nomeadamente serem multicelulares, com as células organizadas em unidades funcionais (tecidos, órgãos ou sistemas orgânicos), eucariotas¹¹, heterotróficos¹², diploides¹³ e com capacidade de se movimentar (Nielsen, 2012a).

O *taxon Metazoa (Animalia)* engloba a maioria das espécies existentes no planeta (68,3%)¹⁴, que se encontram distribuídas por trinta e cinco grupos¹⁵, os filos, estando no entanto a quase totalidade delas (98,6%) apenas em nove: *Annelida*, *Arthropoda*, *Chordata*, *Cnidaria*, *Equinodermata*, *Mollusca*, *Nematoda*, *Plathyhelminthes*, *Porifera*.

⁹ *Catalogue of Life* (CoL) <http://www.catalogueoflife.org/>

¹⁰ *Taxon* (no original latim) - categoria usada no sistema de classificação dos seres vivos. *Taxa* no plural.

¹¹ *Eucariotas* – seres formados por células que apresentam um núcleo individualizado delimitado por uma membrana e citoplasma organizado

¹² *Heterotrófico* – ser vivo que não consegue sintetizar o seu próprio alimento, necessitando de substâncias orgânicas fornecidas pelo ambiente

¹³ *Diploide* – organismo cujas células possuem duas cópias de cada cromossoma, designados por cromossomas homólogos

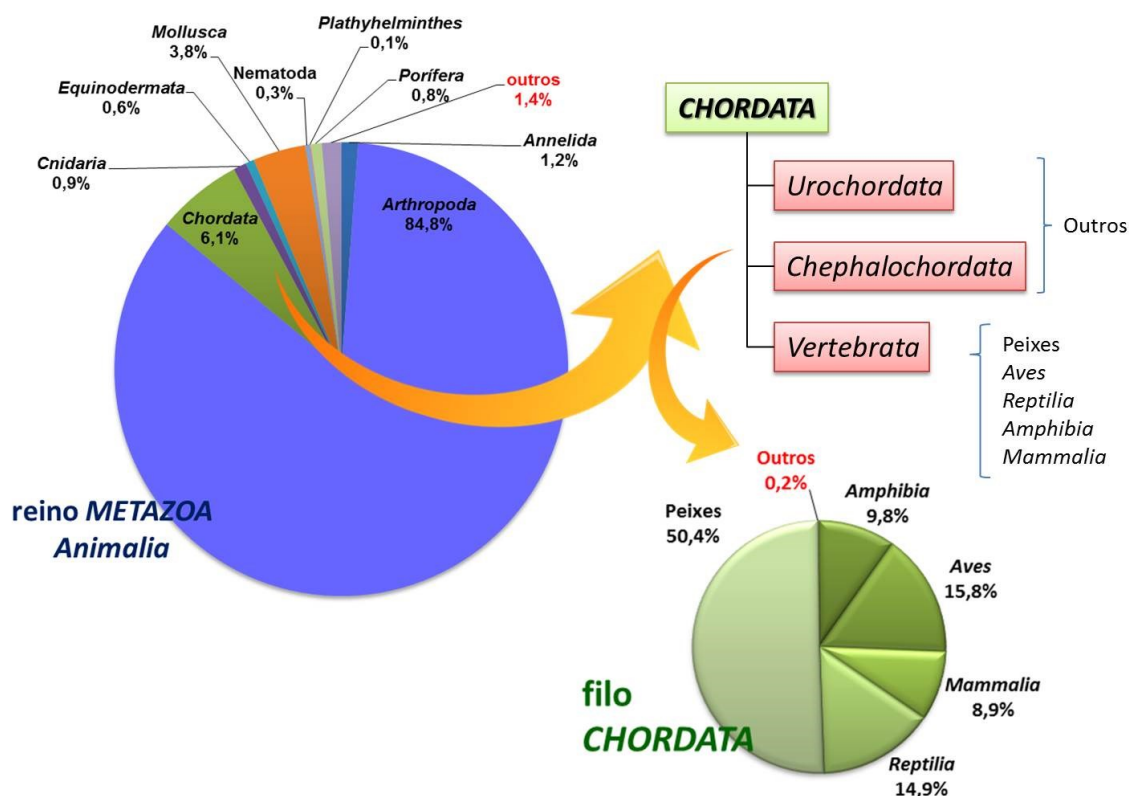
¹⁴ Todos os dados referentes ao número de espécies e sua distribuição pelos táxones foram retirados da base de dados *Catalogue of Life*.

¹⁵ Por se afastar do âmbito deste trabalho não são apresentadas exaustivamente nem discutidas as características embriológicas, estruturais, celulares, bioquímicas e genéticas que diferenciam os vários *taxa* e estão na base da Sistemática.

Na figura 1 é evidente a predominância do filo dos artrópodes que, para além das características comuns a todos os animais, distinguem-se dos restantes por possuírem o corpo protegido por um exosqueleto¹⁶.

O filo com maior representatividade, a seguir ao *Arthropoda*, é o *Chordata*. As espécies deste filo têm como características morfológicas comuns (1) um cordão nervoso dorsal, (2) uma estrutura tubular flexível (notocorda) ao longo do dorso, ventralmente ao cordão nervoso, (3) fendas ou bolsas faríngeas e (4) cauda pós-anal (Linzey, 2012). Estas características podem ser transitórias, estando presentes apenas numa fase específica do desenvolvimento, ou podem estar presentes durante toda a vida do animal.

Figura 1 – Distribuição relativa de espécies no Reino *Metazoa* e no Filo *Chordata*



¹⁶ São exemplos de animais deste filo os aracnídeos (aranhas, ácaros, escorpiões, carraças, etc.), os crustáceos (camarão, lagosta, sapateira, etc.), os insetos (moscas, escaravelhos, borboletas, etc.), os diplópodes (marias-café) e os quilópodes (centopeias).

Em muitos animais, nomeadamente nas espécies pertencentes ao subfilo *Vertebrata*, a notocorda regride durante o desenvolvimento embrionário sendo substituído por um endosqueleto axial (coluna vertebral) cartilágneo ou ósseo. Grande parte das espécies do subfilo *Vertebrata* possui um sistema nervoso desenvolvido e um sistema musculoesquelético que permite a movimentação e execução de movimentos complexos. Apesar das muitas características em comum, os vertebrados apresentam-se com uma enorme variedade de formas, estruturas e estratégias de sobrevivência e de reprodução, distribuindo-se por cinco grupos principais: peixes¹⁷, anfíbios, aves, mamíferos e répteis (Figura 1).

Apesar do termo “animal” ser corretamente aplicado a cada um dos indivíduos de cada uma das 1116652 espécies descritas e classificadas até 2016 no Reino *Metazoa*, é aos indivíduos do grupo dos vertebrados que, regra geral, se pensa quando se fala abstratamente em animais. No limite, qualquer norma legal que refira apenas animal ou animais, estará a referir-se a 68,3% das espécies de seres vivos do planeta, uma vez que o termo encerra em si uma característica da Biologia e não do Direito. Por isso há países em que o articulado de algumas normas legais respeitantes a animais refere-se especificamente aos vertebrados ou até mesmo apenas a alguns grupos de vertebrados em razão de lhes serem atribuídas uma maior capacidade de experienciar e mostrar dor e angústia (Ascione, 2001).

Há normas legais que têm como objetivo a proteção de todos os seres vivos, nomeadamente as relacionadas com a proteção do meio ambiente, ecossistemas e espécies particularmente vulneráveis, outras que têm como

¹⁷ Atualmente não existe o *taxon* peixes, mas sim as superclasses *Chondrichthyes* (peixes esqueleto cartilágneo) e *Osteichthyes* (peixes de esqueleto ósseo), sendo que alguns animais que vulgarmente são chamados de peixes não pertencem a nenhum destes *taxa*. Não sendo do âmbito deste trabalho discutir a Sistemática, recorrer-se-á ao termo vulgarmente utilizado.

objeto espécies animais, ou animais enquanto indivíduos, com os quais os seres humanos mantêm uma relação mais próxima. Segundo o levantamento efetuado por Oliveira (2016), a listagem de diplomas em vigor em 2015 em Portugal, direta ou indiretamente relacionados com animais, ascendia a 268, sendo 167 nacionais, 83 eurocomunitários e 18 internacionais.

A maior proximidade dos seres humanos com algumas espécies animais, devida principalmente à domesticação, está na origem de uma categorização não biológica tendo por base a utilidade e uso dos animais pelos humanos que, de modo grosseiro e para facilidade de nomeação, se podem dividir em domésticos e não-domésticos.

A principal diferença entre os ancestrais selvagens e os animais domésticos a que deram origem, é que estes tendo sido “criados” para satisfazer requisitos específicos (alimento, vestuário, trabalho, atividades lúdicas, etc.) ou caprichos, estão adaptados à guarda e cuidado contínuo dos humanos (Britannica, 2016), sendo esta adaptação que, em última análise e se mais nenhuma razão existisse, obriga o Homem ao cumprimento de deveres para com os animais que tem à sua guarda e cuidado.

Como curiosidade refere-se que a *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals* (RSPCA)¹⁸ e a *American Society for the Prevention of Cruelty to Animals* (ASPCA)¹⁹, duas das mais antigas organizações de proteção animal (fundadas em 1824 e 1866, respetivamente), constituíram-se tendo na base a reprovação da comunidade de práticas tidas como cruéis exercidas sobre animais domésticos, participando na elaboração de normas legais protetoras

¹⁸ “Our History”, disponível em <https://www.rspca.org.uk/whatwedo/howweare/history> último acesso a 26 de Março de 2017.

¹⁹ “ASPCA History: it started with a horse”, disponível em <http://goodnewsforpets.com/history-of-aspca-started-with-a-horse/>, ultimo acesso a 26 de Março de 2017.

primeiramente animais de produção e de carga e posteriormente de canídeos. De sublinhar também que a *New York Society for the Prevention of Cruelty to Children*²⁰, que se acredita ter sido a primeira organização de proteção infantil do mundo, foi fundada em 1874 no rescaldo do julgamento de maus-tratos sobre Mary Ellen McCormack, que, na ausência de leis de proteção infantil, foi promovido pela ASPCA.

De notar que, quando se aprecia a cronologia do estabelecimento de normas legais de proteção animal, as primeiras espécies que beneficiam de enquadramento legal são as espécies domésticas ditas de produção. O próprio conceito básico de bem-estar animal, atualmente aplicado a todas as espécies domésticas ou mantidas pelos seres humanos, as “Cinco Liberdades”²¹, teve a sua génese no *Report of the Technical Committee to Enquire into the Welfare of Animals kept under Intensive Livestock Husbandry Systems*, conhecido por *Brambell Report*, que, como o nome indica, focava-se nas espécies de produção em sistema intensivo²². Também a OIE (*World Organisation for Animal Health / Office International des Epizooties*), vocacionada para os animais de produção, reconhece as cinco liberdades como pilar fundamental do bem-estar dessa categoria de animais domésticos através da secção 7 do *Terrestrial Animal Health Code* (OIE, 2016).

O atual quadro normativo da União Europeia direciona-se, na sua generalidade, também para os animais de produção, não havendo normas europeias de proteção e bem-estar para os animais de companhia sendo

²⁰ “*Case Shined First Light on Abuse of Children*” disponível em <http://www.nytimes.com/2009/12/15/health/15abus.html>, último acesso em 26 de Março de 2017.

²¹ *Cinco Liberdades*: Livre de Fome e Sede; Livre de Desconforto; Livre de Dor, Lesões e Doenças; Livre para expressar o seu Comportamento normal; Livre de Medo e Angústia.

²² “*Five freedoms*” disponível em <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20121007104210/http://www.fawc.org.uk/freedoms.htm>, último acesso em 26 de Março de 2017.

esperado que esta situação possa vir a ser em breve modificada (Comissão Europeia, 2013b). Na *Conference on the welfare of dogs and cats in the EU*, realizada em Bruxelas em 2013 e organizada conjuntamente pela Comissão Europeia e pela Presidência do Conselho da União Europeia, foi consensual a necessidade de definição de princípios gerais de bem-estar e aplicação de indicadores de bem-estar em canídeos e felídeos (Comissão Europeia, 2013a).

A necessidade de normas específicas de proteção dos animais domésticos ditos de companhia emerge principalmente da natureza do vínculo entre eles e os seres humanos. No estudo realizado pela GFK em 2015 é estimado em 2 milhões (54%) os lares portugueses que possuem pelo menos um animal de companhia, sendo este considerado como um membro da família por aproximadamente 50% dos inquiridos e como um amigo por cerca de 25%. Com a ligação emocional a suplantar largamente a ligação funcional não é pois de espantar que se assista a uma exigência cada vez maior de um quadro legal consistente que proteja este grupo de animais aproximando-o, tendencialmente, das normas aplicáveis aos seres humanos.

No entanto, embora a maioria dos animais de companhia pertença a duas espécies (39% canídeos e 26,5% felídeos) (Marktest, 2014), outros animais podem ser tipificados como tal, nomeadamente pássaros e peixes (que perfazem 34,9% no estudo da Marktest (2014)), não esquecendo os denominados “Novos Animais de Companhia” em que se incluem roedores e répteis, podendo inclusivamente qualquer animal que normalmente tem uma função utilitária de produção ser também mantido como animal de companhia, como é o caso de caprinos, suínos, equinos, bovinos.

A diversidade de animais que os seres humanos podem deter como animal de companhia implica que a definição não seja fácil nem simples já que tem que ser tendencialmente abrangente, o que em algumas situações pode levantar questões sobre se um determinado espécime preenche os requisitos de animal de companhia para aplicação da lei.

Para efeitos de aplicação dos artigos 387º e 388º do Código Penal (crimes de maus-tratos e abandono, respetivamente), a definição do que deve ser entendido como animal de companhia é dado pelo artigo 389º, que estabelece que é qualquer animal detido ou destinado a ser detido por seres humanos, designadamente no seu lar, para seu entretenimento e companhia excluindo os animais utilizados para exploração agrícola, pecuária ou agroindustrial, e os animais utilizados para fins de espetáculo comercial ou outros legalmente previstos. Este é também o sentido da definição (sem as exclusões) do Decreto-Lei nº 260/2012, de 12 de Dezembro, que estabelece as normas legais da Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia.

O aspeto positivo é que não restringe a espécie, nem na inclusão nem nas exclusões. Paradoxalmente, esse é também um ponto negativo, pois ao estabelecer a função (entretenimento e companhia) pode excluir animais que, sendo da mesma espécie, por lhes ter sido atribuída fortuitamente outra função, pode ser entendido como não preenchendo a tipificação (e.g. cão pastor, cão de guarda). Sob outra perspetiva a caracterização espacial onde o animal é detido (lar), pode também levantar questões de interpretação e, mais uma vez, uma condição devida ao acaso pode excluí-lo (e.g. cão de caça que habite em canil distanciado do lar). Outros exemplos poderiam ser dados em que por virtude da tipificação não ser específica de espécie pode levar a

interpretações diferentes, tendo como consequência que, para um mesmo fato e resultado, a ação possa ou não ser passível de ser escrutinada legalmente.

Verifica-se ainda que o conceito de animal de companhia varia consoante o documento legal em apreço. Assim o Regulamento (CE) 1069/2009, que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano, em vigor em Portugal, define animal de companhia como qualquer animal que pertença a espécies normalmente nutridas e mantidas, mas não consumidas, por seres humanos para fins diferentes da pecuária. Percebe-se que nesta definição o atributo negativo é especificar a espécie. Não deixa, no entanto de ser interessante, verificar que este Regulamento introduz um outro tipo de animal, o de estimação: “(...) os animais criados para fins não agrícolas, tais como os animais de estimação, deverão ser classificados como animais de companhia”. Nesta norma, a diferenciação entre animal de companhia e de estimação, acaba por tentar colmatar o vazio que poderia existir entre o que vulgarmente se entende por animal de companhia *sensu stricto*, e um animal específico que, embora não partilhando o espaço físico ou as atividades diárias do núcleo familiar, poderá ter um valor estimativo que o afasta do animal de produção, ainda que pertença a uma espécie normalmente detida com esse objetivo.

2.2. MAUS-TRATOS, ABUSO, CRUELDADE, NEGLIGÊNCIA E ABANDONO

Na literatura internacional, maioritariamente de língua inglesa, a expressão *maus-tratos* (*Maltreatment* ou *Mistreatment*), aplicado aos animais, só recentemente começa a ser mais utilizada, sendo vulgar o uso, como sinónimo, dos termos *Abuso* e *Crueldade* (*Abuse* e *Cruelty*, respetivamente).

Esta utilização indistinta, principalmente do termo *crueidade*, tem vindo a ser discutida e criticada por vários autores, já que ao referir-se a um espectro alargado de circunstâncias e ser utilizado de modo inespecífico pode perder algum do seu poder (Rowan, 1999). Por outro lado se, como descritor, o termo *crueidade* incluir todos os atos de interação negativa que podem ser praticados sobre um animal, nomeadamente o abuso e a negligência, as conclusões dos estudos da relação entre este e outro tipo de crimes podem ser discrepantes e difíceis de comparar (Felthous & Kellert, 1987). Outro aspeto a ter em consideração é a inclusão desta temática na avaliação de algumas perturbações mentais, nomeadamente na Perturbação do Comportamento como descrita no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais DSM-5 (APA, 2013) em que a agressão a pessoas ou animais é uma das categorias, tendo como um dos critérios (A5) a manifestação de crueldade física para com os animais, que no entanto não é definida.

Embora em Portugal o uso indistinto dos termos não pareça acontecer, pelo menos de uma forma recorrente, a argumentação dos vários autores permite-nos, de certo modo, refletir sobre o significado de cada um deles na tentativa de encontrar respostas pragmáticas a questões levantadas pela entrada em vigor da lei que criminaliza os maus-tratos e abandono de animais de companhia, nomeadamente o que pode ou não ser considerado maus-tratos.

Sob o ponto de vista comum e geral, *maltratar* consiste em (1) tratar mal, agredir, (2) espancar, bater em, (3) danificar, estragar, (4) insultar, vexar (Infopédia, 2003-2017), enquanto *abusar* está descrito com sendo (1) fazer mau uso de, (2) exceder-se no uso de, (3) aproveitar-se de, (4) usar demasiado, (5) forçar ou maltratar sexualmente. Na mesma fonte é ainda

referido que *maus-tratos* é um “crime praticado por quem põe em risco a vida ou a saúde de pessoa ou animal que esteja sob a sua dependência, guarda ou confiança, privando-os de liberdades, garantias, alimentos e cuidados indispensáveis, ou exercendo sobre eles qualquer forma de violência (física ou psicológica)”, definição que, em termos leigos, sumariza os artigos 152º-A²³ e o já referido 387º do Código Penal.

De notar que o Código Penal estabelece, no seu artigo 13º, que um fato só é punível se for praticado com *dolo* (atuação com intenção de realizar um fato tipificado como crime, artigo 14º) ou, nos casos especificamente previstos, com *negligência* (não proceder com o cuidado a que está obrigado e de que é capaz, artigo 15º). Estabelece ainda, no seu artigo 10º, que a comissão do fato punível abrange não só a ação adequada para o produzir (ação) mas também a ação adequada para o evitar (omissão), sendo esta última punível apenas se sobre o omitente recair um dever jurídico que pessoalmente o obrigue a evitar o resultado.

O termo *crueidade*, tido como carácter do que é cruel ou ato cruel²⁴, é aplicado, no Código Penal, aos maus-tratos sobre pessoas mas não aos maus-tratos sobre animais. Pode ainda encontrar-se esta adjetivação, direta ou

²³ **Artigo 152º-A Maus tratos** (*Dos crimes contra a integridade física*)

1 - Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e:

a) Lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente;

b) A empregar em atividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou

c) A sobrecarregar com trabalhos excessivos;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 - Se dos fatos previstos no número anterior resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

²⁴ *Cruel* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto Editora, 2003-2017.

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cruel> 1. que demonstra crueldade, feroz; 2. que tem prazer em fazer mal, 3. Bárbaro, sanguinário, desumano; 4. Severo, implacável; 5. Pungente, doloroso; 6. atroz

indireta, nos artigos 132º (Homicídio qualificado) e 145º (Ofensa à integridade física qualificada) relativo às circunstâncias que revelam especial censurabilidade ou perversidade (artigo 132º, nº 2), nomeadamente na alínea d) “empregar tortura ou ato de crueldade para aumentar o sofrimento da vítima” e alínea e) “ser determinado por avidez, pelo prazer de matar ou de causar sofrimento, para excitação ou para satisfação do instinto sexual ou por qualquer motivo torpe ou fútil”. Esta adjetivação não mereceu a consideração do legislador, nomeadamente no nº 2 do artigo 387º, que apenas considera como agravante das penas o resultado e não o modo eventualmente censurável ou perverso do ato.

Ainda ligado aos maus-tratos e às ofensas à integridade física encontra-se outro conceito, o de *violência*, muitas vezes associado a uma ação que terá como resultado lesões físicas e/ou a morte, embora a evolução do conceito inclua atualmente a violência psicológica. A este propósito, a Organização Mundial de Saúde define violência como “a ameaça ou real uso intencional de força física ou poder contra o próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação” (tradução livre) (WHO, 2002), justificando a utilização do termo “poder” no sentido de alargar o espectro e incluir os atos resultantes de uma relação de poder que abarca a ameaça e a intimidação e sublinhando que a definição inclui a negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, refletindo assim o reconhecimento crescente que a violência, mesmo que não resulte necessariamente em lesão e/ou morte, pressiona indivíduos, famílias,

comunidades e sistemas de saúde, podendo constituir também um problema social.

De um modo geral estes conceitos são aplicados atualmente aos animais, nomeadamente aos ditos de companhia, embora na sua génese o objeto fosse o Homem. Com as devidas adaptações, inerentes às diferenças entre as espécies e consequentemente às necessidades específicas de cada uma delas, os conceitos preenchem a necessidade de proteção dos animais e os deveres que os humanos têm para com eles em razão da sua total dependência, especialmente para com aqueles com que normalmente estabelecem um vínculo afetivo mais forte.

Pode considerar-se que o alargamento do uso destes conceitos aos animais é validado pelo reconhecimento de duas características que os aproximam dos humanos: (a) o serem sencientes²⁵, reconhecida pelo Tratado de Lisboa (Comunicação 306/2007, de 17 de Dezembro)²⁶ e por legislação nacional (Lei nº 8/2017, de 3 de Março)²⁷ e (b) terem consciência, reconhecida pela Declaração de Cambridge sobre Consciência (Cambridge Declaration, 2012)²⁸, e embora esta última não se aplique a todas as espécies do reino *Metazoa* é

²⁵ Senciente in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto Editora, 2003-2017. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/senciente> 1. que tem sensações; 2. Sensível.

²⁶ **Artigo 13º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia** incluído no Tratado de Lisboa: “Na definição e aplicação das políticas da União nos domínios da agricultura, da pesca, dos transportes, do mercado interno, da investigação e desenvolvimento tecnológico e do espaço, a União e os Estados-Membros terão plenamente em conta as exigências em matéria de bem-estar dos animais, enquanto seres sensíveis, respeitando simultaneamente as disposições legislativas e administrativas e os costumes dos Estados-Membros, nomeadamente em matéria de ritos religiosos, tradições culturais e património regional.”

²⁷ **Lei 8/2017** Estabelece um Estatuto Jurídico dos Animais, alterando o Código Civil, o Código do Processo Civil e o Código Penal.

²⁸ **Declaração de Cambridge sobre Consciência** (*The Cambridge Declaration on Consciousness*)
“The absence of a neocortex does not appear to preclude an organism from experiencing affective states. Convergent evidence indicates that non-human animals have the neuroanatomical, neurochemical, and neurophysiological substrates of conscious states along with the capacity to exhibit intentional behaviors. Consequently, the weight of evidence indicates that humans are not unique in possessing the neurological

reconhecida inequivocamente para os carnívoros domésticos (canídeos e felídeos) e às aves que, no seu conjunto, são os animais de companhia preferidos pelos portugueses (Marktest, 2014).

Como referido, na literatura internacional as tentativas de definição, principalmente as mais antigas, tendem a utilizar como sinónimos o abuso e a crueldade, muitas vezes condensando ainda no conceito de crueldade a negligência e o uso (Rowan, 1993). Ascione (1993) define crueldade sobre animais como um comportamento socialmente inaceitável que, sem necessidade, causa dor, sofrimento ou angústia e/ou a morte de um animal, o que parece estar mais de acordo com o conceito de maus-tratos do que com o de crueldade. Vermeulen & Odendaal (1993), utilizando o termo abuso, caracterizam-no como a infligência de dor, sofrimento, privação fisiológica e/ou psicológica e morte de um animal de modo intencional, malicioso ou irresponsável, bem como não intencional ou ignorante, tornando-o assim independente da aceitação social ou da motivação do perpetrador, considerando ainda que deve ser entendido por abuso o ato isolado ou recorrente, refletindo-se esta definição mais sobre as consequências no animal do que na perspetiva legal. Tiplady (2013) define abuso animal como o ato de deliberadamente fazer mal, negligenciar ou fazer uso indevido dos animais, resultando em sofrimento físico e/ou emocional, acrescentando que o abuso, enquanto sinónimo de uso indevido ou maus-tratos, pode ser aplicado de modo mais abrangente no contexto das relações entre humanos e animais, enquanto a crueldade se foca na indiferença ou satisfação que o ato provoca no perpetrador.

substrates that generate consciousness. Nonhuman animals, including all mammals and birds, and many other creatures, including octopuses, also possess these neurological substrates."

Unti (2008), referindo-se à definição de crueldade, diz ser expectável que a procura de uma definição adequada continue devido à complexidade do fenómeno que envolve na sua interpretação padrões culturais, sociais e individuais, acrescentando que essa demanda não deve ser tida como uma mera questão conceptual, uma vez que os indivíduos/entidades responsáveis por enfrentar este problema têm que possuir um bom entendimento do que está em causa. Apesar de esta afirmação ser feita relativamente à crueldade poderá, na sua essência, ser expandida para o contexto dos maus-tratos.

Outro termo que pode ter diferentes interpretações é o de *negligência*. Como anteriormente referido, em Portugal para que a negligência seja punida criminalmente, é necessário que esteja especialmente prevista na lei. No texto da norma portuguesa que criminaliza os maus-tratos sobre animais de companhia (Lei nº 69/2014, de 29 de Agosto), a negligência não está prevista, no entanto, a tipificação do crime tem em consideração a infligência de dor e de sofrimento. Como abordado adiante, o sofrimento poderá resultar de diversos fatores, sendo que alguns deles, na terminologia de bem-estar e saúde animal, são considerados como resultantes de negligência. Como exemplo ilustrativo poder-se-á considerar a água: a sua indisponibilidade (omissão) pode ser intencional ou negligente, embora no animal tenha exatamente o mesmo efeito, *i.e.* sede acompanhado de um estado de desidratação mais ou menos intenso que resulta em sofrimento. É na perspetiva da saúde e do bem-estar, que o termo *negligência* será utilizado neste trabalho.

O *abandono* de animais de companhia é outra ação tipificada como crime no Código Penal, cujo artigo 388º estabelece que “Quem, tendo o dever de guardar, vigiar ou assistir animal de companhia, o abandonar, pondo desse

modo em perigo a sua alimentação e a prestação de cuidados que lhe são devidos, é punido com pena de prisão até seis meses ou com pena de multa até 60 dias”. Sobre esta ação não foi sentida a necessidade de definir o que deve ser entendido por abandono do animal de companhia, focando-se mais nos perigos resultantes da ação. No entanto, pode ser encontrada uma definição legal de “abandono” na segunda alteração ao Decreto-Lei nº 276/2001, introduzida pelo Decreto-Lei nº 315/2003, de 17 de Dezembro, especificamente no artigo nº 6-A, que considera como abandono de animais de companhia “(...) a não prestação de cuidados no alojamento, bem como a sua remoção efetuada pelos seus detentores para fora do domicílio ou dos locais onde costumam estar mantidos, com vista a pôr termo à sua detenção, sem que procedam à sua transmissão para a guarda e responsabilidade de outras pessoas, das autarquias locais ou das sociedades zoófilas”, sendo de sublinhar duas ideias veiculadas (1) esta definição abrange as ações no próprio alojamento e (2) o alojamento pode ser qualquer local onde o animal é habitualmente mantido e não apenas o domicílio ou lar.

2.3. DOR, SOFRIMENTO E MAUS-TRATOS FÍSICOS

O artigo 387º do Código Penal concretiza o crime de maus-tratos em três pontos específicos: Dor, Sofrimento e Maus-tratos Físicos. Embora a redação possa ser discutida, uma vez que entende dor e sofrimento como maus-tratos físicos (“...*infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos...*”, sublinhado nosso), não cabe no âmbito desta dissertação essa discussão, tendo-se optado por uma abordagem mais elástica e individualizada dos conceitos.

2.3.1. DOR

A *International Association for the Study of Pain* define *Dor* como uma “experiência sensorial e emocional desagradável, associada a uma lesão tecidual real ou potencial” (tradução livre) (IASP, 2012), definição que se mantém inalterada desde que foi publicada pela primeira vez em 1979 (IASP, 1979). Embora Williams & Craig (2016) proponham e defendam uma definição mais atualizada²⁹, tendo em atenção os avanços na compreensão, avaliação e tratamento da dor, as atuais orientações da *American Animal Hospital Association* (AAHA) e *American Association of Feline Practitioners* (AAFP) para gestão da dor em cães e gatos (Epstein *et al.*, 2015), utilizam também a definição da IASP, considerando a dor como a componente emocional de percepção em resposta a um estímulo dos nociceptores³⁰ que constitui a componente sensorial, a nocicepção.

A nocicepção é um sistema sensorial fundamental que alerta um animal, humano ou não-humano, para um potencial dano (Bateson, 1991). Ainda que não com a complexidade apresentada nomeadamente pelos animais do filo *Chordata*, seres vivos de outros *taxa*, inclusivamente não pertencentes ao reino *Metazoa*, apresentam “comportamentos” evasivos a condições ambientais adversas, como é o exemplo das bactérias (Berg, 1975; Vladimirov & Sourjik, 2009). Por isso é necessário fazer a distinção entre nocicepção e dor, já que esta “não é apenas o que se sente mas também como essa sensação nos faz sentir” (tradução livre) (Reid *et al.*, 2013).

²⁹ “Dor é uma experiência angustiante associada a uma lesão tecidual, real ou potencial, com componentes sensorial, emocional, cognitiva e social” (tradução livre)

³⁰ Nociceptores – recetores sensoriais especializados que transformam os estímulos mecânicos, térmicos ou químicos em sinais elétricos.

A dificuldade em demonstrar se um ser vivo, ou em sentido mais estrito, um animal, sente dor reside na capacidade, ou falta dela, do ser humano reconhecer noutras espécies estados mentais negativos ou, como refere Broom (1998), sentimentos desagradáveis. Os mecanismos anatómicos e fisiológicos necessários para a perceção dolorosa, nomeadamente nociceptores, vias neurais de transmissão e capacidade para comportamentos de evasão perante estímulos negativos, reais ou potenciais, estão presentes em todos os vertebrados e pelo menos em alguns invertebrados, nomeadamente nos moluscos cefalópodes (Broom, 1998; Sneddon *et al.*, 2014) fatos que são consubstanciados na Declaração de Cambridge e resumidos na afirmação de Downing (2015): “Embora as redes subcorticais para processamento da dor possam não ser homólogas entre as espécies, são certamente análogas” (tradução livre).

É ainda apontado por alguns autores que a dor sentida pelos animais não humanos, por não conseguirem racionalizar o benefício futuro, se existir, de determinada sensação dolorosa, poderá ser causa de sofrimento acrescido (Rollin, 2011), o mesmo acontecendo por não serem capazes de antecipar o alívio da dor (Robertson, 2002), por exemplo com a administração de analgésicos.

Existem diversos modos de classificar a dor, dependendo do que se caracteriza, sendo iguais para humanos e para animais. Woolf (1989) e Lamont *et al.* (2000) referem a *dor fisiológica*, como uma sensação transitória que tem intensidade suficiente para alertar para uma ameaça de lesão iminente ou que causa lesões locais de pouca gravidade, e a *dor patológica*, como a sensação resultante de uma resposta inflamatória que acompanha uma lesão substancial

dos tecidos ou do sistema nervoso. A classificação fisiopatológica (Woolf, 1989; Lamont *et al.*, 2000; Wiese & Yaksh, 2015) tipifica como *dor nociceptiva* a que resulta de um estímulo mecânico, térmico ou químico sobre os nociceptores, podendo ainda dividir-se como *somática superficial* (e.g. pele) ou *somática profunda* (e.g. músculo), e *visceral* (e.g. intestino); como *dor inflamatória* em resultado do processo desencadeado por uma lesão tecidular e como *dor neuropática*, que resulta de uma lesão nervosa. A dor pode ainda ser classificada quanto à duração em *aguda* e *crónica* e quanto à intensidade, cujos descritores de valoração dependem da escala utilizada, estando dependente, no caso dos animais, da espécie, mas que seguem de perto as grandes categorias também utilizadas nos humanos: ausente, leve, moderada e grave.

As diferenças entre os vários tipos de dor não são absolutas. Em certas circunstâncias pode existir uma continuidade, sendo assim possível que um estímulo nocivo que provoca, por segundos, dor fisiológica pode transformar-se em dor inflamatória, com duração de horas a dias, devido a lesão tecidular que desencadeia processos inflamatórios que eventualmente conduzem, de forma direta ou indireta, a modificações do sistema nervoso induzindo uma dor neuropática crónica (Woolf, 1989).

A dor prolongada, ou aguda sem intervenção terapêutica, despoleta diversas alterações de parâmetros fisiológicos e de padrões comportamentais (Muir III, 2015), que podem ser utilizadas para a reconhecer e avaliar, sendo no entanto atualmente aceite que a observação do comportamento é o método mais preciso para avaliação da dor em animais em detrimento da avaliação das alterações dos parâmetros fisiológicos (Epstein *et al.*, 2015). No entanto,

importa sublinhar que nem todos os animais com dor evidenciam alterações comportamentais, o que não quer dizer que não a estejam a experienciar (Epstein *et al.*, 2015; Wiese, 2015).

Tabela 1 – Indicadores fisiológicos de dor
(adaptado de Wiese (2015) e Anil *et al.* (2002))

Hiperventilação ou taquipneia
Taquicardia (suave, moderada ou grave)
Dilatação pupilar
Hipertensão
Hipertermia
Alterações bioquímicas (sangue):
Aumento da glicémia
Aumento do cortisol
Aumento da hormona adrenocorticotrópica (ACTH)
Aumento das catecolaminas (e.g. epinefrina)

Os parâmetros fisiológicos alterados (Tabela 1) estão estreitamente relacionados com o sistema nervoso simpático e é por isso que deverão ser interpretados com precaução, uma vez que outras condições que influenciem o sistema nervoso autónomo ou o próprio stresse poderão desencadear as mesmas alterações sem contudo serem indutoras de dor (Wiese, 2015).

Como referido, a dor está normalmente associada a alterações dos padrões de comportamento, sendo por isso de grande valor nos animais que não conseguem verbalizar. As escalas de avaliação de dor em canídeos e felídeos domésticos de companhia recorrem, na sua maioria, à valoração destas alterações (Tabela 2). No entanto, é necessário conhecer o padrão comportamental de uma espécie e até mesmo de uma raça, mas também de um indivíduo, para reconhecer alterações subtis do comportamento (Wiese, 2015).

Tabela 2 – Indicadores comportamentais de dor
(adaptado de Wiese (2015) e Anil *et al.* (2002))

Canídeos	Felídeos
Diminuição da interação social	Não interage ou falta de curiosidade
Ansiedade ou expressão ausente	Esconde-se
Comportamento submisso	Atividade reduzida
Recusa em movimentar-se	Mia ou assanha-se
Gane, uiva ou rosna	Comportamento defensivo
Comportamento defensivo	Tentativa de fuga
Agressão ou Mordida	Perda de apetite
Perda de apetite	Chicotear da cauda
Automutilação	Lambadura ou limpeza excessiva
	Cessa hábitos de limpeza
	Postura e andamentos rígidos

Na avaliação da dor através de observação do comportamento deve ser tido em consideração que existem fatores que podem confundir e interferir no resultado, sendo o ambiente (e.g. barulho, ambiente hospitalar, confinamento, restrição e/ou contenção de movimentos), a espécie, a idade e doenças concomitantes alguns desses fatores (Wiese, 2015).

As escalas de avaliação de dor em canídeos e felídeos atualmente utilizadas³¹ são multidimensionais e foram desenvolvidas com o objetivo de

31

- Colorado State University Canine Acute Pain Scale -
http://www.csuanimalcancercenter.org/assets/files/csu_acute_pain_scale_canine.pdf, último acesso em 30 de Março de 2017.
- Colorado State University Feline Acute Pain Scale -
http://csuanimalcancercenter.org/assets/files/csu_acute_pain_scale_feline.pdf, último acesso em 30 de Março de 2017.
- University of Glasgow Short Form Composite Measure Pain Score (canídeos) -
http://www.wsava.org/sites/default/files/Canine%20CMPS%20-%20SF_0.pdf, último acesso em 30 de Março de 2017.
- UNESP-Botucatu Multidimensional Pain Scale (felídeos) -
<http://www.animalpain.com.br/assets/upload/escala-en-us.pdf>, último acesso em 30 de Março de 2017.

gerir a dor aguda pós-cirúrgica (Reid *et al.*, 2013; Epstein *et al.*, 2015; Wiese, 2015) no sentido de eleger a melhor terapêutica em função de cada caso individual. Existem ainda instrumentos de medição de dor crónica em cães, nomeadamente o desenvolvido por Wiseman-Orr *et al.* (2006).

As escalas unidimensionais (Escala Descritiva Simples-EDS, Escala de Avaliação Numérica-EAN e Escala Analógica Visual-EAV), por comparação com as multidimensionais, são menos objetivas e informativas. A sua construção foi pensada para serem executadas por autoavaliação implicando que, quando aplicadas aos animais, necessitam de um observador externo, têm no entanto a vantagem de serem universais e simples de aplicar.

A capacidade para avaliar e medir a dor de um modo válido e confiável é essencial para reconhecer, tratar e gerir a dor de forma mais efetiva nos animais (Reid *et al.*, 2013), sendo esta avaliação e valoração também essencial na vertente médico-legal veterinária.

De fato, sendo a inflição da dor um dos pilares da norma portuguesa que criminaliza os maus-tratos a animais de companhia torna-se essencial reconhecê-la e quantificá-la de modo a disponibilizar ao julgador a informação necessária. No entanto, o reconhecimento e quantificação da dor num contexto médico-legal veterinário pode apresentar desafios quer quando comparado com a vertente humana, quer quando comparado com o cenário normal clínico médico veterinário, como, por exemplo, na avaliação da dor pós-cirúrgica.

Uma das questões de relevante importância, está no que se poderá chamar a retro avaliação, ou seja, num ser humano devido à sua capacidade de verbalizar, a dor pode não só ser quantificada de modo pessoal no presente, como continua a poder ser aferida relativamente a uma ação ocorrida num

passado mais ou menos distante, mas essa informação raramente estará disponível num animal, do mesmo modo que num ser humano que não verbalize em razão da idade ou da incapacidade cognitiva para o fazer, sendo nestes casos necessário recorrer à analogia ou à experiência de situações anteriores, o que pode envolver maior subjetividade na avaliação.

Não parece haver dúvidas que as escalas multidimensionais são mais precisas e informativas, no entanto, sem prejuízo de poderem ser aplicadas ulteriormente, tornam-se pouco práticas num cenário de investigação no local onde muitas vezes o número de animais é elevado, estão presentes fatores interferentes e é importante uma tomada de decisão no momento sobre a retirada ou não do animal ao detentor. Nestes casos a utilização de escalas unidimensionais podem ser de maior utilidade para uma avaliação preliminar.

Tendo em atenção os fatores, quer ambientais quer comportamentais de origem não dolorosa, que podem interferir com a avaliação da dor num determinado momento, torna-se fundamental em contexto médico-legal veterinário que a evolução do estado doloroso ao longo do tempo seja apreciado e registado, bem como o resultado de qualquer intervenção terapêutica analgésica efetuada.

Deve ainda ser notado que, como indicado na tabela 2, a agressão e a mordida são comportamentos esperados, principalmente em canídeos, quando existe um estado doloroso, sendo assim imperativo perceber se na génese destes eventos está também presente, ou em exclusivo, um componente de dor, em contraposição ao vulgar entendimento de um comportamento agressivo intrínseco do animal.

2.3.2. SOFRIMENTO

Outro aspeto destacado no artigo 387º do Código Penal é o Sofrimento.

Gregory (2004) define *sofrimento* como “um estado de espírito desagradável que perturba a qualidade de vida” (tradução livre), associado a experiências desagradáveis, tais como dor, mal-estar, aflição/angústia, lesão e torpor emocional. Dawkins (2005, 2008) entende o sofrimento como estados emocionais desagradáveis e prolongados no tempo ou graves, que o indivíduo evitaria ou de que tentaria sair se pudesse, correspondendo, *grosso modo*, ao conceito de emoções negativas nos humanos, identificadas como aquelas que “são sentidas como aversivas e associadas a desejos de mudar algo no ambiente” (Moreira & Gamboa, 2016). De modo idêntico nos animais, as emoções negativas, que podem ser identificadas por uma variedade de sintomas fisiológicos e comportamentais, têm em comum a tomada de medidas pelo animal para as alterar, seja por respostas inatas seja por aprendizagem de tarefas arbitrárias (Dawkins, 2005).

Em certas situações de maus-tratos o animal pode estar demasiado fraco para exibir comportamentos de fuga, evitamento ou procura de mudança. O desamparo aprendido é um estado possível em situações em que os animais sofrem maus-tratos durante períodos prolongados e todas as tentativas anteriores para mudar o ambiente não atingiram o objetivo (Merck & LeCouteur, 2013). Dado que o animal não verbaliza, impossibilitando assim a avaliação no momento, estes casos devem ser analisados “retrospectivamente”, por comparação do comportamento antes e depois do animal ser removido da situação de maus-tratos, sendo que a evolução, *i.e.* avaliações intercalares,

poderá indicar o grau de sofrimento do animal devido às condições a que estava submetido.

Numa avaliação holística do sofrimento, as emoções negativas devem ser percebidas não só como aquelas produzidas por ações de reforço negativo, “as coisas más”, mas também pela ausência de reforços positivos, “a falta das coisas boas” (Dawkins, 2008). As situações mais frequentemente relatadas como causas de sofrimento são lesões físicas, doenças, ausência de água e/ou alimento, temperaturas extremas (altas ou baixas), espaço reduzido, falta de estimulação e falta de contato social com pares (Dawkins, 2008; Merck & LeCouteur, 2013).

Na avaliação do sofrimento, importa ter em atenção a diferença entre “Bem-estar Animal” e “Bem-estar do Animal”. O Bem-estar Animal é operacionalizado através da análise das condições que são oferecidas ao animal, por norma derivadas das “Cinco Liberdades”, assumindo-se que a sua ausência total ou parcial induzirá no animal estados físicos e emocionais negativos, mais ou menos intensos e/ou mais ou menos duradouros, estando assim mais focado em evitar o sofrimento, assegurando um padrão de condições mínimas de bem-estar. No entanto o sofrimento é um constructo multidimensional intrínseco a cada indivíduo e uma mesma ação (reforço), ou a sua falta, pode provocar estados emocionais diferentes, pelo menos em intensidade, dependendo da perspetiva do animal, enquanto indivíduo (Reid *et al.*, 2015). Neste sentido começa a ser aplicado, também na área veterinária, o conceito de “Qualidade de Vida” que é definido por Wiseman-Orr *et al.* (2006) como “a avaliação subjetiva e dinâmica efetuada pelo indivíduo das condições (internas e externas) a que está sujeito e até que ponto elas vão ao encontro das suas

expectativas (inatas ou aprendidas e que podem ou não incluir antecipação de eventos futuros) que resulta em, ou inclui, uma resposta emocional a essas condições” (tradução livre), que continua a ter por base os princípios das “Cinco Liberdades”(Muir III, 2015).

Uma das conclusões da *Conference on the welfare of dogs and cats in the EU* (Comissão Europeia, 2013a) foi a necessidade de definir os princípios gerais de bem-estar para estas espécies e os respetivos indicadores. Até à data tais princípios e indicadores ainda não foram publicados, pelo que a avaliação do bem-estar nos animais de companhia continua a ser feito seguindo os princípios desenvolvidos para os animais de produção.

As “Cinco Liberdades” traduzem de forma simples os pontos essenciais do bem-estar animal, ou seja, representam uma matriz simplificada para avaliar se as condições oferecidas vão ao encontro das necessidades dos animais. Tomar cada um destes cinco princípios apenas pelo valor das palavras que os enunciam pode induzir avaliações de bem-estar e sofrimento por vezes afastadas da realidade.

Na sua forma mais simplificada as “Cinco Liberdades” implicam que o animal esteja *Livre de Fome e Sede, Livre de Dor, Lesões e Doenças, Livre de Medo e Angústia, Livre de Desconforto* e seja *Livre de expressar o seu comportamento normal*. Como se pode constatar são descritores simples, mas que na sua operacionalização implicam um conjunto de informações, nem sempre evidentes numa simples observação.

LIVRE DE FOME E SEDE (referente a alimentação e nutrição): fome e sede são motivações para um animal se alimentar ou procurar alimento. É a privação de alimento e água, durante um período mais ou menos prolongado, que *in*

extremis pode induzir alterações fisiológicas, doença e eventualmente morte. Geralmente a privação de alimento é interpretado como a restrição da quantidade de alimento, no entanto a disponibilização em quantidade de um alimento de pouca qualidade, que não forneça os nutrientes necessários, terá os mesmos efeitos (Kyriazakis & Tolkamp, 2011). Outro aspeto, por norma menos abordado quer na esfera do bem-estar animal quer na dos maus-tratos, relaciona-se com a obesidade, condição que tem igualmente implicações negativas na saúde, sendo uma das causas possíveis a oferta de alimento *ad libitum* que pode levar a um consumo excessivo (Holst & Gustavsson, 2016).

A disponibilidade de água também pode ser apreciada sob dois pontos de vista, quantitativo e qualitativo. Enquanto a restrição de água, ainda que durante curtos períodos de tempo, possa ter graves implicações na saúde e bem-estar dos animais devido às inúmeras funções fisiológicas em que está envolvida (Kyriazakis & Tolkamp, 2011), a sua qualidade, ou melhor a falta dela, pode também ter implicações na saúde do animal, por vezes graves, já que o acesso a água estagnada, contaminada ou conspurcada pode causar o desenvolvimento de doenças nomeadamente de origem biológica (e.g. bacteriana, vírica, parasitária) ou química (e.g. toxicológica).

“Livre de Fome e Sede” deverá então ser entendido não apenas pela disponibilização de água e alimento mas também pela disponibilização ou acesso a água fresca de qualidade e a uma dieta adequada às condições fisiológicas dos animais que proporcione a manutenção da sua saúde e vigor (Webster, 2005c; Vieira *et al.*, 2011)

LIVRE DE DOR, LESÕES E DOENÇA (referente a saúde): este elemento está intimamente ligado à saúde “física”, com as implicações abordadas

anteriormente no que se refere à dor. Para Dawkins (2005), um estado saudável é tão importante para o bem-estar que este não pode ser definido sem ter em atenção o estado hígido. Para este princípio, bem como para outros, há que evitar uma visão fantasiada da realidade, uma vez que é praticamente impossível que durante toda a sua vida os animais estejam livres de dor, lesões ou doenças, o que de todo não se relaciona com uma falha no bem-estar. O foco aqui deve então virar-se para a prevenção e, no caso de ocorrência, para o rápido restabelecimento do estado hígido através de um diagnóstico e tratamentos rápidos e adequados (Webster, 2005c; Vieira *et al.*, 2011). Um exemplo clássico ilustrativo no domínio da prevenção é a vacinação, tendo no outro extremo a falta de procura de assistência médico-veterinária na presença de massas tumorais de grande dimensão, em que muitas vezes é indicado “ter aparecido ontem”. Este elemento de bem-estar, em sede de avaliação de maus-tratos, implica sempre um exame clínico objetivo do animal, detalhado e profusamente documentado, cuja descrição se afasta do âmbito deste trabalho.

LIVRE DE DESCONFORTO (referente ao ambiente): com este elemento pretende-se avaliar se o ambiente em que o animal se encontra o protege de condições consideradas desagradáveis, e.g. temperatura, piso desadequado, confinamento extremo, poluentes atmosféricos (poeiras, fumo, amónia), odores desagradáveis (para o animal), intensidade luminosa, barulho. De um modo sumário este elemento é operacionalizado pela disponibilidade de um ambiente adequado que inclua um abrigo e uma zona de descanso confortável (Webster, 2005c; Vieira *et al.*, 2011).

Muitas vezes, em casos de suspeita de maus-tratos, uma avaliação sumária preliminar foca-se na existência/ausência de abrigo e na dimensão do espaço posto à disposição do animal, o que pode levar à conclusão de que o objetivo “livre de desconforto” está cumprido, o que nem sempre acontece.

Como exemplo ilustrativo pode ser referido que uma casota de cão, apesar de ser um “abrigo”, nomeadamente para a chuva e o sol (luminosidade intensa), se for de plástico e estiver diretamente sob os raios solares durante grande parte do dia dificilmente cumprirá a sua função quanto à proteção térmica. Outro exemplo que é registado com alguma frequência, principalmente em canídeos, é a condição de salubridade do espaço que lhe é disponibilizado, que não só não cumpre a prerrogativa de conforto como pode ser causa de lesões.

Na avaliação da temperatura ambiental e salubridade do espaço podem ser utilizadas as escalas desenvolvidas por Donley & Patronek (2001), que após adaptação são usadas pela autora desta dissertação na investigação de casos suspeitos de maus-tratos (Anexo I), que em conjunto com as escalas de condição corporal e de avaliação visual do hábito externo, principalmente do pelo, constituem a *Tufts Animal Care and Condition (TACC)*. Tal como os próprios autores referem, a existência destas tabelas não substitui a análise global caso a caso, até porque a avaliação de cada um dos itens, principalmente no que se refere à salubridade, envolve uma considerável subjetividade. No entanto a sua utilização permite estabelecer algumas fronteiras e usar descritores sucintos que facilmente podem fazer parte de uma grelha de avaliação preliminar.

LIVRE DE EXPRESSAR O COMPORTAMENTO NORMAL (referente ao comportamento): na avaliação deste elemento é tido em atenção o espaço físico disponível, os recursos existentes nesse espaço e a existência de outros animais (Webster, 2005c; Vieira *et al.*, 2011). Este é talvez o aspeto que maior desafio de avaliação apresenta tendo em atenção a diversidade de situações em que os animais de companhia se podem encontrar. Devido aos critérios terem sido primeiramente desenvolvidos para animais de produção, nem sempre a descrição das condições se adapta a um animal de companhia que viva, por exemplo, dentro de casa.

O espaço físico disponível deve permitir ao animal movimentar-se livremente, embora não seja frequente a extrema restrição de espaço, como acontece em algumas situações em animais de produção. No entanto, animais que permanecem confinados continuamente e durante longos períodos de tempo, ainda que não com restrição espacial extrema (canis, correntes, varandas), poderão sentir frustração por não conseguirem, por exemplo, correr.

O enriquecimento ambiental, ou seja os recursos colocados no espaço disponível é outro fator a ter em atenção. Um ambiente desprovido de focos de interesse, de materiais para exploração sensorial, de locais de refúgio (em situações que o animal considere ameaçadoras) propicia estados de tédio, frustração, ansiedade ou medo.

A existência de outros animais, da mesma ou de outra espécie incluindo humanos, com quem possa interagir permite evitar a solidão e o isolamento. No entanto é necessário ter em consideração se o animal está disponível para estas interações que, se forçadas e em determinadas circunstâncias, poderão ser causa de pânico e medo.

















LIVRE DE MEDO E ANGÚSTIA (referente às emoções): A exemplo das anteriores “liberdades” abordadas, a avaliação deste elemento está focada na remoção de condições que possam causar os estados emocionais descritos, por norma entendidos como “sofrimento mental” ou a oferta de condições que promovam a sua ausência (Webster, 2005c; Vieira *et al.*, 2011). Deste modo não se perfila como um elemento que possa ser avaliado independentemente de todos os outros, apresentando-se antes como o corolário dos restantes no que respeita aos estados emocionais. Alguns autores, como por exemplo Vieira *et al.* (2011), integram ainda nesta categoria o stresse, que segundo Manser (1992), citado por Webster (2005a), “ocorre quando um animal encontra condições fisiológicas e emocionais adversas que causam distúrbio no seu normal equilíbrio fisiológico e mental” (tradução livre). No entanto o stresse em si, não causa sofrimento, este só ocorre quando o animal tem dificuldade em se adaptar ou não se adapta porque as condições adversas são extremas, complexas ou prolongadas e/ou o animal é ou está impossibilitado de executar a ação que entende necessária para as eliminar (Webster, 2005b)

Atualmente o sofrimento de um animal ainda tende a ser analisado, e avaliado, seguindo as clássicas “Cinco Liberdades”. No entanto o “Modelo dos Cinco Domínios” (Mellor & Beausoleil, 2015; Mellor, 2016a, b) fornece uma matriz mais adaptada à realidade do que a postulada no conceito clássico, embora seja possível reconhecer nos seus descritores, os princípios que norteiam as “Cinco Liberdades”.

O Modelo dos Cinco Domínios (Tabela 3) reúne os fatores relacionados com a sobrevivência (domínios da Nutrição, Ambiente e Saúde) com os das situações (domínio do Comportamento) no grupo dos domínios

físicos/funcionais, alinhando as emoções, positivas e/ou negativas, resultantes desses fatores no domínio da experiência afetiva (domínio do Estado Mental).

Tabela 3 – Modelo dos Cinco Domínios do bem-estar
(Adaptado de Mellor & Beausoleil (2015))

		Domínios Físicos/Funcionais							
		relativos à SOBREVIVÊNCIA						relativos às SITUAÇÕES	
		1 - Nutrição		2 - Ambiente		3 - Saúde		4 - Comportamento	
									
FACTORES		Domínio Experiência Afetiva							
		5 - Estado Mental							
EMOÇÕES									

Um animal, enquanto indivíduo, terá uma sensação de bem-estar quando se adapta fisicamente e “sente-se” bem porque pode, sem dificuldade, satisfazer as suas necessidades fisiológicas e comportamentais (Webster, 2005b). A capacidade de um animal se adaptar a um estímulo (condição/situação adversa) é medido pelo sucesso da sua resposta adaptativa ou da tentativa de eliminação do estímulo. Se não tem problemas de adaptação o seu bem-estar é satisfatório (sendo o estado bom quando o estímulo não existe), quando tem dificuldades de adaptação o bem-estar está comprometido e quando não se adapta o bem-estar está ausente, nalgum ponto entre o satisfatório e o ausente o animal começará a sofrer (Webster, 2005a).

É este ponto que é de relevante importância encontrar quando da avaliação do sofrimento em casos suspeitos de maus-tratos. Dada a diversidade de situações e condições, cada caso terá necessariamente de ser analisado individualmente, sendo difícil e contraproducente a elaboração de uma matriz rígida. No entanto, e apesar de não ter valor absoluto, a esquematização pode ser útil. Patronek & Weiss (2012) apresentaram de forma tabelar a relação entre os cinco princípios do bem-estar, a qualidade de vida e a competência dos cuidados, onde apontam para limites em que normalmente existe sofrimento do animal. Apesar de se referirem especificamente às situações de acumulação, pode ser estendido a outras vertentes dos maus-tratos (Figura 2).

Figura 2 – Princípios de bem-estar e relação com a qualidade de cuidados
(Adaptado de Patronek & Weiss (2012) e de Patronek & Nathanson (2016))

Bem Estar Animal (Cinco Liberdades) ➡ Livre de/para:						
Qualidade de vida	Fome Sede	Dor Lesões Doença	Medo Angústia	Desconforto	expressar Comportamento normal	Qualidade dos cuidados Resultado para o animal
Alta	✓	✓	✓	✓	✓	Cuidados competentes Bem estar assegurado
Boa	✓	✓	✓	±	±	
Limite (Borderline)	✓	±	±	±	✗	➡ Cuidados no Limite Animais em Risco
Pobre	±	±	✗	✗	✗	Cuidados Incompetentes Presença de sofrimento
Má	✗	✗	✗	✗	✗	
✓ Sempre presente ± Presente por vezes ✗ Sempre ausente						

O sucesso de um processo criminal de maus-tratos sobre um animal de companhia depende, muitas vezes, da qualidade das evidências relativas à

natureza e gravidade do sofrimento do animal e se esse sofrimento pode ser considerado desnecessário ou evitável. Não é suficiente identificar e descrever os sinais de sofrimento, deve também ser estabelecido se estes resultam de um ato ou omissão, do detentor ou terceiros, e não de outra causa (Webster, 2005d), ou seja, estabelecer o nexo de causalidade.

A propósito da avaliação do sofrimento por médicos veterinários em contexto legal, Baumgaertner *et al.* (2016) analisaram 42 relatórios periciais emitidos no Reino Unido de origens variadas, concluindo que o relato fático relativo ao comportamento, aspeto físico e resultados laboratoriais eram consistentes, notando-se todavia variações significativas no que se relacionava com a avaliação do sofrimento, quer no que respeita à gravidade quer à duração (13/42 não emitem opinião) das ações conducentes a esse sofrimento (13/42 não comentam as ações) e ao uso de referências bibliográficas de suporte das suas opiniões (29/42 não utilizam referências externas). Um dos pontos discutidos criticamente é o princípio, aparentemente utilizado por alguns peritos, de que existe um limiar, abaixo do qual é aceitável que exista sofrimento. Este aspeto ilustra perfeitamente a necessidade de definições consistentes dos termos, já que o que a literatura revista neste trabalho aponta é que é normal, aceitável e em determinadas circunstâncias até desejável, a existência de emoções negativas, que se encontram muitas vezes ligadas à autopreservação. O que no enquadramento legal, incluindo o português, é tido como inaceitável em qualquer grau é o sofrimento que deriva dessas emoções, quando a sua causa é intensa ou prolongada no tempo. O limiar é assim estabelecido ao nível das emoções e não ao nível do sofrimento.

Outra distinção que é necessário fazer é a que diz respeito aos termos *intensidade* e *gravidade*, muitas vezes usados como sinónimos. Segundo Morton (2016), o termo gravidade tem duas componentes, intensidade e duração, sendo mais fácil de avaliar a última do que a primeira, mas ambas devem ser tidas em consideração já que uma condição que evoque uma emoção intensa mas instantânea poderá não ser condição suficiente para se concluir que houve sofrimento.

2.3.3. MAUS-TRATOS FÍSICOS

O último aspeto tipificado no nº 1 do artigo 387º do Código Penal são os maus-tratos físicos.

Na falta de caracterização legal de maus-tratos para animais de companhia buscou-se no Código Penal a sua caracterização para humanos. Da leitura do nº 1 do artigo 152º-A resulta que para que uma ação ou omissão seja considerada como maus-tratos é necessário haver uma relação com a vítima (de cuidado, de guarda, de responsabilidade de direção ou educação ou laboral) e um estado ou condição de vulnerabilidade (idade, deficiência, doença ou gravidez). Mais uma vez o texto da lei poderá resultar pouco claro e proporcionar discussões interpretativas no que respeita aos animais de companhia, *i.e.* se o artigo 387º do Código Penal é aplicável apenas ao detentor ou também a terceiros que não mantenham qualquer relação com o animal, mantendo-se neste caso como crime de Dano (nº 1 do artigo 212º do Código Penal, com a nova redação dada pela Lei nº 8/2017, de 3 de Março³²),

³² **Artigo 212.º** - Dano (Código Penal)

1 — Quem destruir, no todo ou em parte, danificar, desfigurar ou tornar não utilizável coisa ou animal alheios, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

sendo que este não contempla a condição senciante, reconhecida pela própria Lei nº 8/2017 que, a propósito, aditou ao Código Civil o artigo 201º-B³³.

Outros aspetos diferenciais que sobressaem entre os dois artigos, para além da óbvia exclusão dos maus-tratos psíquicos no que se refere aos animais de companhia, são também as exclusões do modo (reiterado ou não), das ofensas sexuais e da existência de crueldade.

No agravamento da pena aplicável ao crime de maus-tratos sobre animais de companhia (nº 2 do artigo 387º do Código Penal) para além da morte e da privação de importante órgão ou membro, apenas a afetação da função locomotora está prevista.

Os pontos apontados acima são alguns dos que têm sido, e continuarão a ser, discutidos desde a entrada em vigor da Lei nº 69/2014, de 29 de Agosto. Independentemente das implicações que a atual redação do articulado legal, e até mesmo do título, tenha na aplicação da justiça, optou-se por abordar, nesta dissertação, os maus-tratos de forma holística, à luz do que é a experiência e tendências internacionais.

Em razão da vulnerabilidade de um animal de companhia, derivada da dependência de cuidado do seu detentor, e também da sua incapacidade de expressão verbal, os maus-tratos sobre animais, especialmente os de companhia, são tipificados, com as devidas adaptações, seguindo a classificação utilizada para crianças (Vermeulen & Odendaal, 1993; Munro, 1999; Munro & Thrusfield, 2001d).

³³ **Artigo 201.º-B** – Animais (Código Civil)

Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza.

Rowan (1993, 1999) propôs uma tipologia baseada nas motivações do perpetrador, aplicando-a mais no sentido da relação destas com a sanção do que com a classificação e caracterização do resultado. Apesar da responsabilidade de decisão da existência de crime ou, em caso disso, da dimensão da pena recair nos órgãos judiciais, a opinião médica ajuda a tomar essa decisão (Baumgaertner *et al.*, 2016), podendo indicar ou reforçar que o dano é resultante de atos intensos, repetidos ou prolongados (Lockwood & Arkow, 2016), no entanto uma classificação baseada na intenção não serve os propósitos médicos de avaliação das consequências físicas ou emocionais que os atos têm sobre o animal.

Tabela 4 – Tipologia do abuso de animais de companhia segundo Vermeulen & Odendaal (1993)

	Maus-Tratos Ativos	Negligência Passiva	Exploração Comercial
Abuso Físico	Agressão Queimar Envenenar Tiro (arma de fogo) Mutilação Afogamento Sufocação Abandono Restrição de movimentos Treino incorrecto <i>inbreeding</i> Uso de armadilhas Transporte (condições de) Fogos de artifício Bestialidade	Falta de alimento e água Falta de abrigo Falta de cuidados veterinários Falta de sanidade Negligência geral	Trabalho Lutas Reprodução indiscriminada Desporto Experimentação
Abuso Mental	Provocar medo Provocar angústia Provocar ansiedade	Privação de amor e afeição Falta de estímulos recreativos	

Vermeulen & Odendaal (1993) propuseram uma tipologia baseada nas ações sobre os animais. A classificação apresentada é completamente independente das motivações do perpetrador, da relação deste com o animal,

i.e. ser detentor ou não, da repetição, *i.e.* únicas ou reiteradas, e da duração (Tabela 4). A elaboração da tipologia baseou-se na classificação de maus-tratos em crianças, com as adaptações julgadas convenientes. Como Munro & Munro (2008) afirmam, não há necessidade de começar do zero e reinventar a roda, os avanços e conhecimentos adquiridos na área da Medicina fornecem uma excelente base de como abordar o estudo dos maus-tratos, especialmente os físicos, em Medicina Veterinária, sendo mais uma área em que a expressão “uma medicina” faz todo o sentido.

Os maus-tratos em crianças podem ser classificados em diferentes tipos: negligência, maus-tratos (abuso) físicos, abuso sexual, maus-tratos (abuso) emocionais e Perturbação Factícia Imposta Sobre Outro (Munchausen by proxy) (Jorge *et al.*, 2008; Leça *et al.*, 2011), havendo autores que incluem esta última nos maus-tratos físicos (Meadow, 2007). Esta divisão é atualmente utilizada também para os animais embora, obviamente, com algumas adaptações.

Outro conceito derivado dos maus-tratos sobre crianças é o termo *battered pet* (Munro, 1996, 1999) que estabelece um paralelismo com o *battered-child syndrome*, usado pela primeira vez em 1962 por Kempe e colegas, para caracterizar a condição clínica de crianças que sofriam abusos físicos, geralmente perpetrados pelos pais, e denominada até essa altura por “trauma desconhecido” (Kempe *et al.*, 1985). A adoção da metodologia de estudo e da terminologia utilizada para as crianças facilita a comparação de resultados de estudos realizados por diferentes equipas de investigação e a comunicação entre os médicos veterinários e outros profissionais (Munro & Munro, 2008).

NEGLIGÊNCIA caracterizada nas crianças como a incapacidade de proporcionar a satisfação das necessidades de cuidados básicos de higiene, alimentação, afeto e saúde, indispensáveis para o crescimento e desenvolvimento normais (Jorge *et al.*, 2008; Leça *et al.*, 2011). Pode assumir diversas formas, entre as quais as que respeitam aos aspetos físicos, psicoafectivos, abandono temporário ou permanente, bem como sinais ligados à não prestação de cuidados de saúde adequados, nomeadamente não cumprir persistentemente o Programa Nacional de Vacinação, não comparecer às consultas programadas, ou fazê-lo com atraso recorrente, ou, ainda, não procurar ou prestar cuidados de saúde de forma atempada quando necessários, em situação de doença ou de acidente. Realçam ainda que é imprescindível atender ao contexto de vida em que as evidências são observadas, uma vez que os sinais podem não ser resultante direta de uma carência na relação entre cuidadores e criança ou jovem, forma “ativa”, mas terem origem na precariedade do contexto familiar, social e/ou económico em que a criança vive, forma “passiva”.

Esta caracterização de negligência é também a utilizada para os animais (The Links Group, 2013) sendo este tipo de maus-tratos o mais frequente (Lockwood, 2006; Arkow *et al.*, 2011; Phillips & Lockwood, 2013; Lockwood & Arkow, 2016). Para além das diversas formas enunciadas, a sua intensidade e duração, podem conduzir a alterações da saúde mais ou menos graves, incluindo a morte, que necessariamente acabam por ser classificadas como lesões não acidentais.

A *negligência simples* (Lockwood, 2006; Phillips & Lockwood, 2013) caracteriza-se pela falha em providenciar alimentação, abrigo e condições

sanitárias adequadas, bem como falta de cuidados médico-veterinários preventivos (vacinação, desparasitação) ou cuidados curativos atempados em caso de lesão traumática ou doença. Usualmente estas situações podem ser controladas através de informação e educação dos detentores que muitas vezes têm recursos económicos diminutos e/ou fracas capacidades físicas como é o caso dos detentores mais idosos, para os quais o animal de companhia é muitas vezes considerado como o melhor amigo ou o único membro da família. Em Portugal, a falha de cumprimento das normas de bem-estar e o não cumprimento do programa de vacinação obrigatória (vacinação anti-rábica para canídeos) constitui-se como contraordenação, respetivamente pelos Decretos-Lei nº 315/2003 e 314/2003, ambos de 17 de Dezembro, sendo a tentativa e a negligência punidas também em ambos.

A *negligência grave* (Lockwood, 2006; Phillips & Lockwood, 2013) advém da falha ou recusa em cumprir as indicações providenciadas aos detentores em casos de negligência simples, pondo em perigo ou agravando o estado de saúde do animal, como, por exemplo, estados de desidratação ou emaciação por falta de alimentação adequada. No entanto existem situações específicas, derivadas de uma contínua falha de omissão de cuidado, em que a negligência é considerada grave, entre as quais se contam a acumulação, a reprodução não planificada com fins comerciais (*puppy/kitten mills* em inglês), a manutenção de animais em veículos estacionados com temperaturas atmosféricas elevadas (golpe de calor) e as coleiras embutidas (*embedded collars* em inglês). É muito difícil que estas situações não conduzam, pelo menos, a um estado de sofrimento dos animais envolvidos, no entanto a abordagem de cada um deles é necessariamente diferente.

No caso dos golpes de calor muitas vezes falta ao detentor o conhecimento de quão rápida pode sobrevir a morte de um animal encerrado num veículo estacionado com temperaturas atmosféricas elevadas (Phillips & Lockwood, 2013). A falta de perceção do rápido aumento da temperatura dentro do veículo, aliada à falta de conhecimento das características fisiológicas específicas da espécie no que respeita à termorregulação, conduz muitas vezes a atos negligentes que provocam sofrimento ao animal e que num espaço de tempo muito curto pode levar a desfechos fatais, com um período *ante mortem* de grande sofrimento.

As coleiras embutidas geralmente ocorrem em canídeos ou felídeos jovens em crescimento. A condição desenvolve-se devido à coleira ou corrente colocada no animal em crescimento não se acomodar ao aumento de tamanho do pescoço, provocando necrose por pressão ou laceração dos tecidos, acabando por se embutir neles (Merck *et al.*, 2013a; Reisman, 2013), situação que muitas vezes só pode ser resolvida cirurgicamente.

A reprodução não planificada com fins comerciais (Phillips & Lockwood, 2013), percecionada mais vezes em canídeos do que felídeos, caracteriza-se normalmente pela reprodução e manutenção dos animais em grande confinamento e com grande densidade de indivíduos para o espaço disponível. A estes animais muitas vezes não é fornecida alimentação adequada (em quantidade e qualidade), não são submetidos a cuidados médicos veterinários de rotina ou situacionais (e.g. gravidez, neonatais) e têm pouca ou nenhuma oportunidade de socialização. Por norma não são acautelados cruzamentos potencialmente nefastos, quer para os reprodutores quer para a descendência, nomeadamente perpetuação de doenças hereditárias e outras condições

derivadas de consanguinidade. As fêmeas são submetidas a gestações praticamente contínuas podendo resultar em graves danos na sua saúde. A descendência é posteriormente vendida, muitas vezes com indicação de pertencerem a determinada raça, o que nem sempre acontece, ou trocada por outros animais ou objetos diversos.

A acumulação, tal como o nome indica, é caracterizado pela manutenção de um número elevado de animais em condições deficientes, resultando frequentemente na morte por doença ou inanição (Phillips & Lockwood, 2013). Na origem destes casos está muitas vezes uma alteração da saúde mental do detentor (Acumulação Compulsiva, classificada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (APA, 2013), como Perturbação Obsessivo-Compulsiva, código 300.3), pelo que é uma situação clássica em que a abordagem terá que ser multidisciplinar. Por norma distinguem-se três tipos de acumuladores de animais (Patronek *et al.*, 2006; Phillips & Lockwood, 2013):

Cuidador Assoberbado (*Overwhelmed Caregiver*) – pode começar apenas com dois animais que, por circunstâncias variadas, dão origem a muitos animais, em que já não existe capacidade de providenciar a todos as condições mínimas de bem-estar. Por norma são indivíduos recetivos a trabalhar com as autoridades e associações de proteção animal e concordam com o realojamento dos animais noutros lares.

Acumulador de Resgates (*Rescue Hoarder*) – é um indivíduo envolvido no resgate de animais ou que vive numa zona onde existem muitos animais a necessitar de ajuda. Podem fazer uma primeira abordagem com a melhor das intenções, mas muitas vezes acreditam que ninguém conseguirá tratar dos

animais melhor do que eles. Temem a eutanásia dos animais caso sejam apreendidos pelas autoridades e não resistem a ajudar “só mais um”. Requer muitas vezes a intervenção das autoridades judiciais e o acompanhamento para verificação da manutenção do número e condições de bem-estar dos animais. Estas situações também podem ser vistas em algumas organizações de resgate de animais.

Acumulador Explorador (*Exploitive Hoarder*) – estes indivíduos adquirem animais para benefício pessoal, na maior parte dos casos como um meio de angariar dinheiro através do aproveitamento da boa-fé do público. São muitas vezes omissos nos cuidados dos animais, mostrando pouca empatia e ausência de remorsos pelas condições em que os animais vivem, tendo muitas vezes tendências sociopáticas. São situações que requerem a intervenção das autoridades judiciais. Casos de reprodução não planificada com fins comerciais podem também enquadrar-se neste tipo.

Outra situação classificada como negligência é o *abandono* (Phillips & Lockwood, 2013). Em Portugal, como referido (ver ponto 2.2.), esta ação pode ser tipificada como contraordenação ou como crime, dependendo em grande medida do grau de exposição a perigos a que o animal fica sujeito ao ser removido do local onde vive. De sublinhar, uma vez mais, que o abandono não se consubstancia apenas quando o animal é removido do local habitual onde vive mas também quando há falta de providenciar cuidados como pode acontecer nas ausências temporárias ou definitivas do detentor sem que o animal tenha sequer acesso a água e comida.

MAUS-TRATOS PSICOLÓGICOS (abuso emocional) são caracterizados nas crianças como o resultado da incapacidade de proporcionar à criança ou jovem

um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afetivo, indispensáveis ao crescimento, desenvolvimento e comportamento equilibrados (Jorge *et al.*, 2008; Leça *et al.*, 2011).

Neste domínio é mais difícil fazer um paralelismo, já que as espécies são diferentes e não só têm diferentes capacidades de perceber certos comportamentos como deles têm um entendimento diferente. Por norma, uma atitude ameaçadora persistente e/ou uma falha em providenciar recursos ambientais que permitam o desenvolvimento de comportamentos normais no animal poderão ser considerados como maus-tratos psicológicos/emocionais (The Links Group, 2013) (ver 2.3.2. “livre para expressar o comportamento normal”).

ABUSO SEXUAL em crianças e adolescentes corresponde ao seu envolvimento em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de um adulto ou outra pessoa mais velha e mais forte. Baseia-se numa relação de poder ou de autoridade e consubstancia-se em práticas nas quais a criança ou jovem, em função do seu estágio de desenvolvimento (1) não tem capacidade para compreender que delas é vítima; (2) percebendo que o é não tem capacidade para nomear o abuso sexual; (3) não se encontra estruturalmente preparada; (4) não se encontra capaz de dar o seu consentimento livre e esclarecido (Jorge *et al.*, 2008; Leça *et al.*, 2011).

Abuso sexual de animais é o termo atualmente considerado mais correto do que zoofilia ou bestialismo (ver ponto 3), quando se aborda o tema sob a perspetiva da vítima, neste caso o animal, e não na do perpetrador (Munro, 2006). As práticas sexuais entre humanos e animais são consideradas coercivas, muitas vezes provocam dor e até mesmo a morte e os animais são

incapazes de “consentir” ou comunicar o evento (Lockwood, 2006; Phillips & Lockwood, 2013).

É um tema pouco abordado em Medicina Veterinária e os estudos existentes são reduzidos. No estudo de Munro & Thrusfield (2001a), dos 448 casos de maus-tratos físicos analisados, 6% referiam-se a abuso sexual, e o espectro das lesões espelhava o encontrado em casos de abuso sexual em humanos, sublinhando ainda os autores que a estimativa era conservadora, nomeadamente devido ao fato de apenas estarem a ser relatados os casos presentes aos médicos veterinários.

Em alguns países o abuso sexual de animais é considerado crime mesmo que não haja lesões, noutros, como Portugal, não está tipificado como tal e apenas poderá ser considerado crime se houver demonstração de dor, sofrimento ou morte. Um dos argumentos a favor da criminalização do abuso sexual de animais relaciona-se com a dignidade do próprio animal e ainda que se reconheça que, em algumas situações, o animal possa interagir sem ser fisicamente contido, por norma esses comportamentos são induzidos não expressando o comportamento normal da espécie (Bolliger & Goetschel, 2005). Com a entrada em vigor do Estatuto Jurídico do Animal (Lei nº 8/2017, de 3 de Março) esta poderá ser uma questão que a sociedade portuguesa terá de discutir num futuro próximo.

MAUS-TRATOS FÍSICOS em crianças resultam de qualquer ação, não accidental, isolada ou repetida, infligida por pais, cuidadores ou outros com responsabilidade face à criança ou jovem, a qual provoque (ou possa provocar) dano físico e engloba um conjunto de situações traumáticas, tais como a síndrome da criança abandonada, as queimaduras, as fracturas, os traumatismos

crânio-encefálicos, lesões abdominais, a sufocação, o afogamento, as intoxicações provocadas, entre outras (Jorge *et al.*, 2008; Leça *et al.*, 2011).

Nos animais o conceito é semelhante, estando incluída neste tipo a Perturbação Factícia Imposta Sobre Outro. Os maus-tratos físicos ou abuso físico, tal como nas crianças, resultam de ações não acidentais e as lesões deles derivados são referidas também como Lesões Não Acidentais (LNA), que, não sendo sinónimo de intencional, reforça a ideia de inconsistência com um evento acidental (Reisman, 2013). Como referido, em Portugal para que seja considerado crime é necessário que haja intenção de praticar a ação, no entanto não cabe ao médico veterinário estabelecer essa intenção, sendo a sua primeira responsabilidade para com o animal.

Em alguns casos a existência de maus-tratos físicos é perfeitamente clara, noutros é menos evidente podendo ser muito mais difícil de reconhecer e de diagnosticar (Munro & Munro, 2008). No estudo de Munro & Thrusfield (2001b) sobre maus-tratos em canídeos e felídeos, baseado em inquéritos realizados a médicos veterinários a exercer no Reino Unido, resulta que a LNA mais frequente corresponde a trauma ósseo com fracturas de crânio, costelas e fémur. O padrão de fracturas em cães foi estudado por Tong (2014) num estudo retrospectivo em 154 cães com vários tipos de lesões (acidentais e não acidentais), tendo concluído que os padrões de fracturas são diferentes entre os traumas acidentais e não acidentais mas que alguns padrões diferem dos relatados em crianças.

Para além dos traumas ósseos podem ser encontradas lesões que se enquadram nas descritas nos maus-tratos físicos sobre crianças, como abrasões, queimaduras e escaldões, marcas de cigarros, lesões oculares,

lesões internas torácicas e abdominais, envenenamento, afogamento, asfixia e padrões repetitivos de lesões (Munro & Thrusfield, 2001b).

Os canídeos são os que mais vezes são apontados como vítimas de maus-tratos (Green & Gullone, 2005; Williams *et al.*, 2008), por norma com idades inferiores a dois anos. Nos canídeos há maior frequência de LNA em machos do que em fêmeas, sendo essa proporção idêntica nos felídeos, não havendo evidências de que exista alguma ligação com a raça (Munro & Thrusfield, 2001b).

Relativamente à Perturbação Factícia Imposta Sobre Outro, neste caso um animal, não há muitas informações na literatura revista não se conseguindo conhecer a sua relevância nos casos de LNA. Mesmo na vertente humana esta perturbação encontra-se ainda insuficientemente estudada (Morrell & Tilley (2012) citados por Agulhas & Anciães (2014) (p. 78)), e é de difícil diagnóstico (APA, 2013). O estudo de Munro & Thrusfield (2001c) apenas aponta que alguns médicos veterinários a detetaram e que ela é passível de ocorrer também em animais. De qualquer modo é de admitir que seja tão difícil de diagnosticar nos animais como é nos humanos

No que se refere aos animais existem ainda dois tipos de maus-tratos que não estão classificados em humanos: as lutas de animais e as práticas ritualísticas envolvendo animais. Embora na maior parte dos casos as lesões infligidas possam ser classificadas como maus-tratos físicos, devido ao contexto, podem ter padrões reconhecíveis.

As *lutas de animais* podem envolver animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, sendo as lutas de cães e as lutas de galos aquelas que

mais frequentemente são mencionadas na literatura. Tendo em atenção o âmbito deste trabalho serão mencionadas apenas as lutas de cães.

As raças de cães que têm sido utilizadas em lutas são variadas, incluindo o *Akita*, *Dogo Argentino*, *Dogue de Bordéus*, *Fila Brasileiro*, *Presa Canario*, *Shar-Pei* e *Tosa Inu*, mas é o *American Pit Bull Terrier* que é considerada a raça mais frequentemente usada, que com o *American Staffordshire Terrier* e o *Staffordshire Bull Terrier* formam um tipo de raças designadas no geral por *pit bull* (Merck, 2013). Seis das raças acima assinaladas³⁴ são consideradas como raças potencialmente perigosas ao abrigo da legislação portuguesa (Portaria nº 422/2004, de 24 de Abril).

Os cães que participam em lutas organizadas (ver ponto 3) podem ter um padrão de lesões ou cicatrizes reconhecível (Merck, 2013), que normalmente se situam na cabeça e membros anteriores, embora possam ser encontradas em menor quantidade nos membros posteriores. As lesões são normalmente lacerações, fracturas, perfurações profundas, que podem ou não perfurar a pele, e avulsões da pele da parte distal dos membros, podendo apresentar-se em vários estados de resolução (Merck, 2013). Devido ao seu comportamento inato ou condicionado estes animais continuam a lutar, independentemente da dor, até a perda de sangue, a gravidade das lesões, a exaustão ou a morte ocorrerem.

As *práticas ritualísticas* envolvem atos cerimoniais muitas vezes relacionados com padrões comportamentais baseados numa crença. A escolha dos animais pode ser baseada na espécie ou na cor. Alguns rituais envolvem o sacrifício dos animais ou a sua mutilação, sendo alguns dos atos de grande

³⁴ *Fila Brasileiro*; *Dogo Argentino*, *American Pit Bull Terrier*, *American Staffordshire Terrier*, *Staffordshire Bull Terrier* e *Tosa Inu*.

crueidade. Os sacrifícios podem envolver exsanguinação e/ou a decapitação com o abandono da cabeça e/ou corpo em locais públicos ou com significado místico (Merck *et al.*, 2013b).

3. LIGAÇÃO ENTRE OS CRIMES CONTRA ANIMAIS DE COMPANHIA E OS CRIMES CONTRA PESSOAS

Ao longo dos anos têm-se acumulado evidências de que os maus-tratos sobre animais estão de algum modo ligados a outros ilícitos criminais. Uma das áreas mais exploradas, e aquela que porventura maior atenção desperta, é a ligação ou elo (*The Link*³⁵) entre os maus-tratos sobre animais e sobre pessoas, nomeadamente as que fazem parte do círculo familiar (Pereira & Moreira, 2015).

Segundo Phillips (2014), o *Link* é a relação que se pode estabelecer entre a ocorrência de abuso ou negligência sobre um animal e outros crimes no contexto familiar, tais como negligência e abuso de menores, violência nas relações de intimidade, negligência e abuso de idosos. Para além da violência doméstica, os maus-tratos sobre animais estão associados com outras formas de violência interpessoal e comportamentos antissociais, incluindo *bullying*, delinquência juvenil e criminalidade na idade adulta, envolvendo quer ações violentas quer não violentas (Flynn, 2011).

Atualmente assiste-se a uma discussão sobre as conclusões que se têm tirado dos variados estudos acerca do tipo de associações que se estabelecem entre os maus-tratos sobre animais e sobre humanos. Alguns estudos são descritivos de coocorrências em determinados contextos (*i.e.* violência sobre mulheres, violência sobre crianças e sobre idosos, normalmente em contexto familiar), enquanto outros pretendem estabelecer os maus-tratos sobre animais como um preditor de comportamento antissocial futuro, seja ao longo do tempo (*i.e.* crianças que maltratam animais serão mais propensas a praticar outro tipo

³⁵ *The Link*, ou apenas *Link*, é o termo utilizado, em países anglo-saxónicos mas também em outros, para, de forma simples, referenciar a interligação das diferentes formas de violência que existem entre espécies. *The National Link Coalition* (<http://nationallinkcoalition.org/>).

de crimes na idade adulta) seja numa perspetiva de espécies (*i.e.* iniciar com animais e desviar os mesmos comportamentos para pessoas).

Como referido, muita da atenção tem sido dada aos maus-tratos sobre animais num contexto de violência doméstica. Para Paulino & Rodrigues (2016) a violência doméstica é definida “como um comportamento violento continuado, ou um padrão de controlo coercivo exercido direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar”, inserindo-se neste contexto, ainda segundo os mesmo autores, o “cônjuge, companheiro/a, filho/a, enteado/a, pai, mãe, avô, avó, ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro/a, ex-companheiro/a, namorado/a, ex-namorado/a ou familiar”.

A violência doméstica está tipificada no Código Penal português, no artigo 152º, e tal como os crimes de maus-tratos quer sobre pessoas quer sobre animais de companhia são crimes públicos. Segundo dados do Ministério da Administração Interna (SGMAI, 2016), em 2015 a violência doméstica foi o crime mais relatado às forças de segurança (7,5% de toda a criminalidade) e foi o crime mais registado no âmbito dos crimes contra as pessoas, representando 33% da criminalidade registada nesta tipologia. Em 71% dos casos as situações de violência doméstica foram relatadas às forças de segurança no próprio dia em que ocorreram ou no dia seguinte. Em 36% dos casos as ocorrências foram presenciadas por menores. A violência física esteve presente em 68% das situações, a psicológica em 82%, a sexual em 3%, a económica em 9% e a social em 15%. No geral, os relatos às autoridades são referentes maioritariamente a mulheres (85%), casadas ou em união de facto (46%), idade média de 41 anos e que não dependem economicamente do denunciado (80%). Geralmente as situações tiveram como consequências para

a vítima ferimentos ligeiros (42%) ou ausência de lesões físicas (57,5%), sendo no entanto de referir que em quase 1% dos casos os ferimentos resultantes foram graves. Em 2015 foram realizadas 28854 avaliações de risco e mais de 23000 reavaliações, através dos instrumentos de avaliação de risco de violência doméstica. O Relatório Anual de Segurança Interna de 2016, emitido pelos Serviços de Segurança Interna (SSI, 2017), aponta para 17 vítimas mortais em contexto conjugal ou relação análoga (13 mulheres e 4 homens) e 13 em contexto de relação familiar ou dependência económica (7 mulheres e 6 homens).

Nos estudos referentes à coocorrência de maus-tratos sobre animais e sobre mulheres num contexto de violência doméstica, mais de metade das mulheres que possuem animais de companhia relatam que o animal foi ameaçado, ferido ou morto pelo agressor (Flynn, 2011). No estudo de Ascione (1998), realizado com 38 mulheres de uma casa abrigo (Utah, EUA), que detinham animais ou tinham detido nos 12 meses antes de entrarem no abrigo, refere que 71% relataram que o seu companheiro tinha ameaçado, ferido ou matado o animal de companhia, tendo em 57% dos casos ocorrido efetivamente maus-tratos físicos ou a morte do animal. Das mulheres que tinham filhos (22) 32% referiram que os filhos terão ferido ou morto pelo menos um animal de companhia e 18% relataram ainda que não procuraram o abrigo mais cedo por preocupação do que aconteceria aos animais quando saíssem de casa. Ascione *et al.* (1997), repetindo o estudo anterior em 5 abrigos e utilizando para comparação mulheres da comunidade, verificaram que 52% das mulheres dos abrigos que detinham animais de companhia vs. 16,7% das mulheres da comunidade, relataram que os companheiros tinham ameaçado maltratar os

animais e 54% vs. 3,5% tinham maltratado ou morto o animal. Devido ao receio do que aconteceria aos animais cerca de um quarto das mulheres atrasaram a entrada no abrigo. Flynn (2000) verificou que 46,5% das mulheres com animais de companhia que procuraram proteção num abrigo (Carolina do Norte, EUA) tinham relatos de ameaças ou maus-tratos efetivos aos animais de companhia. O atraso em deixar a casa por receio do que acontecia aos animais foi relatado por 40% das entrevistadas, sendo o período de adiamento, por vezes, superior a dois meses. Faver & Strand (2003) obtiveram resultados consistentes com os estudos anteriores, e neste estudo também cerca de metade da amostra constituída por mulheres maltratadas detentoras de animais de companhia relataram que os companheiros tinham ameaçado fazer mal ou mesmo maltratado os animais e um quarto das entrevistadas admitiram que isso tinha afetado as suas decisões de abandonar o agressor. Num estudo posterior, no Texas (EUA) (Faver & Cavazos Jr, 2007), encontraram a mesma tendência em vítimas de ascendência hispânica: 36% das vítimas relataram ameaças ou mesmo maus-tratos, incluindo a morte dos animais de estimação, pelos companheiros, 35% revelaram que a segurança dos animais era uma fonte de preocupação e 20,5% disseram que essa preocupação afetou a sua decisão de procurar ajuda mais cedo. Carlisle-Frank *et al.* (2004) registaram, em casas abrigo de Nova Iorque (EUA), que 53% das vítimas de violência doméstica relataram maus-tratos do companheiro ao animal doméstico. No estudo de Hardesty *et al.* (2013), 47% das vítimas de violência doméstica que detinham animais relataram maus-tratos aos animais perpetrados pelos companheiros, sendo notado também que a segurança dos animais de companhia interferiu com a procura de ajuda. No sentido dos estudos anteriores Allen *et al.* (2006),

na Irlanda, constataram que 57% das mulheres com animais de companhia relataram ter testemunhado maus-tratos ou ameaças de maus-tratos aos animais de companhia e que a existência de um local onde pudessem estar com os animais poderia ter resultado numa saída antecipada da relação. Do mesmo modo, na Austrália, Volant *et al.* (2008) registaram resultados semelhantes, com 52,9 % das mulheres vítimas de violência doméstica a relatarem maus-tratos aos animais de companhia.

As evidências de coocorrência não se esgotam nos estudos apresentados e, embora existam dificuldades em fazer comparações entre estudos devido a metodologias e definições de maus-tratos/crueldade que possam eventualmente ser diferentes, o facto de em muitos casos, principalmente nos estudos que utilizaram entrevistas, as mulheres experimentarem medo e preocupação relativamente aos animais de companhia deve ser tido em atenção (Faver & Strand, 2003; Strand & Faver, 2005; Newberry, 2016).

Em Portugal existem dois instrumentos de avaliação de risco de Violência Doméstica (RVD-1L e RVD-2L) que tem vindo a ser aplicados às vítimas pelas forças de segurança desde 2014 (PGR, 2014) e que, numa das questões incluem, os animais de companhia³⁶, não havendo ainda informações que possam clarificar o impacto ou a abrangência do problema no nosso país, apesar dos maus-tratos sobre animais de companhia poderem ser considerados como um fator de risco de violência conjugal, como refere Luísa Mascoli (2015) (p. 102), sendo utilizado como um modo de controlo das vítimas. Embora não tenham sido encontrados estudos relativos a Portugal que

³⁶

“2. O/A ofensor/a alguma vez usou violência física contra outros do agregado doméstico? Contra quem?
2.1 Crianças 2.2 Outros familiares 2.3 Animais domésticos ”

deem corpo e dimensão a este tema, entende-se que ele deverá ser estudado e incorporado em alguns aspetos do apoio às vítimas de violência doméstica, nomeadamente na possibilidade, dentro das limitações sempre existentes, das casas de abrigo não impedirem a permanência de animais de companhia (CIG, 2009) ou, em alternativa, que nos planos se inclua itens que possam facilitar a saída conjunta de animais de companhia.

Outra das vertentes referidas na literatura é a ligação entre maus-tratos sobre animais e sobre crianças. Este aspeto tem, por norma, dois tipos de abordagem, uma referente aos maus-tratos infantis e a outra dirigida para o estudo da influência que os maus-tratos sobre animais perpetrados na infância ou adolescência têm nos comportamentos antissociais na idade adulta. Esta última ligação/relação, tem sido alvo de estudos ao longo do tempo, com foco em várias vertentes, com objetivos diversos e utilizando metodologias suscetíveis de críticas em atenção às conclusões retiradas.

A referência mais frequentemente citada como chamando pela primeira vez a atenção para a ligação entre os maus-tratos sobre animais e comportamentos antissociais é o estudo de MacDonald (1963) onde é referido, como comentário final, que o estudo não fornece critérios para a predição de homicidas, mas que da experiência clínica d(psiquiátrica) dos autores há fatores prognósticos desfavoráveis em relação àqueles que ameaçam cometer homicídio, sendo esses fatores: história de grande brutalidade parental, aliciação maternal extrema ou a tríade fogo posto, enurese e crueldade para com os animais na infância, mais tarde chamada de Tríade de MacDonald.

Revisitando o tema, Hellman & Blackman (1966), num estudo em 84 prisioneiros, postulam que a presença da tríade de MacDonald na infância

pode ser de importância patognomónica na predição de comportamento antissocial violento na idade adulta. No entanto, o estudo integrou apenas sujeitos detidos, não tendo sido efetuada nenhuma comparação com a população em geral, por isso a significância estatística encontrada mostra-se pouco válida para uma generalização preditiva, já que não foi levado em consideração todos os que, tendo a tríade total ou parcial, não apresentaram comportamentos violentos para com humanos.

Ao reconhecer as fragilidades deste e de outros estudos, Kellert & Felthous (1985) introduzem na apreciação para além de criminosos, agressivos e não agressivos, um grupo da população geral (não criminosos), concluindo que há diferenças estatisticamente significativas entre os criminosos agressivos e os não agressivos e não criminosos, no que se refere à prática de atos cruéis sobre animais na infância. No entanto, apesar destas evidências, e à luz do conhecimento atual, não é possível afirmar, com suficiente segurança, que os maus-tratos infligidos a animais durante a infância constituam um fator preditivo preciso de comportamento agressivo para pessoas, na idade adulta (Felthous & Kellert, 1986).

Também Merz-Perez *et al.* (2001), estudando presos violentos e não violentos de uma prisão de alta segurança (Flórida-EUA) registaram percentagens mais altas de maus-tratos sobre animais na infância e adolescência nos presos violentos do que nos não violentos (56% e 20%, respetivamente). No entanto estes autores, tal como outros, alertam para o facto de ser necessário estudos longitudinais de crianças até à idade adulta para perceber até que ponto os maus-tratos na infância estão causalmente ligados à violência interpessoal na idade adulta.

Embora não levado até à idade adulta, Fonseca & Dias (2011) analisaram os dados de um estudo longitudinal, realizado em Portugal. Este estudo incluiu crianças com média de idades de 7 anos, tendo sido avaliadas no início do estudo e três outras vezes, a última aos 17-18 anos, e apesar de ter sido notado um aumento de ações de crueldade para com animais da 1ª para a 2ª observação (11-12 anos), com 6% a manterem os comportamentos da 1ª para a 2ª observação e de as crianças que tinham tais comportamentos apresentarem também mais comportamentos antissociais e consumo de álcool e tabaco, não encontraram evidências que essa variável sozinha pudesse ser considerada um bom preditor. A baixa prevalência de crueldade sobre os animais encontrada na amostra portuguesa, quando comparada com outros estudos, é explicada pelos autores como podendo dever-se a uma maior tolerância devido a fatores culturais ou simplesmente resultarem de uma falta de correspondência das medidas de crueldade utilizadas. A falta de definição de *crueldade* da *Child Behavior Checklist* (Inventário do Comportamento da Criança para Pais) torna difícil, segundo Dadds *et al.* (2004), interpretar os resultados de vários estudos. Embora existam outros instrumentos de avaliação específicos³⁷ para este tópico falta-lhes geralmente, segundo Petersen & Farrington (2007), prova de fiabilidade ou validade.

Alguns autores têm exposto preocupação face à chamada teoria da graduação ou progressão (Piper, 2003; Beirne, 2004; Piper & Myers, 2006; Patterson-Kane & Piper, 2009), contrapondo que os estudos existentes não suportam a dita teoria, seja por razões metodológicas e/ou instrumentais, seja

³⁷ Interview for Antisocial Behavior (IAB); Children and Animals Assessment Instrument (CAAI); Boat Inventory on Animal-Related Experiences (BIARE); Children's Attitudes and Behaviors Toward Animals (CABTA); Physical and Emotional Tormenting against Animals (PET Scale); The Clinical Assessment of Juvenile Animal Cruelty;

pelo largo espectro de conceito utilizados, nomeadamente a definição de crueldade, seja ainda por não levarem em atenção outras variáveis contributivas e também fatores culturais. No entanto todos reconhecem que os maus-tratos (abuso) sobre animais coexistem com outras formas de violência, criticando apenas a sobrevalorização ou errónea interpretação de tais estudos quando generalizam, na tentativa de provar uma progressão criança-adulto ou animais-pessoas, ou o seu valor preditivo.

Já Arluke *et al.* (1999) referiam que, embora a teoria da graduação não encontrasse suporte inquestionável nos estudos disponíveis, casos isolados de crueldade para com animais não deveriam ser ignorados, e sim entendidos como alerta de um potencial comportamento antissocial no futuro. Ideia idêntica é veiculada por Merz-Perez *et al.* (2001), que afirmam que desvalorizar um incidente cometido por uma criança problemática é desvalorizar uma oportunidade de identificar comportamentos que efetivamente possam ser precursores de violência para humanos na idade adulta. Levin & Arluke (2009), citados por Flynn (2011), afirmam que a valorização dos atos de crueldade sobre animais, cometidos por crianças, deve ser entendida não de uma forma estigmatizante e punitiva, mas como uma oportunidade para poder melhorar a sua autoestima e confiança, concluindo Flynn que a questão não está em se deve haver uma intervenção junto destas crianças mas sim, *como* intervir.

Os maus-tratos sobre animais cometidos na infância ou adolescência, especialmente aqueles que se revestem de crueldade, não estão apenas ligados a incidentes violentos cometidos na idade adulta, estes podem ocorrer ainda na adolescência. O estudo elaborado por Verlinden *et al.* (2000) em que analisaram nove dos incidentes ocorridos em escolas secundárias americanas

com utilização de armas de fogo e múltiplas mortes, regista que cinco dos dez adolescentes envolvidos tinham no seu historial, entre outros fatores de risco individuais, familiares, escolares e sociais, ações de crueldade sobre animais.

De um modo menos extremo, os resultados do estudo efetuado em 860 estudantes universitários de três universidades americanas (DeGue & DiLillo, 2009), com o objetivo de investigar a coocorrência de maus-tratos infantis, violência doméstica e maus-tratos a animais, sugerem que existe uma sobreposição significativa entre estas várias formas de abuso, concluindo os autores que a identificação da existência de crueldade sobre animais numa família (perpetrada por pais ou filhos) pode servir como um alerta confiável para a existência de maus-tratos infantis ou violência doméstica grave. A mesma sobreposição já tinha sido identificada por DeViney *et al.* (1983) num estudo em 53 famílias referenciadas por maus-tratos infantis, onde, apesar das atitudes e cuidados para com os animais de companhia da família não diferirem muito da população geral, foram identificados em 60% dos casos infligência de maus-tratos ao animal por um membro da família.

Segundo Patterson-Kane (2016), na ausência de justificações alternativas, qualquer caso de maus-tratos sobre animais deve ser considerado um comportamento desviante com potenciais associações a outros comportamentos, presentes ou futuros.

Da literatura revista nesta área conclui-se que independentemente dos maus-tratos sobre animais de companhia terem um valor preditivo ou apenas sinalizador, são um fator a ter em conta quando se analisa e avalia outras formas de violência, pois mais importante que predizê-la é prevenir a sua existência.

Os maus-tratos sobre animais podem ainda estar relacionados com outros ilícitos penais, que não relacionados com pessoas, nomeadamente o que se refere às lutas de animais. Estes eventos estão criminalizados pelo Decreto-Lei nº 315/2009 de 29 de Outubro no seu artigo 31º que refere no nº 1 que “Quem promover ou participar com animais em lutas entre estes é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa” sendo a tentativa punível, havendo no entanto exceções para eventos de carácter cultural devidamente autorizados. Não foram encontrados dados oficiais relativamente à ocorrência destes eventos em Portugal, embora seja informalmente reconhecida.

Dado o carácter violento destes eventos, com consequências para os animais envolvidos que podem inclusivamente levar à morte, e a sua ligação a outros crimes nomeadamente relacionados com apostas ilegais, armas e drogas ilícitas, outros países desenvolveram não só normas legais mais rígidas, como uma fiscalização mais cerrada, sendo considerado como crime organizado.

Nos Estados Unidos da América os detentores de cães utilizados em lutas são normalmente classificados numa de três categorias (Lockwood, 2013; Merck, 2013):

- *street fighters* - que participam em lutas mais ou menos espontâneas, em locais improvisados públicos, edifícios abandonados ou residências particulares. Normalmente os animais têm outras funções, nomeadamente de proteção. As lutas podem ser realizadas por dinheiro, drogas ilícitas ou por vanglória. Muitas vezes não têm os cães documentados e nem sempre há tentativa para cuidar ou salvar os animais após as lutas, sendo estes

encontrados moribundos ou mortos. Não seguem nenhum plano de treino e condicionamento e podem furtar cães, para utilizar nos treinos.

- *hobbyist fighters* - que têm um nível mais organizado, possuem um ou mais cães e participam em várias lutas organizadas por ano, por vezes em locais distantes da residência. Participam por entretenimento mas também por dinheiro muitas vezes provenientes de apostas. Dispensam mais cuidados e têm maior atenção à reprodução dos animais que os da categoria anterior.

- *professional fighters* – investem grandes quantidades de dinheiro no treino, compra de equipamento e animais. Ganham dinheiro não apenas diretamente com as lutas mas também com a reprodução e venda dos animais. Eliminam os animais que não são bons lutadores ou reprodutores, matando-os de diversos modos incluindo tiro ou com força contundente. Os animais que mostram agressividade para com humanos (característica negativa em cães de luta) podem ser vendidos aos *hobbyist*, *street fighters* ou comprador indiferenciado, sendo esta última tida como uma ação propícia à disseminação, como animal de companhia, de animais considerados como tendo atitudes agressivas.

Atualmente parece estar a emergir uma nova categoria (Lockwood, 2013) onde indivíduos abastados usam os seus recursos financeiros para promover lutas de cães “profissionais” de dimensão apreciável mas que por norma têm a filosofia dos *street fighters*.

Ainda que sem enquadramento penal em Portugal, a zoofilia ou bestialismo é considerado crime em alguns países. Nesses, e naqueles onde essa possibilidade está em discussão, alguns grupos manifestam-se contra,

advogando que é uma escolha de estilo de vida como qualquer outra orientação sexual não tradicional. No entanto estas opiniões são contrariadas pela posição não antropocentrista que a sociedade demonstra cada vez mais em relação aos animais. Como anteriormente referido os termos zoofilia e o bestialismo focam-se no perpetrador, ao contrário do termo abuso sexual que se centra na vítima.

A zoofilia é o termo normalmente utilizado para designar o envolvimento de animais em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de um humano. Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, DSM-5 (APA, 2013) é uma Perturbação Parafílica classificada, em conjunto com outras, como Outra Perturbação Parafílica Especificada (código 302.89). A integração na lista específica das perturbações parafílicas, ou seja terem uma classe individual, depende, em termos gerais, de duas condições: serem comuns relativamente às restantes ou eventualmente serem consideradas crime, devido à sua perniciosidade ou potencial dano sobre outros.

A zoofilia é, segundo Aggrawal (2009, 2011), apenas uma das categorias em que se pode classificar as atividades sexuais entre humanos e animais: a que o humano sente uma atração, quer emocional quer sexual, pelo animal. As outras são o bestialismo, onde o humano não estabelece nenhuma relação emocional com o animal, sendo este o modo oportunista de conseguir satisfazer uma necessidade sexual e a outra, a zooerastia, em que o humano, ainda que não se sentindo emocionalmente atraído, prefere manter as atividade sexuais com um animal, mesmo que tenha possibilidade de as realizar com um parceiro da mesma espécie.

Como referido no ponto 2, dado o novo enquadramento legal de reconhecimento dos animais como seres sencientes prevê-se que também em Portugal este tema venha a ser discutido no futuro.

4. PERCEÇÃO DOS MÉDICOS VETERINÁRIO SOBRE MAUS-TRATOS

4.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

A distinção entre situações que podem configurar maus-tratos daquelas que ocorrem por acidente nem sempre é fácil, e se em certas ocasiões o reconhecimento de estar em presença de Lesões Não Acidentais (LNA) é imediato, na maior parte das situações isso não acontece. As situações em que os médicos veterinários, em Portugal, podem contactar com situações de maus-tratos dividem-se grosseiramente em dois grupos: os médicos veterinários em serviço nos municípios e os médicos veterinários privados que exercem em Centros de Atendimento Médico Veterinário. Para os que exercem funções como Autoridade Sanitária, ou equiparado, o reconhecimento de casos de maus-tratos pode ser mais fácil, uma vez que ocorrem muitas vezes a denúncias ou em acompanhamento das forças de segurança, onde já há suspeita de eventualmente estar a ocorrer uma situação de maus-tratos. Já no que respeita aos médicos veterinários privados a apresentação das situações é diferente, podendo nestes casos ser mais difícil haver a suspeita de estar em presença de uma situação de maus-tratos.

Esta problemática não é exclusiva dos médicos veterinários portugueses e tem sido debatida internacionalmente, nomeadamente no elencar de atitudes ou situações que podem levantar suspeitas: o índice de suspeição (Patronek, 1997; Arkow *et al.*, 2011; The Links Group, 2013; Arkow, 2015).

Este índice pode ser dividido em três blocos principais de fatores (fatores clínicos, fatores comportamentais do cliente e fatores ligados ao perfil de cliente). Os itens deverão ser avaliados pelo médico veterinário em termos do

que se pode considerar risco qualitativo (baixo, médio e alto), consoante o tipo ou gravidade da condição, situação ou lesão (Arkow *et al.*, 2011) (Tabela 5).

Tabela 5 – Fatores a incluir no Índice de Suspeição

(adaptado de Patronek (1997); Arkow *et al.* (2011); The Links Group (2013); Tong (2014); Arkow (2015))

Fatores Clínicos:
<ul style="list-style-type: none">• Episódio único ou repetido/condição crónica• Lesões consistentes com a história apresentada• Gravidade/tipo das lesões<ul style="list-style-type: none">▪ Fracturas (múltiplas, em mais de uma região, transversas, tempo decorrido desde o incidente/estado de consolidação, várias em vários estados de consolidação)▪ Peso e condição corporal▪ Condição do pelo e unhas▪ Envenenamento, abrasões e outras lesões superficiais▪ Cortes e projéteis de arma de fogo▪ Coleiras embutidas• Causa (falta de (in)formação/recursos económicos/situações que podem ou não ser resolvidas)• Comportamento do animal (no ambiente clínico/no dia a dia)
Fatores Comportamentais do Cliente
<ul style="list-style-type: none">• Mudança da história ao longo do tempo• Mudança de história ou histórias discrepantes de acompanhantes presentes na consulta• Preocupação com o estado do animal• Cumprimento das indicações médicas/terapêuticas dadas• Ligação emocional ao animal• Tempo decorrido para procurar assistência médica e causas• Argumentativo/agressivo (acompanhantes intimidados/apreensivos/deferentes)• Atribuição da culpa se assumido que não foi acidente (próprio/terceiros)• Cliente expressa/confessa preocupação quanto a segurança em casa
Fatores ligados ao Perfil de Cliente
<ul style="list-style-type: none">• Ligação ao Centro de Atendimento (novo/antigo, utilização de vários centros)• Discrepância nos dados administrativos (nome, morada, telefone, propriedade do animal)• Historial do cliente (estável/levantou preocupações)• Historial dos animais que possui/possuiu e número de animais de que é detentor• Circunstâncias familiares (recursos económicos/drogas de abuso/violência)• Conhecimento, capacidade e atitude para manter o bem-estar do animal

A presença de um fator ou sinal não deve ser entendida como sinónimo de se tratar de uma situação de maus-tratos. É a combinação de fatores, os padrões de ações e comportamentos, e as lesões serem ou não clara ou adequadamente explicadas que fará aumentar o índice de suspeição. Também

deve ser tido em consideração que a pessoa que apresenta o animal à consulta (cliente) pode não ser o perpetrador ou pode inclusivamente estar sob sua coerção (Arkow, 2015).

Consoante o grau de risco estimado a intervenção do médico veterinário poderá ser diferente (Arkow *et al.*, 2011):

- Se o risco de estar perante um caso de maus-tratos for baixo, devem ser anotadas as evidências encontradas na ficha clínica, de modo a estarem disponíveis em caso de futuros incidentes, e providenciar informação acerca dos cuidados a ter com o animal. Será útil dar informações sobre associações de proteção animal ou serviços sociais, ou mesmo referenciar o cliente, principalmente quando os maus-tratos são devidos a negligência por crises da vida;

- Se o risco de estar perante um caso de maus-tratos for médio, para além de todas as ações listadas para o risco baixo deve ainda ser ponderado o relato às autoridades. Neste caso a discussão do caso com outro colega poderá ser útil para a decisão final;

- Se o risco de estar perante um caso de maus-tratos for alto, deve ser feito o relato às autoridades, de acordo com o Código Deontológico. O registo detalhado na ficha clínica deve ser efetuado e a realização de um relatório interno específico e imediato é aconselhável. Dependendo do caso, providenciar informações acerca do cuidado devido ao animal ou outras pode continuar a ser útil;

Para todos os casos, se houver suspeita de maus-tratos infantis ou violência doméstica, dependendo do grau de suspeita, deve ser ponderado ou relatado aos serviços competentes.

4.2. OBJETIVOS DO ESTUDO

Alguns dos estudos que abordam a temática do reconhecimento e perceção dos maus-tratos sobre animais pelos médicos veterinários (Sharpe & Wittum, 1999; Munro & Thrusfield, 2001d; Green & Gullone, 2005; Williams *et al.*, 2008) foram efetuados nos países dos autores, respetivamente Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia. Dado este tema poder sofrer a influência de fatores regionais, nomeadamente o tipo de legislação aplicável e o tempo da vigência da mesma, foi entendido que generalizar para Portugal as principais conclusões desses estudos poderia não ter em conta eventuais diferenças derivadas não só de fatores geográficos mas também culturais, sociais e profissionais.

O objetivo deste estudo é analisar como os maus-tratos sobre animais de companhia são percecionados e reconhecidos pelos médicos veterinários portugueses, bem como as suas atitudes e crenças relativas a esta temática e a ligação existente entre os maus-tratos sobre animais e sobre pessoas, através de um questionário acessível a todos os médicos veterinários a exercerem em Portugal, cuja estrutura se baseou na dos estudos acima referidos.

4.3. MATERIAL E MÉTODOS

Estrutura do Questionário:

O questionário (Anexo II) é composto por 22 questões distribuídas por 3 secções:

Secção 1- Dados Demográficos e Funcionais (9 questões).

- Género
- Idade
- Ano de obtenção do diploma
- Distrito ou região onde exerce a atividade
- Tipo de zona (urbana/rural)
- Tipo de atividade
- Exercício de atividade como Médico Veterinário Municipal
- Tipo de animais³⁸
- Estrutura do Centro de Atendimento Médico Veterinário onde exerce³⁹

Secção 2 – Abuso e Negligência sobre Animais de Companhia (7 questões). Esta secção apenas foi disponibilizada aos respondentes que seleccionaram em “Tipo de Animal” os Animais de Companhia.

Estimativa de frequência de casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos⁴⁰ e aos que exercessem funções como médicos veterinários municipais.

Estimativa de grau de frequência de casos por espécie ou grupos de espécies animais

- Seleção da espécie/grupo mais frequente
- Seleção das lesões observadas
- Conhecimento da identidade do agressor
- Seleção dos sinais/sintomas/situações que fizeram suspeitar
- Suspeita de violência doméstica no agregado familiar

Secção 3 – Atitudes e Crenças dos Médicos Veterinários perante os Maus-Tratos (5 grupos de frases):

- Atitudes perante os maus-tratos sobre animais
- Atitudes perante maus-tratos sobre pessoas
- Causas de relutância em denunciar situações de maus-tratos sobre animais
- Crenças sobre maus-tratos sobre animais
- Crenças sobre maus-tratos sobre pessoas.

³⁸ Disponível apenas para os respondentes que seleccionassem “Medicina e Cirurgia” em questão anterior

³⁹ Disponível apenas para os respondentes que seleccionassem “Animais de Companhia em questão anterior

⁴⁰ Foi dada a indicação do que deveriam considerar maus-tratos: “maus-tratos físicos ou negligência deliberados resultando em sintomas que requerem intervenção médico-veterinária”.

As questões foram apresentadas sob a forma de Escala de Likert com 5 graus de concordância: Concordo em absoluto (1), Concordo (2) Nem concordo nem discordo (3), Discordo (4) e Discordo em absoluto (5).

Distribuição do Questionário

O questionário foi elaborado e distribuído *online* através da plataforma Qualtrics (Qualtrics software©, versão Fev2017, da Qualtrics <http://www.qualtrics.com>). O acesso à forma final do questionário foi distribuído pela Ordem dos Médicos Veterinários a todos os seus membros, através do envio da URL por correio eletrónico, em Março de 2017. Quatro semanas após a disponibilização, foram extraídas as respostas registadas na plataforma até essa altura.

Recolha, organização e análise de dados

Os dados foram recolhidos, organizados e analisados utilizando os programas Microsoft Excel 2010 e IBM SPSS Statistics, versão 24.0.

Para análise dos dados foram utilizadas estatísticas descritivas, Teste de Qui-Quadrado e Análise Univariada e Multivariada de Variância, utilizando o nível de significância de 0,05.

Para análise demográfica comparativa dos médicos veterinários foi utilizada a informação disponível no portal da Ordem dos Médicos Veterinários, atualizada em 21 de Abril de 2017 (<https://www.omv.pt/omv/estatisticas>).

Nota prévia: foi entendido que a discussão, dadas as características do trabalho, resultaria mais compreensível se fosse efetuada logo após a apresentação dos resultados de cada bloco de informação, pelo que se optou, fugindo à regra, reunir sob o mesmo título os resultados e a sua discussão.

4.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos questionários registados na plataforma (499), foram concluídos 354, tendo 5 respondentes preferido não responder, resultando em 349 os questionários elegíveis para análise. Estes representam cerca de 6.1% dos médicos veterinários inscritos na Ordem dos Médicos Veterinários com o estatuto de “membros ativos”.

A taxa baixa de resposta pode estar relacionada com diversos fatores, nomeadamente por apenas ter sido distribuído através de correio eletrónico, por o pedido de colaboração ter sido solicitado apenas uma vez, os membros não se sentirem habilitados a responder ou tendo atividade em áreas não diretamente relacionadas com os maus-tratos sobre animais de companhia entenderem que a sua colaboração não seria importante.

Aliado à dimensão da amostra, outra fonte de potencial enviesamento relaciona-se com o fato da participação ser voluntária, o que eventualmente pode propiciar a que amostra seja composta por respondentes mais dispostos a participar, por exemplo, em razão do tema.

Secção 1 – ANÁLISE DE DADOS DEMOGRÁFICOS E FUNCIONAIS

A primeira secção do questionário, acessível a todos os respondentes, pretendia caracterizar a amostra nos aspetos demográficos e funcionais relacionados com a atividade profissional.

A maioria dos respondentes foi do **género** feminino (75,4%) (Tabela 6 e Gráfico 1), sendo esta tendência esperada, tendo em atenção a distribuição por género dos membros ativos. No entanto verificou-se uma diferença estatisticamente significativa entre as frequências esperadas e as observadas (teste Qui-quadrado, $\chi^2 > 3,841$, para $p = 0,05$, com 1 grau de liberdade), concluindo-se que a maior proporção de respostas dos membros femininos ultrapassou o esperado.

Tabela 6 – Dados Demográficos
(Género, Idade, data do Grau, Zona)

Características Demográficas	N	%
Género (N = 349)		
Feminino	263	75,4
Masculino	86	24,6
Classes de Idades (N = 349)		
≥71 anos	0	0,0
61-70 anos	10	2,9
51-60 anos	22	6,3
41-50 anos	76	21,8
31-40 anos	134	38,4
≤30 anos	107	30,7
Ano de obtenção do grau (N= 349)		
anterior a 1966	3	0,9
1966-1975	2	0,6
1976-1985	15	4,3
1986-1995	29	8,3
1996-2005	117	33,5
posterior a 2005	183	52,4
Zona predominante de exercício (N= 349)		
Urbana	238	68,2
Rural	111	31,8

Gráfico 1 - Distribuição por Género

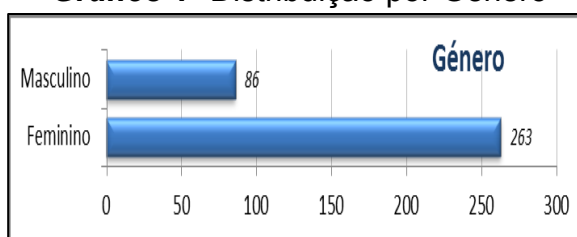


Gráfico 2 – Distribuição por Idade

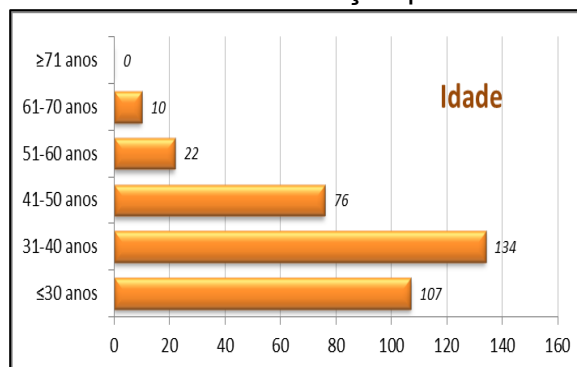
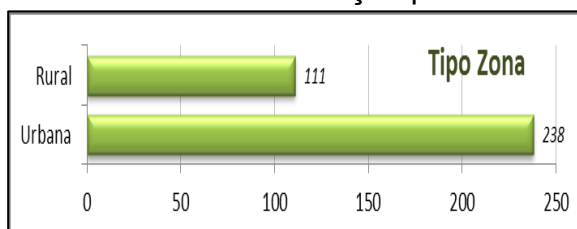


Gráfico 3 – Distribuição por Zona



A maioria dos respondentes tem **idade** igual ou inferior a 40 anos (69,1%) (Tabela 6, Gráfico 2), sendo esta a tendência de idades a esperada tendo em

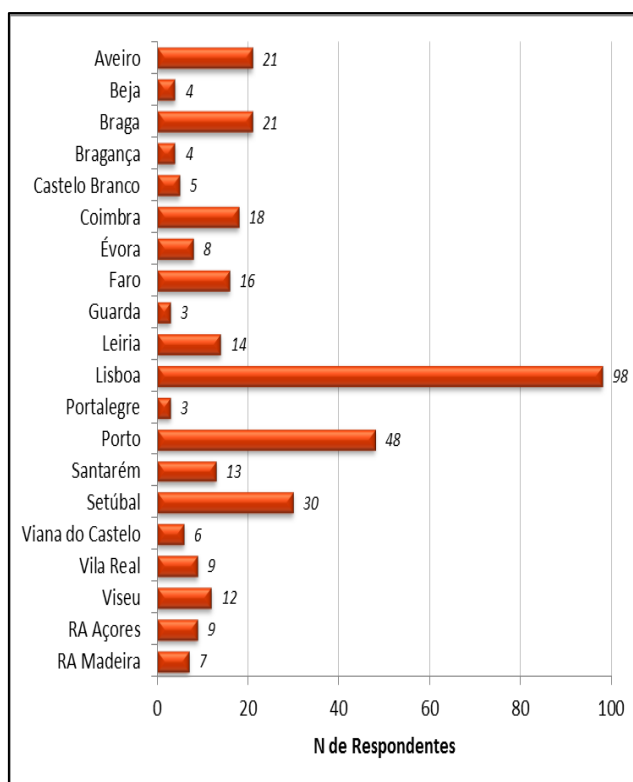
atenção a distribuição de idades dos membros ativos. No entanto observou-se uma diferença estatisticamente significativa entre as frequências esperadas e as observadas (teste Qui-quadrado, $\chi^2 > 11,070$, para $p = 0,05$, com 5 graus de liberdade), verificando-se ser a classe “ ≤ 30 anos” a única que contribui para este resultado global, concluindo-se que a participação dos médicos veterinários mais jovens foi comparativamente maior.

A maioria dos respondentes (52,4%) concluiu o **grau académico** em Medicina Veterinária nos últimos 12 anos (Tabela 6), observando-se ainda que 68,2% têm atividade em meio predominantemente urbano (68,2%) (Tabela 6, Gráfico 3).

Tabela 7 – Distribuição por Distrito

Distritos (N = 349)	N	%
Aveiro	21	6,0
Beja	4	1,1
Braga	21	6,0
Bragança	4	1,1
Castelo Branco	5	1,4
Coimbra	18	5,2
Évora	8	2,3
Faro	16	4,6
Guarda	3	0,9
Leiria	14	4,0
Lisboa	98	28,1
Portalegre	3	0,9
Porto	48	13,8
Santarém	13	3,7
Setúbal	30	8,6
Viana do Castelo	6	1,7
Vila Real	9	2,6
Viseu	12	3,4
RA Açores	9	2,6
RA Madeira	7	2,0

Gráfico 4 – Distribuição por Distrito



Na distribuição das respostas por **área geográfica** de atividade, considerando os distritos ou regiões autónomas (Tabela 7 e Gráfico 4), não se

verificaram diferenças estatisticamente significativas entre as frequências observadas e as esperadas (teste Qui-quadrado, $\chi^2 < 30,144$, para $p = 0,05$, com 19 graus de liberdade).

Depois de traçado o perfil demográfico, as questões seguintes relacionavam-se com o **tipo de atividade** desempenhada pelo médico veterinário, tendo sido propostos 12 tipos de atividade em que um deles permitia incluir os que não se enquadravam em nenhum dos listados (Tabela 8). As respostas não se excluíam mutuamente podendo o respondente assinalar todas aquelas em que exercesse funções de médico veterinário, verificando-se que 292 (83.7%) assinalaram a área de Medicina e Cirurgia. A categoria “*outras*” foi assinalada por 10 respondentes (2.9%) e embora algumas descrições se pudessem incluir

nas categorias

disponibilizadas, não foi

efetuada a migração

para a respetiva

categoria, uma vez que,

havendo a possibilidade

de resposta múltipla, o

respondente poderia

também ter escolhido a

categoria adequada

Tabela 8 – Distribuição por Atividade

Atividade profissional (N = 349)	N	%
Medicina e Cirurgia	292	83,7
Sanidade Animal	52	14,9
Saúde Pública	39	11,2
Tecnologia Alimentar	3	0,9
Segurança Alimentar	31	8,9
Inspeção Alimentar	30	8,6
Investigação	19	5,4
Ensino	30	8,6
Diagnóstico	44	12,6
Serviços (Administração Pública)	38	10,9
Serviços (Entidades privadas de âmbito não clínico)	7	2,0
Outras	10	2,9

originando, eventualmente, duplicações de resposta.

Através de uma questão separada, foi ainda indagado se o respondente exercia ou teria exercido funções nos últimos 5 anos como **médico veterinário de um município**, independentemente do vínculo (Autoridade Sanitária ou

médico veterinário ao serviço do município), obtendo-se uma resposta afirmativa em 46 (13,2%) dos questionários. Julgou-se necessário introduzir esta questão já que é no exercício destas funções que um médico veterinário poderá estar mais frequentemente em contato com situações declaradas de maus-tratos.

Aos respondentes que selecionaram “*Medicina e Cirurgia*” como atividade,

Tabela 9 - Distribuição por Tipo de Animais

Tipo de animais (N= 349)	N	%
Animais de Companhia*	277	79,4
Animais de Produção	38	10,9
Animais de Desporto**	14	4,0
Animais de Zoo	2	0,6
Animais Silvestres	7	2,0
Outros	3	0,9

*incluindo exóticos e os que tenham funções de trabalho, de assistência ou utilizados em atividades cinegéticas

**nomeadamente Equinos

foi solicitado que caracterizassem o **tipo de animais** que normalmente assistem (Tabela 9), podendo ser escolhidas todas as opções que se aplicassem. Verificando-se que 277 (79.4%) assinalaram

a categoria de animais de companhia, tendo sido informados que nesta categoria se incluíam os animais ditos exóticos e os que eram utilizados como animais de trabalho, de assistência ou em atividades cinegéticas.

Quando a categoria “*animais de companhia*” foi selecionada, os respondentes foram solicitados a caracterizarem o **tipo de estrutura** onde exerciam a sua atividade (Tabela 10). Constatando-se que a maioria das respostas recaiu na tipologia de Clínica Médico-Veterinária. A tipologia

Tabela 10 – Distribuição por Tipo de Estrutura

Estrutura de atividade (N=277)	N	%
Hospital	59	21,3
Clínica	161	58,1
Consultório	39	14,1
Domiciliar	11	4,0
Outra	7	2,5

é caracterizada através do Decreto-Lei nº 184/2009, de 11 de Agosto. A categoria “*domiciliar*” pretendia incluir os médicos veterinários que, mesmo

estando incluídos num Centro de Atendimento Médico Veterinário, apenas executam as suas funções em ambiente domiciliário, tendo acesso direto ao meio onde o animal vive. Na categoria “*outra*”, a descrição das estruturas efetuadas pelos respondentes resulta possivelmente, na maior parte dos casos, de outra atividade ser exercida em conjunto com a clínica e medicina e em percentagem de tempo maior. Os valores não foram corrigidos por migração dos dados tendo-se optado por manter os resultados obtidos diretamente das respostas.

Chegados ao final desta primeira secção, os respondentes que selecionaram trabalhar com animais de companhia e os que assinalaram exercerem ou terem exercido atividade como médicos veterinários num município tiveram acesso à segunda secção do questionário com questões específicas acerca de maus-tratos sobre animais de companhia, os restantes foram diretamente colocados perante as questões da terceira secção acerca de crenças e atitudes relativas aos maus-tratos.

Secção 2 – FREQUÊNCIA E TIPO DE MAUS-TRATOS SOBRE ANIMAIS DE COMPANHIA

Esta secção, constituída por sete questões, apenas esteve disponível aos respondentes que exerciam na área de Animais de Companhia (N=277), seja como clínicos seja como médicos veterinários ao serviço dos municípios, independentemente de se dedicarem a tempo inteiro ou parcial e, neste último caso, sem relacionar com o tempo alocado a esta atividade. O período de tempo proposto de cinco anos para estimativa do número de casos ocorridos e/ou suspeitos e aspetos relacionados, teve em atenção que embora os médicos veterinários pudessem dar uma estimativa da frequência, seria difícil

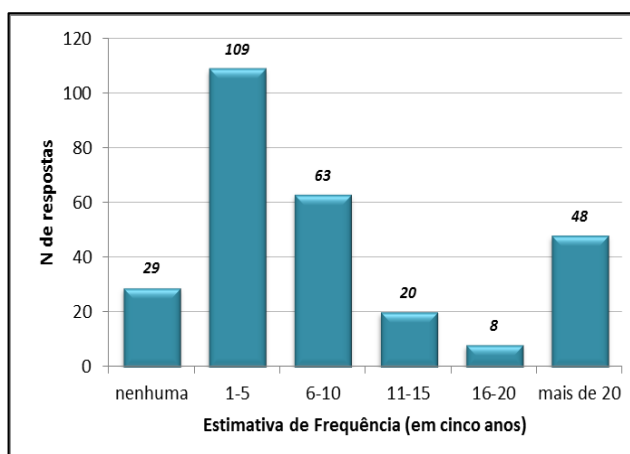
de recordar em que altura precisa eles teriam ocorrido. Outro dos fatores tidos em consideração foi a entrada em vigor da lei que criminaliza os maus-tratos e abandono de animais de companhia em 2014, o que poderia, se o período de tempo fosse mais curto, sobrestimar a taxa anual geral.

Quando questionados sobre a **estimativa da quantidade de casos**, suspeitos ou confirmados, de maus-tratos físicos ou negligência que lhes teriam sido apresentados nos últimos cinco anos, apenas 10,5% referiram nunca terem visto ou suspeitado (Tabela 11 e Gráfico 5). Para esta questão foi estabelecido um padrão base de definição de maus-tratos físicos e negligência, como sendo *“Maus-tratos físicos ou negligência deliberados resultando em sintomas que requerem intervenção médico veterinária”*, ao simplificar o conceito, e possivelmente abranger apenas os casos mais graves, pretendeu-se que fossem facilmente recordados e identificados casos que pudessem estar nestas condições, tendo como desvantagem serem incluídas situações que poderão não se enquadrar completamente na definição legal mais precisa do termo e que poderá, eventualmente, ser a causa da frequência registada na classe *“mais de 20”* (N=48).

Tabela 11 – Frequência da estimativa de casos de maus-tratos

MTF/Neglig (N=277)	N	%
nenhuma	29	10,5
1-5	109	39,4
6-10	63	22,7
11-15	20	7,2
16-20	8	2,9
mais de 20	48	17,3

Gráfico 5 – Frequência da estimativa de casos de maus-tratos



Outra observação resultante da análise dos dados obtidos é que 248 respondentes, correspondendo a cerca de 90%, já suspeitaram ou tiveram a certeza, pelo menos uma vez, de situações de maus-tratos físicos e/ou de negligência, ficando Portugal acima ou equiparado às percentagens calculadas noutros estudos. No trabalho de Munro & Thrusfield (2001d), Reino Unido, 48% dos respondentes indicaram já ter observado sinais de maus-tratos nos animais consultados, mas este estudo refere-se apenas a lesões provocadas por trauma físico. No estudo de Green & Gullone (2005), Austrália, a percentagem sobe para 92%, mas neste caso os maus-tratos incluem quer o âmbito físico quer o emocional, o que se poderá aproximar dos presentes resultados uma vez que a negligência é muitas vezes entendida como maus-tratos emocionais. No trabalho de Williams *et al.* (2008), Nova Zelândia, apenas 63% afirmam ter suspeitado ou tido a certeza de maus-tratos, e neste estudo o ato também foi caracterizado como deliberado. Apesar das diferenças de resultados dos vários estudos, possivelmente derivados do desenho e do próprio conceito de maus-tratos, os valores determinados em todos os estudos estão perto ou são superiores a 50%, indicando que um animal sujeito a maus-tratos pode ser presente a uma consulta médico-veterinária. É ainda necessário notar que nos últimos anos tem-se assistido a uma maior consciência acerca da temática dos maus-tratos, o que poderá contribuir para que os médicos veterinários estejam mais sensibilizados e atentos.

Os 248 respondentes que assinalaram já ter tido suspeita ou casos confirmados de maus-tratos, assinalaram as **lesões** que identificaram nesses casos (Tabela 12 e Gráfico 6). As lesões/condições incluídas na lista foram escolhidas tendo por base os estudos já mencionados anteriormente. Na

distribuição de frequências pode observar-se que as duas condições que mais respondentes assinalaram referem-se a lesões/alterações normalmente encontradas em situações de negligência: uma condição corporal abaixo do considerado como normal ou aceitável (referido por 84,5% dos respondentes), e um mau estado do pelo e das unhas (referido por 62,9% dos respondentes), que em situações extremas poderão originar problemas dérmicos e lesões por penetração das unhas nos tecidos moles da parte distal dos membros. Estas situações, em termos de saúde e bem-estar do animal, são consideradas pelos médicos veterinários como negligência, o que vai ao encontro do que vários autores (Arkow *et al.*, 2011; Lockwood & Arkow, 2016) referem como sendo a principal causa de maus-tratos.

Tabela 12 – Lesões identificadas

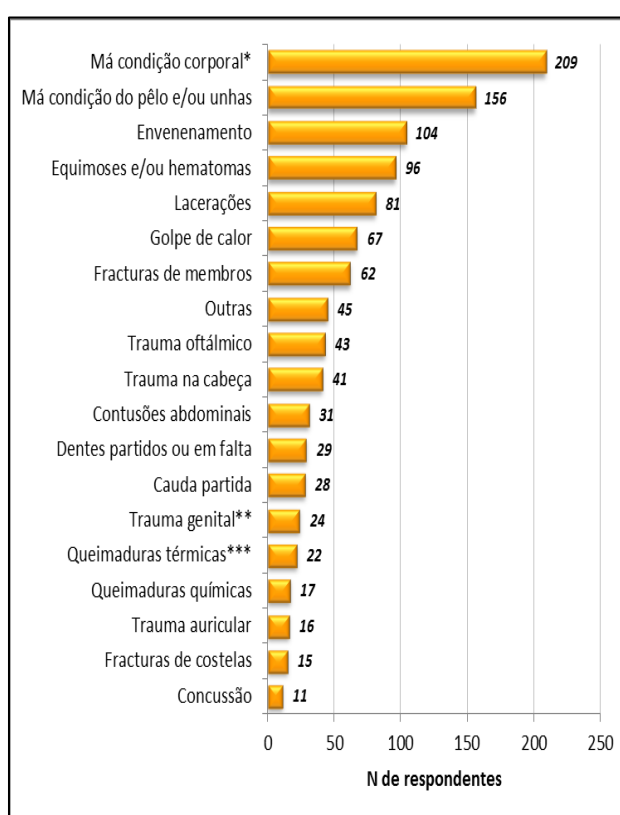
Lesões identificadas (N=248)	N	%
Má condição corporal*	209	84,3
Má condição do pêlo e/ou unhas	156	62,9
Envenenamento	104	41,9
Equimoses e/ou hematomas	96	38,7
Lacerações	81	32,7
Golpe de calor	67	27,0
Fracturas de membros	62	25,0
Outras	45	18,1
Trauma oftálmico	43	17,3
Trauma na cabeça	41	16,5
Contusões abdominais	31	12,5
Dentes partidos ou em falta	29	11,7
Cauda partida	28	11,3
Trauma genital**	24	9,7
Queimaduras térmicas***	22	8,9
Queimaduras químicas	17	6,9
Trauma auricular	16	6,5
Fracturas de costelas	15	6,0
Concussão	11	4,4

*1 a 3 na escala de 9 pontos

**incluindo abuso sexual e castrações “caseiras”

***incluindo escaldão por derrame de líquidos, queimaduras de cigarros

Gráfico 6 – Lesões identificadas



De salientar ainda o envenenamento, assinalado por 41,9% dos respondentes e também os golpes de calor (27,0%), que ocorrem, por norma, quando os animais são mantidos dentro de viaturas estacionadas e existem temperaturas atmosféricas elevadas.

Ainda nesta questão, 45 respondentes identificaram outras situações que entenderam não se enquadrar nas descritas mas que consideram como maus-tratos e/ou negligência, verificando-se que alterações do comportamento (e.g. medo e agressividade), são percecionadas como estando relacionadas com maus-tratos (7/45) e que a falta de cuidados médicos em situações de doença aguda ou crónica, bem como as derivadas da falta de profilaxia (desparasitações e vacinações) também são percecionadas como maus-tratos (14/45). Lesões provocadas por ou presença de projéteis de arma de fogo foram assinaladas por 10 dos respondentes.

Quando comparada a frequência de cada tipo de lesão com os estudos de Green & Gullone (2005) e Williams *et al.* (2008) (Tabela 13) e excluindo as duas categorias identificadas neste trabalho como mais frequentes, assumidas como essencialmente do âmbito da negligência, observa-se que em Portugal o envenenamento ocupa a primeira posição, enquanto na Nova Zelândia e Austrália está em 7º e 4º lugar, respetivamente. Embora os dados, pouco discriminativos, não permitam concluir da etiologia e modo em que estes envenenamentos ocorreram, é indicativo da necessidade de estudos mais detalhados sobre a etiologia, podendo ser necessário desenvolver medidas focadas na prevenção. Uma constatação interessante, apesar de necessitar de uma abordagem cuidadosa já que se refere a exames *post mortem*, relaciona-

se com os estudos de Marlet & Maiorka (2010) e De Siqueira *et al.* (2012) em que a causa de morte mais frequente em casos relacionados com maus-tratos apresentados no Serviço de Necropsia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo foi também o envenenamento.

Tabela 13 – Lista comparativa de lesões ordenada por frequência

Portugal	Nova Zelândia (Williams <i>et al.</i> , 2008)	Austrália (Green & Gullone, 2005)
Envenenamento	Fracturas de membros	Equimoses
Equimoses e/ou hematomas	Equimoses e/ou hematomas	Fracturas de membros
Lacerações	Trauma na cabeça	Lacerações
Fracturas de membros	Lacerações	Envenenamento
Trauma oftálmico	Cauda partida	Trauma abdominal
Trauma na cabeça	Trauma oftálmico	Trauma oftálmico
Contusões abdominais	Envenenamento	Costelas partidas
Dentes partidos ou em falta	Fracturas de costelas	Queimaduras
Cauda partida	Trauma genital	Concussão
Trauma genital	Queimaduras térmicas	Dentes partidos ou em falta
Queimaduras térmicas	Queimaduras de fricção	
Queimaduras químicas	Trauma auricular	
Trauma auricular	Dentes partidos ou em falta	
Fracturas de costelas		
Concussão		

Duas das questões colocadas nesta secção pretendiam saber que **espécie**, entre as que por norma estão associadas à detenção para fins de companhia, estava mais frequentemente associada a situações suspeitas ou confirmadas de maus-tratos e discriminação relativa de **frequência** de ocorrência por cada uma.

Quando solicitados a selecionarem a frequência relativa de ocorrência para cada uma das espécies através da escolha de um descritor (*Frequentemente*, *Algumas vezes*, *Raramente* e *Nunca*) o maior número de respondentes assinalou *Algumas vezes* para canídeos (N=108, 43,5%) e felídeos (N=106,

42,7%) e *Nunca* para as restantes espécies listadas (Tabela 14). Os resultados eram os esperados tendo em atenção não só o fato de serem as espécies mais frequentemente detidas como animais de companhia, mas também aquelas para as quais os médicos veterinários, dedicados a esta área, são mais solicitados.

TABELA 14 – Frequência relativa de observação de maus-tratos por espécie

Espécie	Descritores Média ±DP	Frequente Descritor 1		Algumas vezes Descritor 2		Raramente Descritor 3		Nunca Descritor 4	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Canídeos	1,93 ±0,774	80	32,3	108	43,5	57	23,0	3	1,2
Felídeos	2,39 ±0,831	35	14,1	106	42,7	82	33,1	25	10,1
Aves	3,73 ±0,670	6	2,4	13	5,2	23	9,3	206	83,1
Leporídeos	3,73 ±0,601	3	1,2	11	4,4	37	14,9	197	79,4
Pequenos Roedores	3,80 ±0,540	2	0,8	10	4,0	24	9,7	212	85,5
Répteis	3,87 ±0,484	3	1,2	6	2,4	11	4,4	228	91,9
Peixes	3,94 ±0,342	1	0,4	4	1,6	5	2,0	238	96,0

Em termos absolutos, 83,1% dos respondentes indicam os canídeos como os animais que mais frequentemente suspeitam ou têm a certeza de sofrerem maus-tratos, seguidos dos felídeos que são assinalados por 13,7% (Tabela 15).

Tabela 15 – Espécies mais frequentemente sujeitas a maus-tratos

Espécie	N	%
Canídeos	206	83,1
Felídeos	34	13,7
Aves	1	0,4
Leporídeos	1	0,4
Pequenos roedores	1	0,4
Répteis	0	0
Peixes	0	0
Outro (especifique)	5	2

No item “*outros*”, foram assinaladas espécies que por norma não são consideradas animais de companhia. Um dos respondentes indicou os equídeos (equinos e asininos) como o grupo de animais onde mais frequentemente suspeita ou tem a certeza de maus-tratos. Esta resposta

relembra a necessidade de reapreciar o entendimento do tipo de ligação que

atualmente os seres humanos mantêm com este grupo de animais, que não se aproximando do conceito de animal de companhia, cada vez se afasta mais do uso como animal de produção.

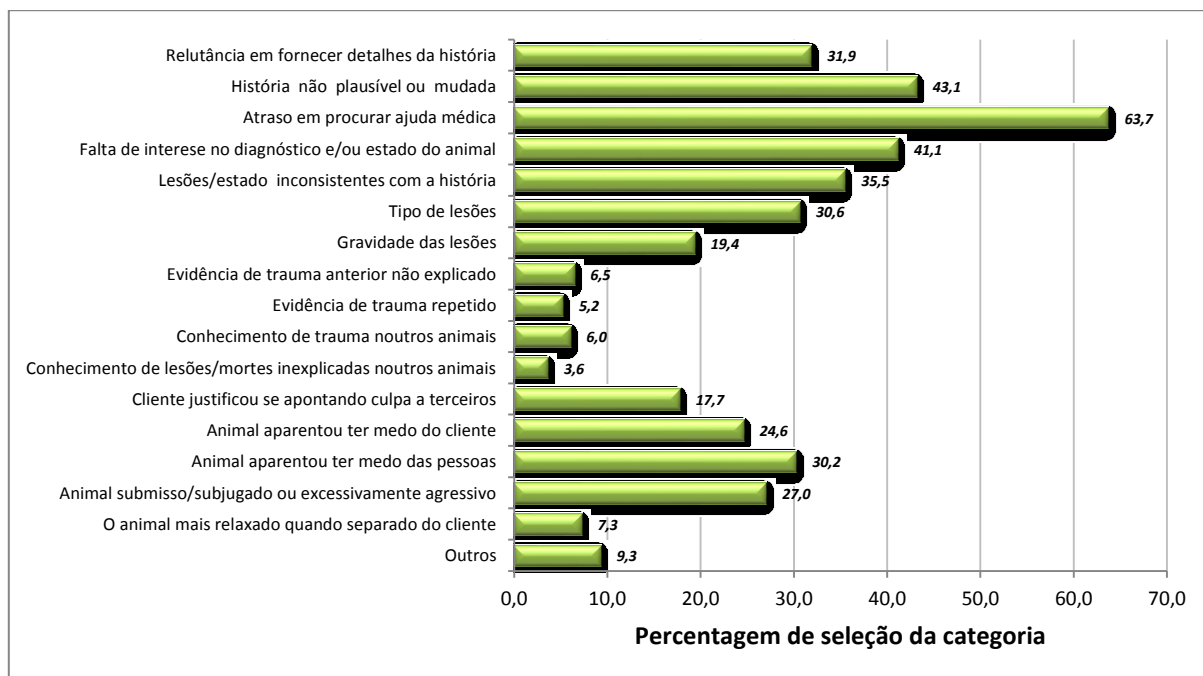
Os resultados obtidos vão também ao encontro dos apresentados por Williams *et al.* (2008) e Green & Gullone (2005) que, apesar dos estudos abrangerem todos os animais e não só os de companhia, identificam os canídeos como os animais mais frequentemente envolvidos em situações de maus-tratos.

Um dos aspetos base na sinalização de situações de maus-tratos relaciona-se com a capacidade de os identificar. Como explorado anteriormente, existe um conjunto de sinais de alerta que podem aumentar o índice de suspeita, quando não há evidência direta e objetiva de maus-tratos. Os respondentes foram solicitados a escolherem, numa lista de 17 itens (1 de resposta aberta descrito como “*outros*”), todos os **fatores de alerta** que fizeram aumentar o índice de suspeição de estarem em presença de um caso de maus-tratos (Tabela 16 e Gráfico 7).

A categoria mais frequentemente selecionada (63,7%) relaciona-se com o atraso em procurar assistência médica, o que é esperado se se atender a que a maioria dos respondentes selecionou a má condição corporal (84,3%) e/ou a má condição do pelo e unhas (62,9%) como lesões mais frequentes em caso de maus-tratos e negligência (Tabela 12 e Gráfico 6), sendo que estas condições normalmente evoluem para formas mais graves devido à falta de assistência médica.

Tabela 16 e Gráfico 7 – Frequência de sinais de alerta que aumentam o Índice de Suspeição

Fatores que fizeram aumentar o índice de suspeição (N=248)	N	%
Relutância do cliente em fornecer detalhes da história	79	31,9
A história dada não era plausível ou foi mudando ao longo do tempo	107	43,1
Houve um atraso em procurar ajuda médica	158	63,7
Houve falta de interesse no diagnóstico e/ou estado do animal	102	41,1
As lesões/estado do animal eram inconsistentes com a história contada	88	35,5
O tipo de lesões	76	30,6
A gravidade das lesões	48	19,4
Evidência de trauma anterior não explicado	16	6,5
Evidência de trauma repetido	13	5,2
Houve conhecimento de trauma noutros animais pertencentes ao cliente	15	6,0
Houve conhecimento de lesões ou mortes inexplicadas noutros animais pertencentes ao cliente	9	3,6
Quando questionado, o cliente justificou se apontando culpa a terceiros	44	17,7
O animal aparentou ter medo do cliente	61	24,6
O animal aparentou, no geral, ter medo das pessoas	75	30,2
O animal aparentou ser submisso/subjugado ou excessivamente agressivo	67	27,0
O animal mostrou-se mais relaxado quando separado do cliente	18	7,3
Outros	23	9,3



Observa-se ainda que os fatores relacionados com a história ou falta de interesse no diagnóstico e estado do animal foram selecionados por mais de 35% dos respondentes, dependendo o valor da categoria específica. Fatores ligados com o comportamento foram selecionados por mais de 25% dos respondentes, também dependendo da categoria.

Os fatores ligados à história anterior do animal ou história relacionada com outros animais são sinalizados por menor número de respondentes, 6,5% ou menos. Um fator contributivo para este valor poderá relacionar-se com o fato dos médicos veterinários providenciarem assistência a animais abandonados ou que normalmente não são submetidos a avaliação médico-veterinária de rotina.

Na categoria “*outros*” a maioria dos respondentes refere a admissão por parte do cliente, de um familiar ou testemunho de terceiros. Um respondente refere ainda a comunicação diferente entre o cliente e o médico veterinário quando o cônjuge estava presente.

Tabela 17 – Conhecimento da identidade do agressor

Conhecimento do agressor (N=248)	N	%
Não	44	17,7
Sim, <25% dos casos	124	50,0
Sim, 25% - 50% dos casos	36	14,5
Sim, 50% - 75% dos casos	25	10,1
Sim, 75% - 100% dos casos	19	7,7

Outra vertente explorada foi se havia conhecimento, pelo médico veterinário, da **identidade do agressor**. Dos 248 respondentes, 17,7% afirmou desconhecer o agressor (Tabela 17), tendo a maioria assinalado, em percentagem variável de casos, ter conhecimento de quem seria. A maior

percentagem de seleção foi verificada na categoria de conhecimento em menos de 25% dos casos, sendo este valor inferior à média estimada por Williams *et al.* (2008) de que em 41% dos casos a identidade do agressor era conhecida ou suspeitada.

A última questão desta secção procurava saber se os respondentes tinham suspeitado ou notado evidências de que poderiam estar a ocorrer maus-tratos sobre o animal e **maus-tratos sobre pessoas do núcleo familiar** onde o animal vivia (Tabela 18). O núcleo familiar foi apresentado como um todo incluindo cônjuge, crianças, jovens e idosos.

Tabela 18 – Perceção de maus-tratos sobre outros membros do núcleo familiar

Perceção de maus-tratos sobre outros membros do núcleo familiar (N=248)	N	%
Nunca pensei nesse aspeto e portanto não consigo responder	73	29,4
Não, nunca suspeitei nem vi evidências	122	49,2
Sim, já suspeitei ou vi evidências	53	21,4

Uma das possibilidades de resposta considerava a hipótese do respondente nunca ter avaliado o tema dos maus-tratos sobre os animais sob essa perspetiva. Ao incluir esta possibilidade pretendeu-se excluir do “*não*”, os respondentes que a selecionariam, em oposição ao “*sim*”, por falta de outra opção. Se as respostas obtidas forem corrigidas tendo em atenção este fato, as percentagens específicas de “*sim*” (122/175) e “*não*” (53/175) são de 69,7% e 30,3%, respetivamente, ao invés de 49,2% e de 21,4%.

A proporção de respondentes que assinalaram que já tinham suspeitado ou visto evidências de que também havia maus-tratos a outros membros do núcleo familiar é superior à encontrada por Williams *et al.* (2008) (16%) e por Green & Gullone (2005) (23,7%), que se aproximam mais do valor encontrado

sem a correção, podendo ter ocorrido nestes estudos o enviesamento que se tentou evitar no presente trabalho. Embora não tenha sido pedido aos respondentes para listarem razões que os levaram a suspeitar ou a saber de existência de maus-tratos sobre um membro do núcleo familiar, é interessante registar que o médico veterinário pode eventualmente suspeitar ou tomar conhecimento desse tipo de eventos.

Secção 3 – ATITUDES E CRENÇAS DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS PERANTE OS MAUS-TRATOS

Nesta secção foram incluídos 5 grupos de frases, para avaliação de atitudes e crenças. As questões foram disponibilizadas a todos os respondentes, independentemente da área de exercício da profissão (N=349), entendendo-se que poderiam ser respondidas por qualquer médico veterinário em razão da sua formação de base. Neste aspeto o presente estudo difere dos que lhe serviram de base (Sharpe & Wittum, 1999; Munro & Thrusfield, 2001d; Green & Gullone, 2005; Williams *et al.*, 2008), uma vez que nesses a análise das atitudes e crenças ligadas ao elo entre maus-tratos a animais e a pessoas, nomeadamente violência doméstica, foi limitada apenas ao grupo de médicos veterinários clínicos.

As questões foram apresentadas sob a forma de Escala de Likert com cinco graus de concordância: Concordo em absoluto (1), Concordo (2) Nem concordo nem discordo (3), Discordo (4) e Discordo em absoluto (5), tendo sido considerado o grau intermédio (3) como uma posição neutra.

As diferenças no grau de concordância com as frases, em função das variáveis de género, idade, zona (predominantemente rural ou urbana) e

estrutura (tipologia do Centro de Atendimento Médico Veterinário) foram estudadas por análise multivariada de variância, seguida de análises univariadas e de testes *post hoc*, quando os efeitos se revelaram significativos.

ATITUDES

Para a análise das atitudes perante os maus-tratos sobre animais e as atitudes perante maus-tratos sobre pessoas do núcleo familiar foram disponibilizadas seis afirmações idênticas, em dois grupos separados (Tabela 19). Para facilidade de apresentação tabelar e gráfica os termos sublinhados serão utilizados como forma contraída das frases.

Tabela 19 – Lista de atitudes perante maus-tratos sobre animais e outros membros do núcleo familiar

Animais	Pessoas
<u>Não fazer nada</u>	<u>Não fazer nada</u>
<u>Perguntar ao cliente</u> se o animal sofreu mau trato	<u>Perguntar diretamente ao cliente</u> se há situações de violência doméstica no núcleo familiar onde o animal vive
<u>Informar o cliente</u> do que é o mau trato e explicar por que é que certas atitudes são consideradas abuso	<u>Informar o cliente</u> o que é violência doméstica e explicar por que é que certas atitudes são consideradas abuso
<u>Orientar o cliente</u> de como agir e a quem se dirigir para registar/denunciar uma situação de mau trato	<u>Orientar o cliente</u> de como agir e a quem se dirigir para registar/denunciar uma situação de violência doméstica
<u>Denunciar todos os casos</u> de mau trato de que tenha conhecimento direto	<u>Denunciar todos os casos</u> de violência doméstica que tenha conhecimento durante o exercício profissional
<u>Denunciar</u> apenas <u>os casos graves</u>	<u>Denunciar os casos graves</u> de violência doméstica que tenha conhecimento durante o exercício profissional

Relativamente às **atitudes perante os maus-tratos sobre animais**, os resultados mostram uma forte discordância (média 4,37) da atitude “*não fazer nada*” (Tabela 20 e Gráfico 8) com 53% dos respondentes a selecionarem o grau 5 (discordo em absoluto). As atitudes de *perguntar*, *informar* e *orientar*

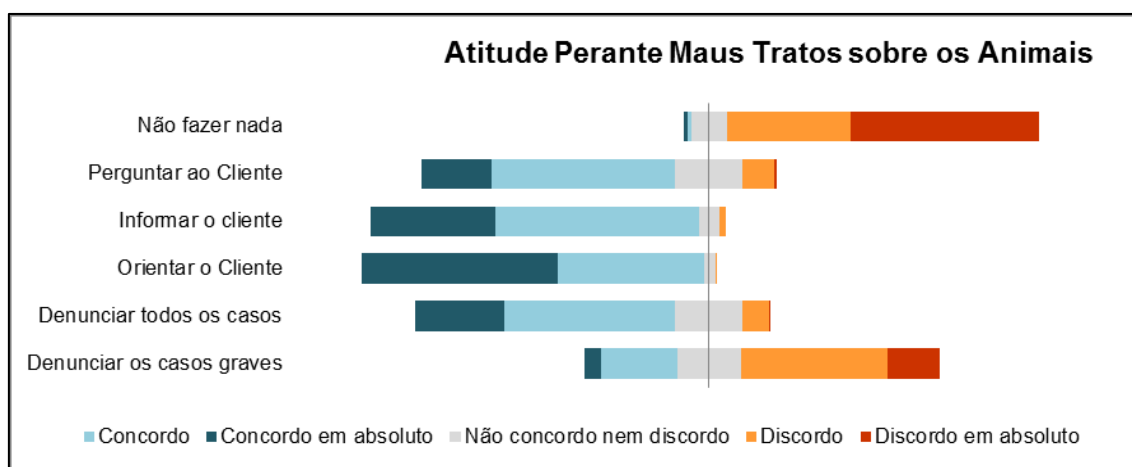
recebem a concordância da maioria dos respondentes. Relativamente às atitudes de denúncia, a maioria concorda que todos devem ser denunciados, discordando que haja denúncia apenas dos casos graves.

Tabela 20 - Atitudes perante maus-tratos sobre animais

	Graus de Concordância*	1	2	3	4	5
Atitude	Média (DP)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Não fazer nada	4,37 (0,802)	4 (1,1)	4 (1,1)	35 (10,0)	121 (34,7)	185 (53,0)
Perguntar ao Cliente	2,20 (0,883)	68 (19,5)	181 (51,9)	66 (18,9)	31 (8,9)	3 (0,9)
Informar o Cliente	1,75 (0,652)	122 (35,0)	200 (57,3)	20 (5,7)	7 (2,0)	0 (0,0)
Orientar o Cliente	1,49 (0,590)	192 (55,0)	144 (41,3)	11 (3,2)	2 (0,6)	0 (0,0)
Denunciar todos os casos	2,09 (0,871)	88 (25,2)	168 (48,1)	66 (18,9)	26 (7,4)	1 (0,3)
Denunciar os casos graves	3,40 (1,11/)	16 (4,6)	75 (21,5)	63 (18,1)	143 (40,9)	52 (14,9)

*(1)Concordo em absoluto, (2)Concordo, (3)Nem concordo nem discordo, (4) Discordo, (5)Discordo em absoluto; DP-Desvio Padrão

Gráfico 8 - Atitudes perante maus-tratos sobre animais



Da análise multivariada de variância para as variáveis demográficas, não foram encontradas diferenças para o género, zona (rural/urbana) e tipologia do Centro de Atendimento Médico Veterinário. A idade influenciou o nível de concordância ($F=1,989$, $p=0,003$), pela contribuição da diferença da classe 51-60 anos para a atitude *perguntar* ($F=2,976$, $p=0,019$) com tendência para

concordarem mais fortemente e da classe de 61-70 anos apenas concordarem na atitude de *orientar* o cliente ($F=2,726$, $p=0.029$) e na denúncia apenas dos *casos mais graves* ($F=2,526$, $p=0.041$).

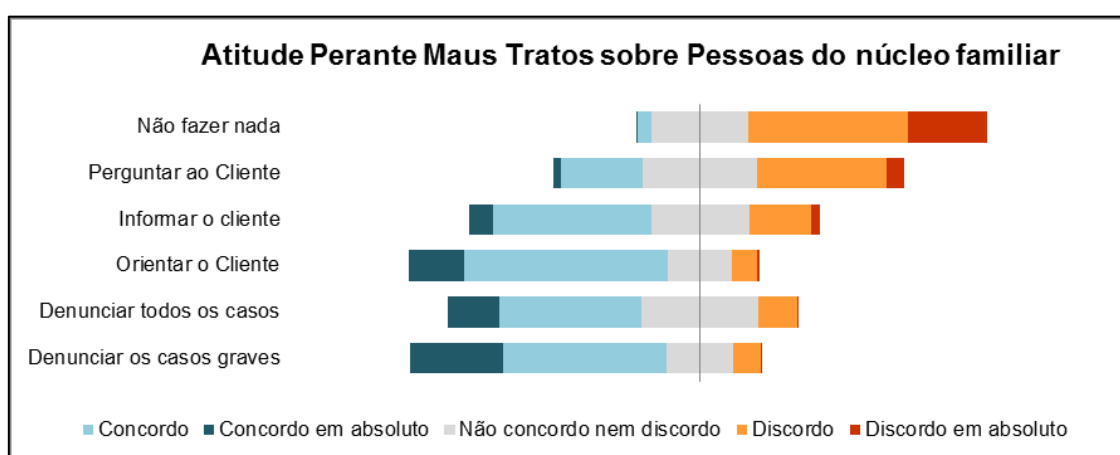
Relativamente às **atitudes perante os maus-tratos sobre pessoas** do núcleo familiar, os resultados mostram uma discordância (média 3, 86) da atitude “*não fazer nada*” (Tabela 21 e Gráfico 9) com 45,6% dos respondentes a selecionarem o grau 4 (discordo).

Tabela 21 - Atitudes perante maus-tratos sobre pessoas do núcleo familiar

Atitude	Graus de Concordância*	1	2	3	4	5
	Média (DP)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Não fazer nada	3,86 (0,819)	1 (0,3)	14 (4,0)	96 (27,5)	159 (45,6)	79 (22,6)
Perguntar ao Cliente	3,19 (0,919)	7 (2,0)	82 (23,5)	114 (32,7)	129 (37,0)	17 (4,9)
Informar o Cliente	2,64 (0,935)	24 (6,9)	157 (45,0)	98 (28,1)	61 (17,5)	9 (2,6)
Orientar o Cliente	2,19 (0,812)	55 (15,8)	203 (58,2)	64 (18,3)	24 (6,9)	3 (0,9)
Denunciar todos os casos	2,42 (0,889)	51 (14,6)	142 (40,7)	116 (33,2)	38 (10,9)	2 (0,6)
Denunciar os casos graves	2,09 (0,884)	92 (26,4)	163 (46,7)	66 (18,9)	27 (7,7)	1 (0,3)

*(1)Concordo em absoluto, (2)Concordo, (3)Nem concordo nem discordo, (4) Discordo, (5)Discordo em absoluto; DP-Desvio Padrão

Gráfico 9 - Atitudes perante maus-tratos sobre pessoas do núcleo familiar



O nível de concordância para a atitude de *perguntar* está mais distribuído havendo tendência para uma opinião mais neutra (média 3,19). As atitudes de *informar* e *orientar* recebem a concordância da maioria dos respondentes. Relativamente às atitudes de *denúncia*, a maioria concorda que todos devem ser denunciados (média 2,42), concordando mais fortemente no caso de casos graves (média 2,09).

Da análise multivariada de variância para as variáveis demográficas, não foram encontradas diferenças para o género, zona (rural/urbana) e tipologia do Centro de Atendimento Médico Veterinário. A idade influenciou o nível de concordância ($F=1,611$, $p=0,031$), pela contribuição da diferença da classe 51-60 anos para a atitude *perguntar* ($F=3,323$, $p=0,011$) com tendência para concordarem afastando-se da opinião neutra e da classe de 61-70 anos ter tendência para uma opinião mais neutra no que respeita à atitude de *não fazer nada* ($F=2,876$, $p=0,023$).

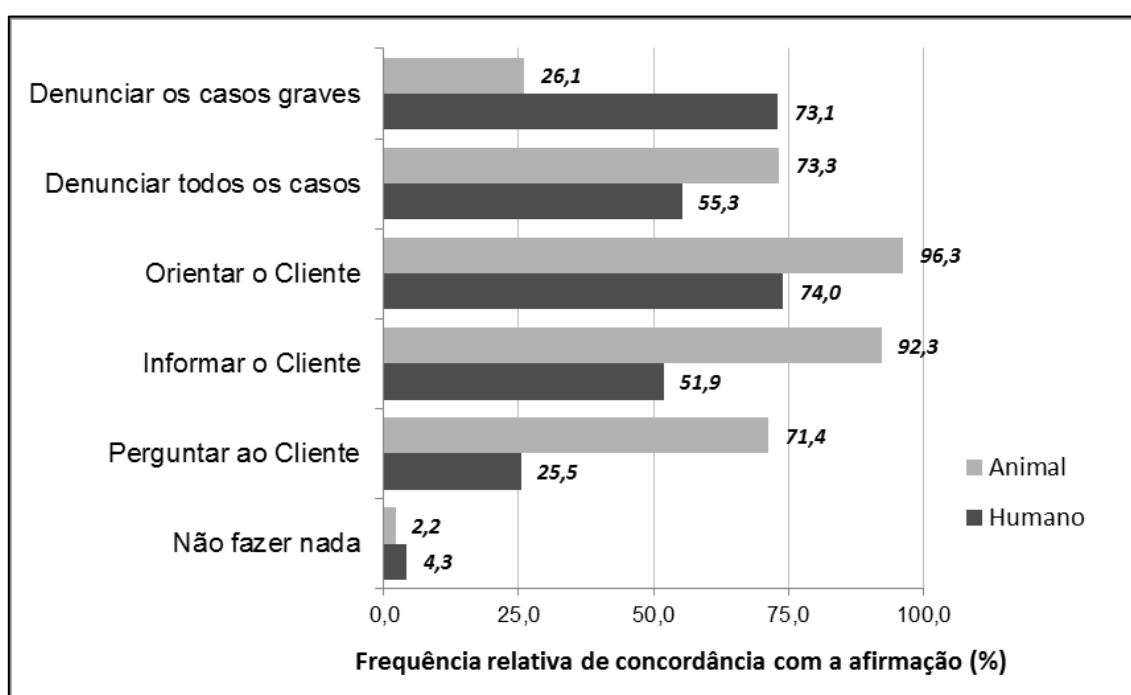
Sharpe & Wittum (1999), Green & Gullone (2005) e Williams *et al.* (2008) analisaram as atitudes perante os maus-tratos sobre animais e sobre outros membros do núcleo familiar através dos resultados de seleção numa lista de atitudes, tendo os dois últimos estudos indagado aos respondentes a razão da escolha. No presente trabalho tentou-se perceber o grau de concordância com as atitudes listadas, como visto acima, e a partir das razões apresentadas nos referidos trabalhos, bem como na literatura revista, construir um grupo de causas de relutância para as atitudes mais passivas, como abordado a seguir. No entanto, e apesar da comparação poder sofrer de alguma imprecisão, tentou-se fazê-la de modo sumário, reunindo os respondentes que concordaram ou concordaram em absoluto (grau 1 e 2 de concordância) com

as atitudes listadas, assumindo que esses selecionariam a atitude se a metodologia tivesse sido idêntica à seguida nos estudos referidos. No gráfico 10 podem ser apreciadas as frequências relativas alocadas a cada atitude, para animais e para pessoas.

Pelo referido acima, e dado as frequências relativas serem bastante diferentes entre os vários estudos, apenas foi efetuada uma comparação das tendências animal *versus* pessoas.

Observa-se que, para quatro atitudes (*não fazer nada, perguntar, informar e orientar* o cliente), os estudos, incluindo o presente, mostram tendências semelhantes de maior concordância ou de frequência de escolha para as atitudes *perguntar, informar e orientar* no que se refere aos animais comparado com as pessoas, e a tendência inversa na atitude *não fazer nada* (mais provável em humanos que nos animais).

Gráfico 10 – Comparação da concordância com as atitudes perante maus-tratos



Poder-se-á dizer que estas tendências seriam esperadas uma vez que os médicos veterinários poderão estar mais seguros e ter maiores recursos/conhecimento quando se trata de um animal do que de uma pessoa. No entanto, para as atitudes relacionadas com as denúncias, o presente estudo inverte as tendências dos outros estudos. Relativamente à atitude *denunciar os casos graves*, tal pode ser explicado pelo tipo de teste utilizado e a utilização da palavra “apenas” (denunciar apenas os casos graves) o que originou o desvio dos respondentes para os graus de discordância (4 e 5), relativamente ao “*denunciar todos*” a inversão poderá ser devida à ligação entre denunciar todos e a denúncia obrigatória que existe ou é tema de discussão nos Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália, podendo ter levado os respondentes desses países a não selecionarem esta atitude.

RELUTÂNCIA

A **relutância em denunciar** casos de maus-tratos sobre animais pode ter várias causas, já listadas nos trabalhos citados e na bibliografia revista, como anteriormente referido. Foi solicitado aos respondentes que manifestassem o seu grau de concordância com causas, já listadas e reconhecidas, como obstáculo à denúncia. A opção por esta metodologia deriva do interesse em discriminar o grau de concordância para cada uma delas. Foram listadas 8 causas:

- Não saber como proceder;
- Ter a convicção que não adiantará nada;
- Ter medo de retaliações agressivas;
- Ter medo de perder o cliente;
- Não ter a certeza absoluta se foi mesmo maus-tratos;

- Ter medo de retaliações legais por parte do visado se posteriormente, não for provado os maus-tratos;
- Ter que pedir levantamento do sigilo profissional;
- Gastar muito tempo a elaborar toda a documentação do caso;

Da análise dos dados obtidos (Tabela 22 e Gráfico 11) observou-se que a maioria das causas apontadas como sendo argumentos para não denunciar maus-tratos colhem da maior parte dos respondentes concordância (médias 2,06 a 2,91), exceto o *medo de perder o cliente*, onde 55% discorda ou discorda fortemente (média 3,37).

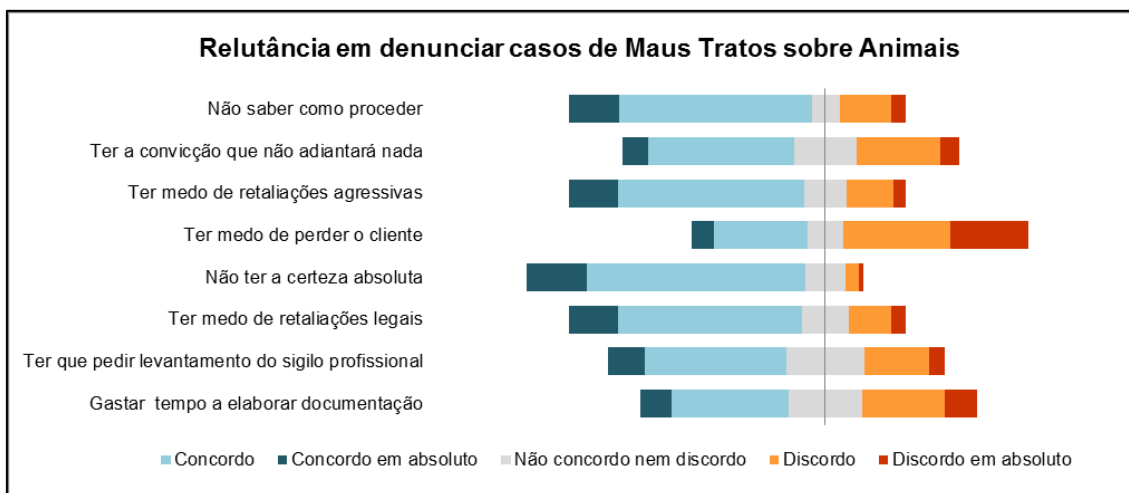
Em contraste, a causa considerada como mais importante é o *não haver certeza absoluta* de que está em presença de um caso de maus-tratos, onde 82% dos respondentes manifestam concordância ou forte concordância (média 2,06).

Tabela 22 – Causas de relutância em denunciar maus-tratos sobre animais

Causa	Graus de Concordância*	1	2	3	4	5
	Média (DP)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Não saber como proceder	2,37 (1,050)	52 (14,9)	199 (57,0)	29 (8,3)	54 (15,5)	15 (4,3)
Ter a convicção que não adiantará nada	2,77 (1,077)	27 (7,7)	151 (43,3)	65 (18,6)	87 (24,9)	19 (5,4)
Ter medo retaliações agressivas	2,37 (1,016)	51 (14,6)	192 (55,0)	44 (12,6)	49 (14,0)	13 (3,7)
Ter medo de perder o cliente	3,37 (1,286)	23 (6,6)	97 (27,8)	37 (10,6)	111 (31,8)	81 (23,2)
Não ter a certeza absoluta	2,06 (0,763)	62 (17,8)	227 (65,0)	41 (11,7)	14 (4,0)	5 (1,4)
Ter medo retaliações legais	2,38 (1,020)	51 (14,6)	190 (54,4)	49 (14,0)	44 (12,6)	15 (4,3)
Ter que pedir levantamento do sigilo profissional	2,64 (1,053)	38 (10,9)	147 (42,1)	81 (23,2)	67 (19,2)	16 (4,6)
Gastar tempo a elaborar a documentação	2,91 (1,159)	32 (9,2)	121 (34,7)	77 (22,1)	85 (24,4)	34 (9,7)

*(1)Concordo em absoluto, (2)Concordo, (3)Nem concordo nem discordo, (4)Discordo, (5)Discordo em absoluto; DP-Desvio Padrão

Gráfico 11 - Causas de relutância em denunciar maus-tratos sobre animais



A concordância registada para a causa *não saber como proceder* perante um caso suspeito ou confirmado de maus-tratos (média 2,37) é consonante, pelo menos, com a discordância com a afirmação de *haver informação e formação adequadas* durante o curso ($F=2,793$, $p=0,026$), fator que será abordado em seguida.

O grau de concordância não é influenciado pelos fatores demográficos zona (rural/urbana) ou tipologia do Centro de Atendimento Médico Veterinário. A idade influenciou o nível de concordância ($F=2,609$, $p=0,000$), verificando-se que os respondentes da classe etária 51-60 anos têm tendência a ter uma opinião mais neutra ($F=5,289$, $p=0,000$) no que concerne ao *não saber como proceder* e os com idades compreendidas entre 61 e 70 anos têm tendência a ter uma opinião mais neutra no que se refere à *convicção de que não adiantará nada* ($F=3,783$, $p=0,005$) tendo no entanto tendência a uma opinião mais discordante relativa ao *medo de retaliações físicas* ($F=7,622$, $p=0,000$).

O género também indicou influenciar o grau de concordância ($F= 5,600$, $p=0,000$), sendo as causas *não saber como proceder* ($F=6,246$, $p=0,013$), o

medo de retaliações agressivas ($F=14,891$, $p=0,000$) e o *medo de retaliações legais* ($F=18,804$, $p=0,000$) as que contribuíram para esta diferença tendo os homens tendência para uma opinião mais neutra e as mulheres tendência para uma opinião mais concordante.

CRENÇAS

Para a análise das crenças perante os maus-tratos sobre animais e as crenças perante maus-tratos sobre pessoas do núcleo familiar foram disponibilizadas dois grupos de afirmações.

Relativamente às **crenças perante os maus-tratos sobre animais**, foram listadas quatro afirmações (a sublinhado os termos-chave utilizados nas formas tabelar e gráfica):

- "Os Médicos Veterinários têm a responsabilidade moral de intervir quando suspeitam de maus-tratos animal"
- "Se me fosse apresentado um animal que suspeitasse ter sido sujeito a maus-tratos sinto que posso os recursos/conhecimentos necessários para oferecer ajuda na prevenção da recorrência"
- "Acredito que entendo os meus direitos e responsabilidades legais se suspeitar de maus-tratos sobre um animal"
- "Durante o curso de Medicina Veterinária recebi formação e informação adequadas para o reconhecimento e prevenção dos maus-tratos sobre animais"

Da análise dos dados obtidos (Tabela 23 e Gráfico 12) sobressaem duas informações, uma relativa à *responsabilidade moral de intervir* e outra relativa à *formação e informação adequadas* nesta área. Assim, observa-se uma forte concordância de que os médicos veterinários têm a responsabilidade moral de intervir quando suspeitam de maus-tratos sobre animais (média 1,63), o que se assemelha aos resultados encontrados por Green & Gullone (2005) e Williams

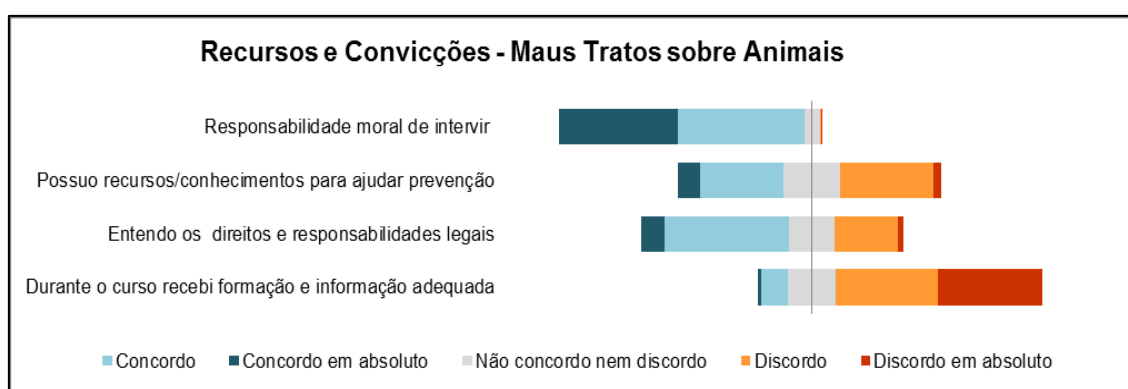
et al. (2008), com 93% dos respondentes a concordarem ou concordarem fortemente com esta afirmação. Observando-se o oposto (média 4,05) no que se refere à formação e informação adequadas recebidas durante o curso de Medicina Veterinária, com 78,8% dos respondentes a discordarem ou discordarem fortemente da afirmação, o que também vai ao encontro dos resultados obtidos nos estudos referidos, sendo que a média se aproxima mais dos resultados do estudo australiano (Green & Gullone, 2005).

Tabela 23 – Crenças perante os maus-tratos sobre animais

Crença	Graus de Concordância*	1	2	3	4	5
	Média (DP)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Responsabilidade moral de intervir	1,63 (0,651)	157 (45,0)	168 (48,1)	21 (6,0)	21 (0,6)	1 (0,3)
Possuo os recursos/conhecimentos	2,93 (1,058)	29 (8,3)	111 (31,8)	75 (21,5)	75 (35,5)	10 (2,9)
Entendo os direitos e responsabilidades legais	2,63 (1,010)	31 (8,9)	166 (47,6)	60 (17,2)	60 (24,4)	7 (2,0)
Durante o curso recebi formação e informação adequada	4,05 (1,017)	5 (1,4)	36 (10,3)	33 (9,5)	33 (39,0)	139 (39,8)

*(1)Concordo em absoluto, (2)Concordo, (3)Nem concordo nem discordo, (4)Discordo, (5)Discordo em absoluto; DP-Desvio Padrão

Gráfico 12 - Crenças perante os maus-tratos sobre animais



O grau de concordância não é influenciado pelos fatores demográficos género, zona (rural/urbana) nem pela tipologia do Centro de Atendimento Médico Veterinário. O grau de concordância para algumas afirmações foi

influenciado pela idade ($F=3,164$, $p=0,000$), verificando-se que a contribuição para a variação significativa se deveu aos respondentes da classe etária 51-60 anos que têm tendência a ter uma opinião mais concordante no que concerne a *possuírem os recursos e conhecimentos necessários* para oferecer ajuda na prevenção da recorrência ($F=5,289$, $p=0,001$) e também no *entendimento das responsabilidades legais* em caso de suspeita de maus-tratos sobre um animal ($F=4,440$, $p=0,002$). No que se refere a receber formação e informação necessária ($F=4,931$, $p=0,001$) os respondentes com menos de 30 anos têm tendência a discordar menos e a faixa etária dos 41 aos 50 anos a discordar mais.

Relativamente às **crenças perante os maus-tratos sobre outros membros do núcleo familiar**, foram listadas seis afirmações, tendo as três primeiras o objetivo de analisar as crenças acerca do elo entre os maus-tratos sobre animais e sobre pessoas, e as três últimas repetem as afirmações relativas aos animais (a sublinhado os termos-chave utilizados nas formas tabelar e gráfica):

- "Pessoas que maltratam os seus animais são mais propensas a maltratar as suas crianças"
- "Pessoas que maltratam os seus animais são mais propensas a maltratar os seus cônjuges"
- "Pessoas que maltratam animais são mais propensas a cometer outro tipo de crimes"
- "Os Médicos Veterinários têm a responsabilidade moral de intervir quando suspeitam de violência doméstica no núcleo familiar onde o animal apresentado à consulta vive"
- "Se no desempenho das minhas funções suspeitasse que ocorria abuso sobre uma criança ou um cônjuge do núcleo familiar onde o animal vive, sinto que disponho de recursos/conhecimentos necessários para oferecer ajuda" (por

exemplo encaminhamento para organizações/entidades de ajuda e/ou apoio)

- "Acredito que entendo os meus direitos e responsabilidades legais se suspeitar de abuso de uma criança ou cônjuge"

Da análise dos dados obtidos (Tabela 24 e Gráfico 13) é evidente para as três primeiras afirmações, relacionadas com o elo entre os maus-tratos sobre animais e sobre crianças, sobre cônjuges e outro tipo de crimes, uma concordância (médias 2,05, 2,05 e 2,14 respetivamente) com 71,3%, 71,4% e 78,8% dos respondentes, respetivamente, a concordarem ou concordarem fortemente com as afirmações, não sendo a opinião influenciada por nenhum dos parâmetros demográficos.

Tabela 24 – Crenças perante os maus-tratos sobre outros membros do agregado familiar

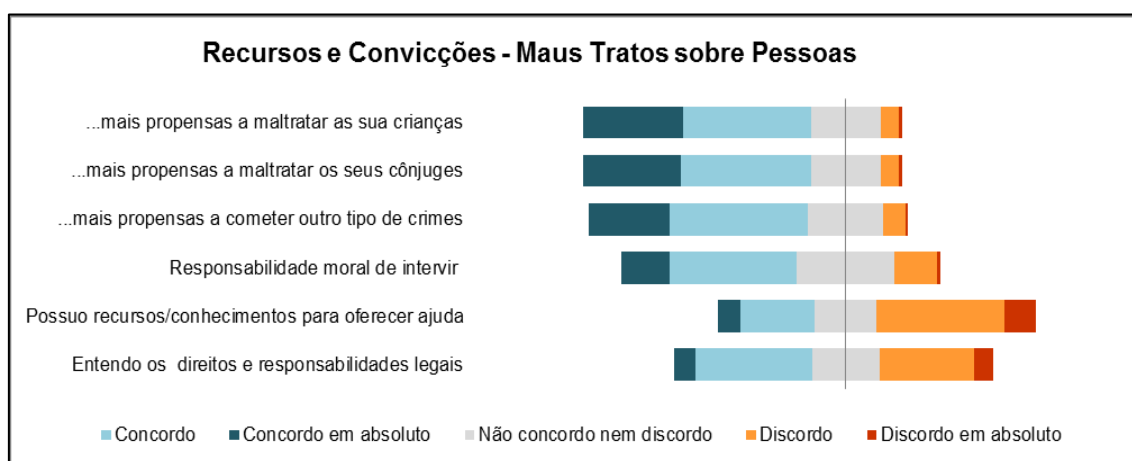
Crença	Graus de Concordância*	1	2	3	4	5
	Média (DP)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
... são mais propensas a maltratar as suas crianças	2,05 (0,916)	109 (31,2)	140 (40,1)	77 (22,1)	20 (5,7)	3 (0,9)
...são mais propensas a maltratar os seus cônjuges	2,05 (0,913)	107 (30,7)	142 (40,7)	77 (22,1)	20 (5,7)	3 (0,9)
... são mais propensas a cometer outro tipo de crimes	2,14 (0,900)	89 (35,5)	151 (43,3)	82 (23,5)	25 (7,2)	2 (0,6)
Responsabilidade moral de intervir	2,46 (0,942)	53 (15,2)	138 (39,5)	108 (30,9)	46 (13,2)	4 (1,1)
Possuo os recursos/conhecimentos	3,22 (1,124)	25 (7,2)	81 (23,2)	69 (19,8)	140 (40,1)	34 (9,7)
Entendo os direitos e responsabilidades legais	2,92 (1,080)	23 (6,6)	128 (36,7)	73 (20,9)	104 (29,8)	21 (6,0)

*(1)Concordo em absoluto, (2)Concordo, (3)Nem concordo nem discordo, (4)Discordo, (5)Discordo em absoluto; DP-Desvio Padrão

Quanto às três últimas afirmações, as opiniões têm um espectro mais alargado. No entanto pode-se observar que 54,7% dos respondentes concorda ou concorda fortemente com a responsabilidade moral e ética de intervir ainda

que 49,9 % discordar ou discordar fortemente que disponha dos recursos ou conhecimentos necessários para oferecer ajuda.

Gráfico 13 - Crenças perante os maus-tratos sobre outros membros do agregado familiar



A afirmação relativa à *responsabilidade moral* do médico veterinário para intervir foi influenciada pelo fator demográfico idade ($F=2,527$, $p=0,041$), tendo os respondentes da classe etária 51-60 anos tendência para uma opinião mais neutra. O grau de concordância com a afirmação relativa à posse de *recursos e conhecimentos necessários* para oferecer ajuda também mostrou ser influenciada pela idade ($F=3,831$, $p=0,005$), observando-se nas duas classes etárias de maior idade uma tendência para concordarem que possuem os recursos necessários afastando-se da opinião neutra.

4.5. CONCLUSÕES

Com o presente estudo pretendeu-se averiguar como os médicos veterinários percecionam e reconhecem os maus-tratos sobre animais de companhia., tendo ainda como objetivo conhecer as suas atitudes e crenças sobre os maus-tratos, quer sobre animais quer sobre pessoas.

As conclusões, devido a algumas limitações previstas e outras imprevistas, nomeadamente a dimensão da amostra, deverão ser entendidas com o necessário cuidado, não se pretendendo por isso traçar com os dados obtidos “perfis” nacionais, quer da prevalência e incidência de maus-tratos sobre animais de companhia, já que não é um estudo epidemiológico, quer das atitudes e crenças dos médicos veterinários relativas a este tema. O fato de ser um questionário de preenchimento voluntário e que se baseou, para uma das secções, na memória dos respondentes pode também ter um potencial efeito de enviesamento. É no entanto possível, e apesar das limitações, evidenciar alguns aspetos que sobressaíram da análise dos dados disponíveis.

Os animais que sofrem maus-tratos são presentes, com alguma frequência, a um Centro de Atendimento Médico-Veterinário, contrariando a ideia de que estes casos não chegam sequer a ser do conhecimento dos médicos veterinários.

Os canídeos são os animais que mais frequentemente estão envolvidos em casos suspeitos ou confirmados. A má condição corporal e o mau estado do pelo e unhas são as duas condições mais vezes selecionadas pelos respondentes. Estas condições estão associadas à negligência, que é identificada também na literatura como o tipo mais frequente de maus-tratos. A negligência, embora nem sempre se enquadre na definição de maus-tratos

físicos, pode causar graves problemas de saúde, provocando dor e sofrimento de intensidade variável consoante a gravidade da situação.

O atraso na procura de acompanhamento médico veterinário é frequentemente apontado como sinal de alerta para a existência de maus-tratos. O comportamento anómalo é outro dos sinais de alerta assinalado. É importante realçar que nem sempre os danos provocados por maus-tratos físicos são facilmente visíveis no momento de uma consulta, que pode ocorrer algum tempo depois do evento, sendo o comportamento do animal muitas vezes o sinal mais visível, principalmente se os maus-tratos forem repetidos e/ou continuados.

A responsabilidade moral dos médicos veterinários intervirem em situações de maus-tratos sobre animais de companhia reúne um forte consenso entre os respondentes, que manifestam discordância de atitudes passivas e entendem a denúncia como um dos modos de intervenção.

No entanto, verifica-se relutância em denunciar devido, nomeadamente, à falta de certeza absoluta de estar em presença de um caso de maus-tratos e ao medo de retaliações físicas ou legais, estas últimas em situações de suspeita que posteriormente não seja confirmada.

A falta de conhecimento de como proceder, assinalada também como uma das causas de relutância em denunciar, aliada à opinião que a formação recebida não é a adequada, evidencia a necessidade de formação nesta área para que os médicos veterinários se sintam mais preparados para intervir ativamente.

A existência de uma ligação entre os maus-tratos sobre animais e sobre pessoas é reconhecido pelos respondentes, tendo sido mesmo percecionado e

identificado em algumas situações. No entanto, apesar de haver uma tendência para concordar que o médico veterinário tem a responsabilidade moral de intervir, quando suspeito de violência doméstica no núcleo familiar onde o animal vive, também é reconhecido não haver os recursos ou os conhecimentos necessários para oferecer ajuda. Esta conclusão poderá abrir uma nova perspetiva na sinalização e prevenção de casos de violência doméstica, entendendo-se como positiva a participação dos médicos veterinários na abordagem multidisciplinar nesta área.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPETIVAS FUTURAS

Desde 2014 que se assiste em Portugal à produção de normas legais tendentes a proteger os animais, quer seja pela criminalização dos maus-tratos e abandono de animais de companhia, quer seja pelo reconhecimento oficial da sua condição de seres sencientes.

Este novo paradigma introduziu a necessidade de olhar de modo distinto para ações consideradas não admissíveis pela sociedade atual. Esta mudança implica, que os agentes envolvidos se perfilam de modo diferente perante o problema, sendo atualmente solicitado aos médicos veterinários um tipo de atuação que até agora lhes era, na maioria dos casos, desconhecida.

O diagnóstico e relato de maus-tratos sobre animais é, e continuará a ser, um desafio para os médicos veterinários. Os avanços técnicos e científicos nesta área têm sido constantes, embora ainda haja espaço para melhorias consideráveis, que deverão ser acompanhadas pelo desejável investimento na formação graduada e ao longo da vida.

A definição dos conceitos base relacionados com os maus-tratos sobre animais de companhia não é, nem se prevê que seja nos tempos mais próximos, consensual e definitiva, mesmo a nível internacional. Deste modo a melhoria dos textos legais, que atualmente regulam a criminalização dos maus-tratos, não deve estar apenas dependente da existência de conceitos definitivos, até porque estes são dinâmicos, acompanhando a evolução das práticas e desenvolvimentos societários.

A visão legal atual do que é considerado crime de maus-tratos é redutora, particularizando onde deveria generalizar e excluindo condições que, numa

visão humanista da nossa relação com os animais, deveria incluir de modo mais abrangente.

Reconhece-se e aplaude-se a inclusão dos conceitos de dor e sofrimento, mas a forma como são incluídos fica sujeita a interpretações divergentes, que sempre haverá, mas que tendencialmente poderão e deverão ser mais limitadas. A falta de reconhecimento que a dor e sofrimento poderão advir de outras formas que não apenas dos maus-tratos físicos, pode colocar fora do âmbito criminal muitas situações manifestamente de maus-tratos.

Do mesmo modo ao não reconhecer a inflicção da morte a um animal de companhia como entidade independente mas apenas como agravamento de uma ação, poderá excluir ações que conduzam à morte, mas que não causem dor ou sofrimento, ou seja a morte de um animal de companhia poderá não ser considerada legalmente como crime se não existir dor e sofrimento.

A própria titulação do crime “Maus Tratos” deverá ser ponderada e posta à discussão, uma vez que, se levada à letra numa perspetiva bastante restrita, poderá ser entendida apenas como aplicável a quem tiver o dever de cuidar. Para os restantes, na falta de enquadramento de ofensa à integridade física, o crime poderá continuar a ser tipificado como de dano, o que despe o animal da sua condição de ser senciente e, paradoxalmente, colide com o recentemente aprovado estatuto jurídico dos animais.

No que se refere particularmente ao Direito Penal, devido à produção legislativa e evolução normativa recentes, assiste-se atualmente ao levantar de questões que uma harmonização, consolidação e visão integrada e holística dos crimes contra animais poderia evitar, acabando por fortalecer e dar corpo ao reconhecimento oficial dos animais como seres sencientes.

Importa ainda realçar que atualmente o vínculo existente entre os membros de uma família e os animais é forte, assistindo-se a uma “migração”, física e afetiva, dos animais de uma “zona periférica” para o centro do núcleo familiar. Esta alteração implica que os animais de companhia possam, também eles, ser vítimas em situações de violência doméstica. Embora, atualmente, o abuso físico de um animal de companhia não possa, nem deva, ser considerado como um fator preditivo de qualquer tipo de violência não é de menosprezar como fator de alerta. O reconhecimento desta ligação poderá proporcionar mais uma oportunidade de abordagem do problema de forma integrada e multidisciplinar.

O reconhecimento de que a negligência e a violência, seja emocional ou física, perpetradas sobre animais, neste caso de companhia, não afetam só os próprios animais mas poderão ter também consequências sobre outros membros da comunidade, deverá ser entendido como mais um passo na construção de uma sociedade mais justa e protetora dos seus membros mais frágeis.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aggrawal, A. (2009) Zoophilia and Bestiality in Forensic and Medico-legal aspects of sexual crimes and unusual sexual practices, CRC Press, 257-274.
- Aggrawal, A. (2011) A new classification of zoophilia. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 18 (2): 73-78.
- Agulhas, R. & Anciães, A. (2014) *Casos Práticos em Psicologia Forense - Enquadramento legal e avaliação pericial*. Edições Sílabo.
- Allen, M.; Gallagher, B. & Jones, B. (2006) Domestic violence and the abuse of pets: Researching the link and its implications in Ireland. *Practice*, 18 (3): 167-181.
- Anil, S.S.; Anil, L. & Deen, J. (2002) Challenges of pain assessment in domestic animals. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, 220 (3): 313-319.
- APA [American Psychiatric Association] (2013) *DSM-5 Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 5ª Edição. American Psychiatric Publishing.
- Arkow, P. (2015) Recognizing and responding to cases of suspected animal cruelty, abuse, and neglect: what the veterinarian needs to know. *Veterinary Medicine: Research and Reports*, 6: 349-359.
- Arkow, P.; Boyden, P. & Patterson-Kane, E.G. (2011) Practical Guidance for the effective response by veterinarians to suspected animal cruelty, abuse and neglect. *American Veterinary Medical Association*, <https://ebusiness.avma.org/Files/ProductDownloads/AVMA%20Suspected%20Animal%20Cruelty.pdf> , último acesso em 15 Abril 2017.
- Arluke, A.; Levin, J.; Luke, C. & Ascione, F. (1999) The relationship of animal abuse to violence and other forms of antisocial behavior. *Journal of Interpersonal Violence*, 14 (9): 963-975.
- Ascione, F.R. (1993) Children who are cruel to animals: a review of research and implications for developmental psychopathology. *Anthrozoos*, 6 (4): 226-247.
- Ascione, F.R. (1998) Battered women's reports of their partners' and their children's cruelty to animals. *Journal of Emotional Abuse*, 1 (1): 119-133.
- Ascione, F.R. (2001) Animal abuse and youth violence. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*, https://www.ncjrs.gov/html/ojjdp/jjbul2001_9_2/contents.html, último acesso em 30 Julho 2014.
- Ascione, F.R.; Weber, C. & Wood, D.S. (1997) Animal Welfare and domestic violence (online final report submitted to the Geraldine R. Dodge Foundation). *The Zero - The Official Website of Andrew Vachss*, http://www.vachss.com/quest_dispatches/ascione_2.html, último acesso em 25 Março 2017.
- Bateson, P. (1991) Assessment of pain in animals. *Animal Behaviour*, 42 (5): 827-839.
- Baumgaertner, H.; Mullan, S. & Main, D.C.J. (2016) Assessment of unnecessary suffering in animals by veterinary experts. *Veterinary Record*, 179 (12): 307.
- Beirne, P. (2004) From animal abuse to interhuman violence? A critical review of the progression thesis. *Society and Animals*, 12 (1): 39-65.
- Berg, H.C. (1975) Bacterial behaviour. *Nature*, 254 (5499): 389-392.
- Bolliger, G. & Goetschel, A.F. (2005) Sexual relations with animals (zoophilia): an unrecognized problem in animal welfare legislation in Bestiality and Zoophilia:

- Sexual Relations with Animals, Beetz, A.M. & Podberscek, L.A. (Eds), International Society for Anthrozoology, 23-45.
- Britannica (2016) Domestication. *Encyclopedia Britannica inc.*, <https://www.britannica.com/science/domestication>, último acesso em 21 Março 2017.
- Broom, D.M. (1998) Welfare, stress, and the evolution of feelings. *Advances in the Study of Behavior*, 27, 371-403.
- Cambridge Declaration (2012) Cambridge Declaration on Consciousness. *First Annual Francis Crick Memorial Conference*, <http://fcmconference.org/>, último acesso em 17 Março 2017.
- Carlisle-Frank, P.; Frank, J.M. & Nielsen, L. (2004) Selective battering of the family pet. *Anthrozoos*, 17 (1): 26-42.
- CIG [Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género] (2009) Violência Doméstica: encaminhamento para casa de abrigo. *Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género*, https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-VD1_casa_abrigo.pdf, último acesso em 24 Março 2017.
- Comissão Europeia (2013a) Concluding Report of the Conference on the welfare of dogs and cats in the EU, Brussels, 28 October 2013. *Comissão Europeia*, http://ec.europa.eu/dgs/health_food-safety/information_sources/docs/28102013-concluding_report_conference_dogs_and_cats_en.pdf, último acesso em 21 Janeiro 2017.
- Comissão Europeia (2013b) Welfare of companion animals in Europe: views and perspectives. *Directorate General for Health and Consumers - European Commission*, http://ec.europa.eu/food/sites/food/files/animals/docs/aw_newsletter_07_201307_en.pdf, último acesso em 14 Fevereiro 2017.
- Comunicação 2007/C 306, Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia* (PT), 17.12.2007, C 306/1-271.
- Dadds, M.R.; Whiting, C.; Bunn, P.; Fraser, J.A.; Charlson, J.H. & Pirola-Merlo, A. (2004) Measurement of cruelty in children: the Cruelty to Animals Inventory. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 32 (3): 321-334.
- Dawkins, M.S. (2005) The science of suffering in Mental health and well-being in animals, McMillan, F.D.(Ed), Blackwell Publishing, 47-55.
- Dawkins, M.S. (2008) The Science of Animal Suffering. *Ethology*, 114 (10): 937-945.
- De Siqueira, A.; Cassiano, F.C.; De Albuquerque Landi, M.F.; Marlet, E.F. & Maiorka, P.C. (2012) Non-accidental injuries found in necropsies of domestic cats: a review of 191 cases. *Journal of Feline Medicine and Surgery*, 14 (10): 723-728.
- Decreto nº 13/93 de 13 de Abril, que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia. *Diário da República*, 1ªsérie-A, nº 86, 13 de Abril de 1993, 1820-1829.
- Decreto-Lei nº 48/95 de 15 de Março, Código Penal e sucessivas alterações. *Diário da República*, 1ª série, nº 63, 15 de Março de 2015, 1350-1416 (42ª versão consolidada a 3 de Março de 2017, disponível em <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34437675/view?q=Decreto-Lei+48%2F95>).
- Decreto-Lei nº 276/2001 de 17 de Outubro, que estabelece as medidas complementares das disposições da Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia. *Diário da República*, 1ªsérie-A, nº 241, 17 de Outubro de 2001, 6572-6589.

- Decreto-Lei nº 314/2003 de 17 de Dezembro, aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ). *Diário da República*, 1ª série-A, nº 290, 17 de Dezembro de 2003, 8444-8449.
- Decreto-Lei nº 315/2003, de 17 de Dezembro, que altera o Decreto-Lei nº 276/2001, de 17 de Outubro, procedendo a rectificações ao texto e acrescentando aspectos que reforçam as normas de bem-estar dos animais de companhia. *Diário da República*, 1ª Série-A, nº 290, 17 de Dezembro de 2003, 8449-8473.
- Decreto-Lei nº 315/2009 de 29 de Outubro, que aprova o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia. *Diário da República*, 1ª série, nº 210, 29 de Outubro de 2009, 8237-8245.
- Decreto-Lei nº 260/2012 de 12 de Dezembro, que procede à quinta alteração ao Decreto -Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia,. *Diário da República*, 1ªsérie, nº 240, 12 de Dezembro de 2012, 6970-6994.
- DeGue, S. & DiLillo, D. (2009) Is animal cruelty a "red flag" for family violence? Investigating co-occurring violence toward children, partners, and pets. *Journal of Interpersonal Violence*, 24 (6): 1036-1056.
- DeViney, E.; Dickert, J. & Lockwood, R. (1983) The care of pets within child abusing families. *International Journal for the Study of Animal Problems*, 4 (4): 321-329.
- Donley, L. & Patronek, G.J. (2001) Tufts Animal Care and Condition (TACC) scales for assessing body condition, weather and environmental safety, and physical care in dogs. *Cummings School of Veterinary Medicine, Tufts University*, <http://vet.tufts.edu/wp-content/uploads/tacc.pdf>, último acesso em 31 Janeiro 2017.
- Downing, R. (2015) Pain management and Human-Animal bond *in* Handbook of Veterinary Pain Management, Gaynor, J.S. & Muir III, W.W. (Eds), 3ªEdição, Elsevier Mosby, 3-9.
- Epstein, M.; Rodan, I.; Griffenhagen, G.; Kadrlik, J.; Petty, M.; Robertson, S. & Simpson, W. (2015) 2015 AAHA/AAFP Pain Management Guidelines for Dogs and Cats. *Journal of the American Animal Hospital Association*, 51 (2): 67-84.
- Faver, C.A. & Strand, E.B. (2003) To leave or to stay?: Battered women's concern for vulnerable pets. *Journal of Interpersonal Violence*, 18 (12): 1367-1377.
- Faver, C.A. & Cavazos Jr, A.M. (2007) Animal abuse and domestic violence: a view from the border. *Journal of Emotional Abuse*, 7 (3): 59-81.
- Felthous, A.R. & Kellert, S.R. (1986) Violence against animals and people: is aggression against living creatures generalized? *The Bulletin of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 14 (1): 55-69.
- Felthous, A.R. & Kellert, S.R. (1987) Childhood cruelty to animals and later aggression against people: a review. *The American Journal of Psychiatry*, 144 (6): 710-717.
- Flynn, C.P. (2000) Woman's best friend pet abuse and the role of companion animals in the lives of battered women. *Violence Against Women*, 6 (2): 162-177.
- Flynn, C.P. (2011) Examining the links between animal abuse and human violence. *Crime, Law and Social Change*, 55 (5): 453-468.
- Fonseca, A.C. & Dias, S.S. (2011) O problema da crueldade contra animais na infância: suas dimensões e consequências. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 45 (2): 71-92.

- GFK (2015) Portugal é um país Pet-Friendly. GFK, <http://www.gfk.com/pt/insights/press-release/portugal-e-um-pais-pet-friendly/>, último acesso em 14 Fevereiro 2017.
- Green, P.C. & Gullone, E. (2005) Knowledge and attitudes of Australian veterinarians to animal abuse and human interpersonal violence. *Australian Veterinary Journal*, 83 (10): 619-625.
- Gregory, N.G. (2004) *Physiology and Behaviour of Animal Suffering*. Blackwell Science.
- Hardesty, J.L.; Khaw, L.; Ridgway, M.D.; Weber, C. & Miles, T. (2013) Coercive control and abused women's decisions about their pets when seeking shelter. *Journal of Interpersonal Violence*, 28 (13): 2617-2639.
- Hellman, D.S. & Blackman, N. (1966) Enuresis, firesetting and cruelty to animals: a triad predictive of adult crime. *The American Journal of Psychiatry*, 122 (12): 1431-1435.
- Holst, B.S. & Gustavsson, M.H. (2016) Animal obesity: causes, consequences and comparative aspects. *Acta Veterinaria Scandinavica*, 58 (Suppl 1): 56.
- IASP [International Association for the Study of Pain] (1979) Pain terms: a list with definitions and notes on usage, recommended by the IASP Subcommittee on Taxonomy. *PAIN*, 6 (3): 247-252.
- IASP [International Association for the Study of Pain] (2012) IASP Taxonomy. *International Association for the Study of Pain*, <http://www.iasp-pain.org/Taxonomy#Pain>, último acesso em 3 Janeiro 2017.
- Infopédia (2003-2017) Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto Editora, <https://www.infopedia.pt/>.
- Jorge, A.; Leça, A.; Perdigão, A.; Laranjeira, A.R.; Menezes, B.; Fernandes, M.J.L. & Prazeres, V. (2008) Maus tratos das crianças e jovens - Intervenção da Saúde. *Direcção Geral de Saúde*, <http://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/accao-de-saude-para-criancas-e-jovens-em-risco-pdf.aspx>, último acesso em 25 Julho 2015.
- Kellert, S.R. & Felthous, A.R. (1985) Childhood cruelty toward animals among criminals and noncriminals. *Human Relations*, 38 (12): 1113-1129.
- Kempe, C.H.; Silverman, F.N.; Steele, B.F.; Droegemueller, W. & Silver, H.K. (1985) The battered-child syndrome. *Child Abuse & Neglect*, 9 (2): 143-154.
- Kyriazakis, I. & Tolkamp, B. (2011) Hunger and Thirst in Animal Welfare, Appleby, M.; Mench, J.A.; Olsson, A. & Hughes, B. (Eds), 2ª Edição, CABI, 44-63.
- Lamont, L.A.; Tranquilli, W.J. & Grimm, K.A. (2000) Physiology of pain. *Veterinary Clinics of North America. Small Animal Practice*, 30 (4): 703-728
- Leça, A.; Perdigão, A.; Laranjeira, A.R.; Menezes, B.; Velez, C.; Veloso, C.; Oliveira, D.; Branco, E.; Jardim, H.; Chaves, M. & Prazeres, V. (2011) Maus Tratos em Crianças e Jovens - Guia Prático de Abordagem, Diagnóstico e Intervenção. *Direcção Geral de Saúde*, <http://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/maus-tratos-em-criancas-e-jovens-guia-pratico-de-abordagem-diagnostico-e-intervencao-pdf.aspx>, último acesso em 30 Março 2017.
- Lei nº 92/95 de 12 de Setembro, sobre a protecção aos animais. *Diário da República*, 1ª série-A, nº 211, 12 de Setembro de 1995, 5722-5723.
- Lei n.º 69/2014 de 29 de Agosto, que procede à trigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, criminalizando os maus tratos a animais de companhia, e à segunda alteração à Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, sobre protecção aos animais, alargando os direitos das

- associações zoófilas. *Diário da República*, 1ª série, nº 166, 29 de Agosto de 2014, 4566-4567.
- Lei nº 110/2015 de 26 de Agosto, que estabelece o quadro de penas acessórias aplicáveis aos crimes contra animais de companhia (Quadragésima alteração ao Código Penal e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de Outubro). *Diário da República*, 1ª série, nº 166, 26 de Agosto de 2015, 6370.
- Lei nº 27/2016 de 26 de Agosto, que aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população. *Diário da República*, 1ª série, nº 161, 23 de Agosto de 2016, 2827-2828.
- Lei nº 8/2017 de 3 de Março, que estabelece um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e o Código Penal. *Diário da República*, 1ª série, nº 45, 3 de Março de 2017, 1145-1149.
- Levin, J. & Arluke, A. (2009) Reducing the Link's false positive problem in The link between animal abuse and human violence, Linzey, A. (Ed), Sussex Academic Press, 163-171.
- Linnaeus, C.; Engel-Ledeboer, M.S.J. & Engel, H. (1964) Carolus Linnaeus Systema naturae, 1735 Facsimile of the 1st ed. with an introduction and a first English translation of the "Observationes". *Kungliga Tekniska Högskolan - Royal Institute of Technology in Stockholm*, https://www.kth.se/polopoly_fs/1.199546!/Menu/general/column-content/attachment/Linnaeus--extracts.pdf, 3 Abril 2017.
- Linzey, D.W. (2012) The vertebrate story - an overview in *Vertebrate Biology*, 2ª Edição, The Johns Hopkins University Press, 1-24.
- Lockwood, R. (2006) *Animal Cruelty Prosecution - opportunities for early response to crime and interpersonal violence*. American Prosecutors Research Institute.
- Lockwood, R. (2013) Animal Fighting in *Shelter Medicine for Veterinarians and Staff*, Miller, L. & Zawistowski, S. (Eds), 2ª Edição, Wiley-Blackwell, 441-452.
- Lockwood, R. & Arkow, P. (2016) Animal abuse and interpersonal violence: the Cruelty connection and its implications for veterinary pathology. *Veterinary Pathology*, 53 (5): 910-918.
- MacDonald, J.M. (1963) The threat to kill. *The American Journal of Psychiatry*, 120 125-130.
- Manser, C.E. (1992) *The Assessment of Stress in Laboratory Animals*. Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals.
- Marktest (2014) Portugueses preferem cão como animal de estimação. *Grupo Marktest*, <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1c91.aspx>, último acesso em 19 Dezembro 2016.
- Marlet, E.F. & Maiorka, P.C. (2010) Análise retrospectiva de casos de maus tratos contra cães e gatos na cidade de São Paulo. *Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science*, 47 (5): 385-394.
- Mascoli, L. (2015) *Homicídio intrafamiliar: contributos para a avaliação de risco*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.
- Meadow, R. (2007) Child abuse in society in *ABC of Child Protection*, Meadow, R., 4ª Edição, Blackwell Publishing, 1-4.
- Mellor, D.J. (2016a) Updating animal welfare thinking: moving beyond the "Five Freedoms" towards "A Life Worth Living". *Animals*, 6 (3): 21-40.

- Mellor, D.J. (2016b) Moving beyond the "Five Freedoms" by updating the "Five Provisions" and introducing aligned "Animal Welfare Aims". *Animals*, 6 (10): 59-65.
- Mellor, D.J. & Beausoleil, N.J. (2015) Extending the 'Five Domains' model for animal welfare assessment to incorporate positive welfare states. *Animal Welfare*, 24 (3): 241-253.
- Merck, M.D. (2013) Animal fighting in *Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations*, Merck, M.D. (Ed), 2ª Edição, Wiley-Blackwell, 243-253.
- Merck, M.D. & LeCouteur, R.A. (2013) Special considerations in animal cruelty cases in *Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations*, Merck, M.D. (Ed), 2ª Edição, Wiley-Blackwell, 69-96.
- Merck, M.D.; Miller, D.M. & Reisman, R. (2013a) Neglect in *Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations*, Merck, M.D. (Ed), 2ª Edição, Wiley-Blackwell, 207-232.
- Merck, M.D.; Miller, D.M. & Maiorka, P.C. (2013b) Sharp Force Injuries in *Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations*, Merck, M.D. (Ed), 2ª Edição, Wiley-Blackwell, 123-137.
- Merz-Perez, L.; Heide, K.M. & Silverman, I.J. (2001) Childhood cruelty to animals and subsequent violence against humans. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45 (5): 556-573.
- Moreira, J.M. & Gamboa, P. (2016) Inventário de Estados Afetivos-Reduzido: uma medida multidimensional breve de indicadores emocionais de ajustamento. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico e Avaliação Psicológica*, 1 (41): 132-144.
- Morrell, B. & Tilley, D.S. (2012) The role of nonperpetrating fathers in Munchausen syndrome by proxy: a review of the literature. *Journal of Pediatric Nursing*, 27 (4): 328-335.
- Morton, D.B. (2016) Animal suffering and expert evidence. *Veterinary Record*, 179 (12): 305.
- Muir III, W.W. (2015) Pain and Stress: stress-induced hyperalgesia and hypoalgesia in *Handbook of Veterinary Pain Management*, Gaynor, J.S. & Muir III, W.W. Eds), 3ª Edição, Elsevier Mosby, 42-60.
- Munro, H.M. (1996) 'Battered pets'. *Veterinary Record*, 138 (23): 576.
- Munro, H.M. (1999) The battered pet, signs and symptoms in *Child abuse, domestic violence and animal abuse - linking the circles of compassion for prevention*, Ascione, F.R. & Arkow, P. (Eds), Purdue University Press, 199-208.
- Munro, H.M. (2006) Animal sexual abuse: A veterinary taboo? *Veterinary Journal*, 172 (2): 195-197.
- Munro, H.M. & Thrusfield, M.V. (2001a) 'Battered pets': sexual abuse. *Journal of Small Animal Practice*, 42 (7): 333-337.
- Munro, H.M. & Thrusfield, M.V. (2001b) 'Battered pets': non-accidental physical injuries found in dogs and cats. *Journal of Small Animal Practice*, 42 (6): 279-290.
- Munro, H.M. & Thrusfield, M.V. (2001c) 'Battered pets': Munchausen syndrome by proxy (factitious illness by proxy). *Journal of Small Animal Practice*, 42 (8): 385-389.
- Munro, H.M. & Thrusfield, M.V. (2001d) 'Battered pets': features that raise suspicion of non-accidental injury. *Journal of Small Animal Practice*, 42 (5): 218-226.

- Munro, R. & Munro, H.M. (2008) Fundamentals of animal abuse in *Animal Abuse and Unlawful Killing: Forensic Veterinary Pathology*, Saunders Elsevier, 3-5.
- Neves, H.T. (2016) Personalidade jurídica e direitos para os animais? in *Direito (do) Animal*, Duarte, M.L. & Gomes, C.A. (Eds), Almedina, 257-269.
- Newberry, M. (2016) Pets in danger: Exploring the link between domestic violence and animal abuse. *Aggression and Violent Behavior*, in press (disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1359178916302002>).
- Nielsen, C. (2012a) Animalia (Metazoa) in *Animal Evolution, interrelationships of the living Phyla*, 3ª Edição, Oxford University Press, 7-12.
- Nielsen, C. (2012b) Introduction in *Animal Evolution, interrelationships of the living Phyla*, 3ª Edição, Oxford University Press, 1-6.
- OIE (2016) OIE Terrestrial Animal Health Code. *OIE World Organization for Animal Health*, http://www.oie.int/index.php?id=169&L=0&htmfile=titre_1.7.htm, último acesso em 15 Dezembro 2016.
- Oliveira, R. (2016) Listagem de diplomas relativos a animais in *Direito (do) Animal*, Duarte, M.L. & Gomes, C.A. (Eds), Almedina, 315-343.
- Patronek, G. & Nathanson, J.N. (2016) Understanding animal neglect and hoarding in *Animal Maltreatment: Forensic Mental Health, issues and evaluations*, Levitt, L.; Patronek, G. & Grisso, T. (Eds), Oxford University Press, 159-193.
- Patronek, G.; Loar, L.M. & Nathanson, J.N. (2006) Animal Hoarding: structuring interdisciplinary responses to help people, animals and communities at risk. *Hoarding of Animals Research Consortium* <http://vet.tufts.edu/wp-content/uploads/AngellReport.pdf>, último acesso em 15 Abril 2017.
- Patronek, G.J. (1997) Issues for veterinarians in recognizing and reporting animal neglect and abuse. *Society and Animals*, 5 (3): 267-280.
- Patronek, G.J. & Weiss, E. (2012) Animal hoarding: a neglected problem at the intersection of Psychiatry, Veterinary Medicine, and Law (comunicação na American Psychology Law Conference, San Juan). *Tufts University, Cummings School of Veterinary Medicine*, <http://vet.tufts.edu/wp-content/uploads/APLS2012.pdf>, último acesso em 14 Setembro 2015.
- Patterson-Kane, E.G. (2016) The relation of animal maltreatment to aggression in *Animal Maltreatment - Forensic mental health issues and evaluations*, Levitt, L.; Patronek, G. & Grisso, T. (Eds), Oxford University Press, 140-157.
- Patterson-Kane, E.G. & Piper, H. (2009) Animal abuse as a sentinel for human violence: A critique. *Journal of Social Issues*, 65 (3): 589-614.
- Paulino, M. & Rodrigues, M. (2016) *Violência Doméstica - Identificar, Avaliar, Intervir*. Prime Books.
- Pereira, G.G. & Moreira, A.S. (2015) Elo entre mau trato animal e crimes contra pessoas. Comunicação no Seminário de Medicina Forense, Comportamento e Bem-estar, 18-19 Abril 2017, Lisboa, Portugal, Livro de Resumos 58-62.
- Petersen, M.L. & Farrington, D.P. (2007) Cruelty to animals and violence to people. *Victims and Offenders*, 2 (1): 21-43.
- PGR [Procuradoria Geral da República] (2014) Ficha de avaliação de risco de violência doméstica para uso pelas Forças de Segurança. *Procuradoria Geral da República*, <http://www.ministeriopublico.pt/destaque/instrucao-no-22014-da-procuradora-geral-da-republica>, último acesso em 24 Março 2017.

- Phillips, A. (2014) Understanding the link between violence to animals and people - A guide book for criminal Justice professionals. *National District Attorneys Association*, <http://nationallinkcoalition.org/wp-content/uploads/2014/06/Allies-Link-Monograph-2014.pdf>, último acesso em 14 Abril 2017.
- Phillips, A. & Lockwood, R. (2013) Investigating and Prosecuting Animal Abuse. *National District Attorneys Association*, <http://www.ndaa.org/pdf/NDAA%20Animal%20Abuse%20monograph%20150dpi%20complete.pdf>, último acesso em 15 Março 2017.
- Piper, H. (2003) The linkage of animal abuse with interpersonal violence: a sheep in wolf's clothing? *Journal of Social Work*, 3 (2): 161-177.
- Piper, H. & Myers, S. (2006) Forging the links: (de)constructing chains of behaviours: a reply to making the links: child abuse, animal cruelty and domestic violence, child abuse review 13: 399-414. *Child Abuse Review*, 15 (3): 178-187.
- Portaria nº 422/2004 de 24 de Abril, que lista as raças de canídeos consideradas potencialmente perigosas. *Diário da República*, 1ª série-B, nº 97, 24 de Abril de 2004, 2546.
- Regulamento (CE) nº 1069/2009 de 21 de Outubro, que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que revoga o Regulamento (CE) nº 1774/2002 (regulamento relativo aos subprodutos animais). *Jornal Oficial da União Europeia* (PT), 14.11.2009, L 300/1-33.
- Reid, J.; Scott, M.; Nolan, A. & Wiseman-Orr, L. (2013) Pain assessment in animals. *In Practice*, 35 (2): 51.
- Reid, J.; Wiseman-Orr, M.L.; Nolan, A. & Scott, E.M. (2015) Health-Related Quality of Life Measurement *in* Handbook of Veterinary Pain Management, Gaynor, J.S. & Muir III, W.W. (Eds), 3ª Edição, Elsevier Mosby, 98-110.
- Reisman, R. (2013) Veterinary Forensics: medical evaluation of abused live animals *in* Shelter Medicine for Veterinarians and Staff, Miller, L. & Zawistowski, S. (Eds), 2ª Edição, Wiley-Blackwell, 380-406.
- Robertson, S.A. (2002) What is pain? *Journal of The American Veterinary Medical Association*, 221 (2): 202-205.
- Rollin, B.E. (2011) Animal Pain: What it is and why it matters. *The Journal of Ethics*, 15 (4): 425-437.
- Roskov, Y.; Abucay, L.; Orrell, T.; Nicolson, D.; Bailly, N.; Kirk, P.; Bourgoin, T.; DeWalt, R.E.; Decock, W.; De Wever, A.; Nieuken, E.v.; Zarucchi, J. & Penev, L.e. (2017) Catalogue of Life - 2016 Annual Checklist. <http://www.catalogueoflife.org/annual-checklist/2016/>, último acesso em 15 Abril 2017.
- Rowan, A.N. (1993) Cruelty to animals. *Anthrozoos*, VI (4): 218-220.
- Rowan, A.N. (1999) Cruelty and abuse to animals: a typology *in* Child abuse, domestic violence and animal abuse - linking the circles of compassion for prevention and intervention, Ascione, F.R. & Arkow, P., Purdue University Press, 328-334.
- Ruggiero, M.A.; Gordon, D.P.; Orrell, T.M.; Bailly, N.; Bourgoin, T.; Brusca, R.C.; Cavalier-Smith, T.; Guiry, M.D. & Kirk, P.M. (2015) A Higher Level Classification of All Living Organisms. *PLOS ONE*, 10 (4): e0119248.
- SGMAI [Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna] (2016) Violência Doméstica - 2015. Relatório anual de monitorização. *Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna*,

- <http://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/Rel%20VD%202015.pdf>, último acesso em 26 Abril 2017.
- Sharpe, M.S. & Wittum, T.E. (1999) Veterinarian involvement in the prevention and intervention of human violence and animal abuse: A survey of small animal practitioners. *Anthrozoos*, 12 (2): 97-104.
- Sneddon, L.U.; Elwood, R.W.; Adamo, S.A. & Leach, M.C. (2014) Defining and assessing animal pain. *Animal Behaviour*, 97 201-212.
- SSI [Serviço de Segurança Interna do Ministério da Administração Interna] (2017) Relatório Anual de Segurança Interna 2016. *Serviço de Segurança Interna - Ministério da Administração Interna*, <http://www.portugal.gov.pt/media/26816790/20170331-pm-rasi.pdf>, último acesso em 4 Abril 2017.
- Strand, E.B. & Faver, C.A. (2005) Battered women's concern for their pets: a closer look. *Journal of Family Social Work*, 9 (4): 39-58.
- The Links Group (2013) Recognizing abuse in animals and humans. *The Links Group*, <http://www.thelinksgroup.org.uk/wccms-resources/8/0f543c57-0479-11e5-9dd2-0050568626ea.pdf>, último acesso em 15 Março 2017.
- Tiplady, C. (2013) What is animal abuse? in *Animal Abuse: helping animals and people*, Tiplady, C. (Ed), CABI, 3-7.
- Tong, L.J. (2014) Fracture characteristics to distinguish between accidental injury and non-accidental injury in dogs. *Veterinary Journal*, 199 (3): 392-398.
- Unti, B. (2008) Cruelty indivisible: historical perspectives on the link between cruelty to animals and interpersonal violence in *The International Handbook of Animal Abuse and Cruelty: Theory, Research, and Application*, Ascione, F. (Ed), Purdue University Press, 7-30.
- Verlinden, S.; Hersen, M. & Thomas, J. (2000) Risk factors in school shootings. *Clinical Psychology Review*, 20 (1): 3-56.
- Vermeulen, H. & Odendaal, J.S.J. (1993) Proposed typology of companion animal abuse. *Anthrozoos*, 6 (4): 248-257.
- Vieira, A.; Ajuda, I. & Stilwell, G. (2011) Bem estar de ruminantes. *Ruminantes*, (3): 46-47.
- Vladimirov, N. & Sourjik, V. (2009) Chemotaxis: how bacteria use memory. *Biological Chemistry*, 390 (11): 1097-1104.
- Volant, A.M.; Johnson, J.A.; Gullone, E. & Coleman, G.J. (2008) The relationship between domestic violence and animal abuse: an Australian study. *Journal of Interpersonal Violence*, 23 (9): 1277-1295.
- Webster, J. (2005a) Challenge and Response in *Animal Welfare: limping towards Eden*, Blackwell Publishing, 24-45.
- Webster, J. (2005b) Limping towards Eden: stepping stones in *Animal Welfare: limping towards Eden*, Blackwell Publishing, 249-271.
- Webster, J. (2005c) Introduction: Facts and Values in *Animal Welfare: limping towards Eden*, Blackwell Publishing, 1-23.
- Webster, J. (2005d) Animals as Pets in *Animal Welfare: limping towards Eden*, Blackwell Publishing, 227-248.
- WHO [World Health Organization] (2002) Violence – a global public health problem in *World Report on Violence and Health*, Krug, E., G.; Dahlberg, L.L.; Mercy, J.A.; Zwi, A.B. & Lozano, R. (Eds), World Health Organization, 1-21,

http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/42495/1/9241545615_eng.pdf, último acesso em 10 Fevereiro 2017.

- Wiese, A.J. (2015) Assessing Pain: pain behaviors *in* Handbook of Veterinary Pain Management, Gaynor, J.S. & Muir III, W.W. (Eds), 3ª Edição, Elsevier Mosby, 67-97.
- Wiese, A.J. & Yaksh, T.L. (2015) Nociception and pain mechanisms *in* Handbook of Veterinary Pain Management, Gaynor, J.S. & Muir III, W.W. (Eds), 3ª Edição, Elsevier Mosby, 10-41.
- Williams, A.C.d.C. & Craig, K.D. (2016) Updating the definition of pain. *PAIN*, 157 (11): 2420-2423.
- Williams, V.M.; Dale, A.R.; Clarke, N. & Garrett, N.K.G. (2008) Animal abuse and family violence: survey on the recognition of animal abuse by veterinarians in New Zealand and their understanding of the correlation between animal abuse and human violence. *New Zealand Veterinary Journal*, 56 (1): 21-28.
- Wiseman-Orr, M.L.; Scott, E.M.; Reid, J. & Nolan, A.M. (2006) Validation of a structured questionnaire as an instrument to measure chronic pain in dogs on the basis of effects on health-related quality of life. *American Journal of Veterinary Research*, 67 (11): 1826-1836.
- Woolf, C.J. (1989) Recent advances in the pathophysiology of acute pain. *British Journal of Anaesthesia*, 63 (2): 139-146.

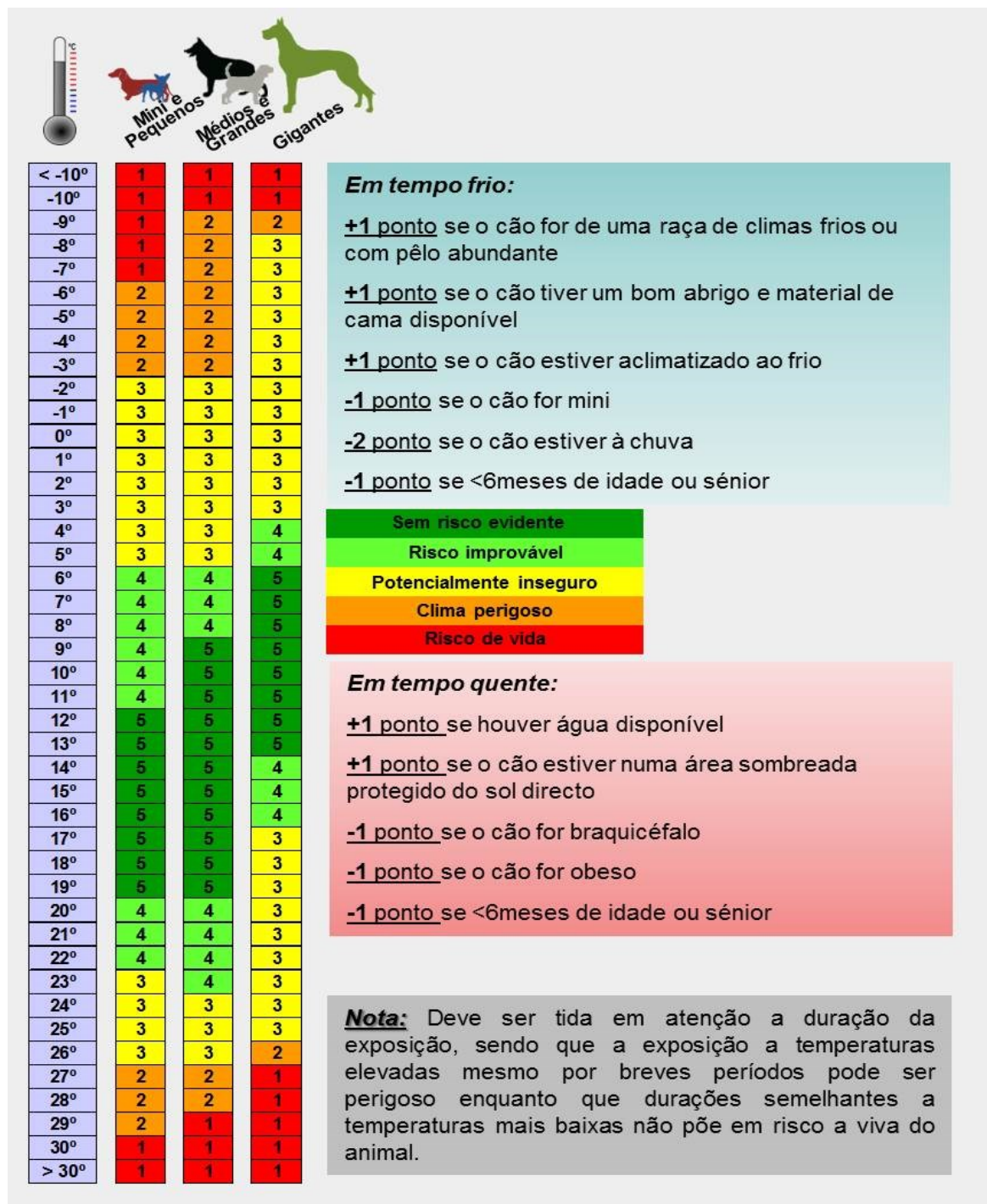
7. ANEXOS

ANEXO I – Tabelas adaptadas de avaliação de temperatura e salubridade



ASMoreira 2016

TABELA Temperatura



Adaptado por Anabela Santos Moreira de:

- Patronek, G.J. "Animal cruelty, abuse, and neglect" in "Shelter Medicine for Veterinarians and Staff", editado por Miller, L. e Zawistowski, S., Wiley-Blackwell, 1ª edição, 2004.

- Patronek, G.J. "Tufts Animal Care and Condition (TACC) scales for assessing body condition, weather and environmental safety, and physical care in dogs", disponível em <http://vet.tufts.edu/wp-content/uploads/tacc.pdf>



ASMoreira 2016

TABELA Salubridade

AMBIENTE – no caso presente refere-se ao canil, cela, terreiro, jaula, estábulo, divisão, espaço disponível de corrente ou qualquer outro recinto ou área onde o animal esteja confinado ou passe a maior parte do tempo.

1 IMUNDO

- Vários dias a semanas de acumulação de fezes e/ou urina no recinto onde o animal está;
- Odor intenso, que pode dificultar a respiração;
- Grande quantidade de lixo, entulho e detritos que impede o descanso confortável, posturas normais e/ou representa um perigo para o animal;
- Grande dificuldade ou impossibilidade do animal escapar ao contacto com fezes, urina, lama ou água estagnada;
- Alimento ou água de abeberamento contaminados e recipientes sujos.

2 MUITO INSALUBRE

- Muitos dias de acumulação de fezes e/ou urina no recinto onde o animal está;
- Odor apreciável que torna a respiração desagradável;
- Quantidade moderada de lixo, entulho e desordem que pode impedir o descanso confortável e/ou movimento do animal, com possibilidade de lesões devido a arestas cortantes ou presença de vidros;
- Dificuldade do animal escapar ao contacto com fezes, urina, lama ou água estagnada.
- Alimento ou água de abeberamento contaminados e recipientes sujos.

3 INSALUBRE

- Alguns dias de acumulação de fezes e/ou urina no recinto onde o animal está;
- Odor moderado;
- Existência de lixo, entulho e detritos mas que não impede o descanso confortável ou posturas normais podendo interferir com o movimento normal ou apresentar perigo de o animal se enredar mas sem arestas cortantes ou vidros presentes;
- O animal consegue evitar o contacto com fezes, urina, lama ou água estagnada;
- Alimento ou água de abeberamento não contaminados e recipientes sujos.

4 ACEITÁVEL

- Um a dois dias de acumulação de fezes e/ou urina no recinto onde o animal está;
- Sem odor;
- Sem lixo, entulho ou detritos que impeçam o descanso confortável, posturas normais ou interfiram com o movimento normal ou apresentem perigo para o animal;
- Alimento ou água de abeberamento não contaminados e recipientes não adequadamente limpos.

5 ADEQUADO

- Piso seco e sem fezes e/ou urina;
- Sem odor;
- Sem lixo, entulho ou detritos que impeçam o descanso confortável, posturas normais, interfiram com o movimento normal ou apresentem perigo para o animal;
- Alimento ou água de abeberamento frescos e recipientes limpos.

Nota: As condições listadas não necessitam de estar todas presentes para que um animal seja incluído numa categoria específica. O utilizador deve determinar qual a categoria que melhor descreve a condição particular em que o animal se encontra.

Adaptado por Anabela Santos Moreira de:

- Patronek, G.J. "Animal cruelty, abuse, and neglect" in "Shelter Medicine for Veterinarians and Staff", editado por Miller, L. e Zawistowski, S. , Wiley-Blackwell, 1ª edição, 2004.
- Patronek, G.J. "Tufts Animal Care and Condition (TACC) scales for assessing body condition , weather and environmental safety, and physical care in dogs", disponível em <http://vet.tufts.edu/wp-content/uploads/tacc.pdf>

ANEXO II – Questionário

Apresentação

Autoria: Este questionário foi elaborado por Anabela de Sousa Santos da Silva Moreira, Médica Veterinária, com o apoio do Professor Doutor João Manuel Moreira (Faculdade de Psicologia/ULisboa). Os seus resultados serão publicamente apresentados e discutidos pela autora, no âmbito da sua dissertação de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, sob orientação do Professor Doutor Jorge Costa Santos (Faculdade de Medicina/ULisboa), não excluindo a sua divulgação através de publicações científicas nacionais ou internacionais.

Objectivo: Este questionário, dirigido exclusivamente a Médicos Veterinários que exerçam no território português, pretende avaliar o seu grau de percepção e reconhecimento dos maus tratos sobre animais de companhia, listar as causas mais frequentes quando há suspeita ou evidência da sua ocorrência e apreciar as atitudes dos Médicos Veterinários perante casos de suspeita ou evidência de maus tratos sobre animais e/ou sobre pessoas que com eles convivam.

O questionário é anónimo, pode ser interrompido em qualquer altura e o tempo estimado para o seu preenchimento é menos de 10 minutos. Cada colega deverá preencher o questionário apenas uma vez. No caso de ter passado uma questão sem a responder, ser-lhe-á indicado qual a resposta em falta.

Para qualquer pedido de informação, esclarecimento ou outro assunto relacionado com o questionário estarei disponível através do email maltrato.quest@gmail.com

Obrigado desde já pela disponibilidade demonstrada
Anabela S. Moreira, Médica Veterinária

Entendi o objectivo do questionário e concordo que as respostas sejam utilizadas para o projecto descrito

Aceito continuar o questionário



Prefiro não responder



Dados Demográficos e Funcionais

Género

- ☐ Masculino
☐ Feminino

Idade

- ☐ 30 anos ou inferior
☐ 31-40 anos
☐ 41-50 anos

- ☐ 51-60 anos
- ☐ 60-70 anos
- ☐ 71 anos ou superior

Ano de obtenção do Diploma de Médico Veterinário

- ☐ anterior a 1966
- ☐ 1966-1975
- ☐ 1976-1985
- ☐ 1986-1995
- ☐ 1996-2005
- ☐ 2006-2016

Distrito ou região onde exerce funções relacionadas com Medicina Veterinária

Tipo de zona em que exerce funções relacionadas com a Medicina Veterinária

- ☐ Predominantemente Urbana
- ☐ Predominantemente Rural

Escolha a(s) opção(ões) que melhor descreve(m) a sua actividade profissional nos últimos 5 anos

(Notas: assinale todas a que se apliquem)

- ☐ Medicina e Cirurgia
- ☐ Sanidade Animal
- ☐ Saúde Pública
- ☐ Tecnologia Alimentar
- ☐ Segurança Alimentar
- ☐ Inspeção Alimentar
- ☐ Investigação
- ☐ Ensino
- ☐ Diagnóstico
- ☐ Serviços (Administração Pública)

☐ Serviços (Entidades privadas que não de âmbito clínico)

☐ Outra (especifique)

Exerceu durante os últimos 5 anos funções como Médico Veterinário de um Município, independentemente do tipo de vínculo laboral?

☐ Sim

☐ Não

Escolha a opção que melhor caracteriza o tipo de animais que recorrem por rotina aos seus serviços.

(Nota: escolha todas a que se aplicam)

☐ Animais de Companhia (incluindo exóticos e os que tenham funções de trabalho, de assistência ou utilizados em actividades cinegéticas)

☐ Animais de Produção

☐ Animais de Desporto (nomeadamente Equinos)

☐ Animais de Zoo

☐ Animais Silvestres

☐ Outros (especifique)

Escolha a opção que melhor caracteriza o tipo de estrutura onde exerce

(Nota: se trabalha em mais do que um local com estruturas diferentes, escolha aquela onde exerce maior percentagem de tempo)

☐ Hospital

☐ Clínica

☐ Consultório

☐ Domiciliar

☐ Outra (especifique)

Abuso e Negligência Animais de Companhia

Estime quantas vezes, nos últimos 5 anos, suspeitou ou teve a certeza que um animal consultado tinha sido sujeito a maus tratos.

(Nota: Para responder a esta questão e seguintes deverá considerar como mau trato ou abuso: "Mau trato físico ou negligência deliberados resultando em sintomas que requerem intervenção médico-veterinária")

- ☐ nenhuma
- ☐ 1-5
- ☐ 6-10
- ☐ 11-15
- ☐ 16-20
- ☐ mais de 20

Nos últimos 5 anos, dos casos em que suspeitou ou teve a certeza de mau trato, qual a frequência relativa com que assistiu cada espécie/grupo?

	Frequentemente	Algumas vezes	Raramente	Nunca
Canídeos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Felídeos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aves	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Leporídeos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pequenos Roedores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Répteis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Peixes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Nos últimos 5 anos, dos casos em que suspeitou ou teve a certeza de mau trato, qual a espécie/grupo mais frequente?

- ☐ Canídeos
- ☐ Felídeos
- ☐ Aves
- ☐ Leporídeos
- ☐ Pequenos roedores
- ☐ Répteis
- ☐ Peixes
- ☐ Outro (especifique)

Assinale os sinais clínicos/lesões observados nos animais que suspeitou ou teve a certeza de terem sido sujeitos a maus tratos.

(Nota: assinale todos os que se apliquem)

- ☐ Equimoses e/ou hematomas
- ☐ Lacerações
- ☐ Fracturas de membros

- ☐ Fracturas de costelas
- ☐ Cauda partida
- ☐ Contusões abdominais
- ☐ Trauma oftálmico
- ☐ Trauma auricular
- ☐ Trauma genital (incluindo abuso sexual e castrações "caseiras")
- ☐ Trauma na cabeça
- ☐ Queimaduras químicas
- ☐ Queimaduras térmicas (incluindo escaldão por derrame de líquidos, queimaduras de cigarros)
- ☐ Concussão
- ☐ Dentes partidos ou em falta
- ☐ Golpe de calor
- ☐ Envenenamento
- ☐ Condição corporal má (1 a 3 em 9, escala Purina)
- ☐ Condição do pêlo e/ou unhas má
- ☐ Outras (especifique)

Nos casos em que suspeitou ou teve a certeza de estar perante um caso de mau trato sobre um animal, teve suspeitas ou conhecimento de quem o teria infligido?

- ☐ Não, em nenhum caso tive a certeza nem sequer a suspeita de quem poderia ter sido
- ☐ Sim, embora raramente (em menos de 25% dos casos)
- ☐ Sim, ocasionalmente (entre 25% a 50% dos casos)
- ☐ Sim, muitas vezes (entre 50% a 75% dos casos)
- ☐ Sim, frequentemente (entre 75% a 100% dos casos)

Excluindo os casos em que o estímulo iatrogénico foi de mau trato, assinale os sinais/sintomas/situações que sinalizaram ou fizeram aumentar o seu índice de suspeição de que estivesse na presença de um caso de mau trato do animal.

(Nota: Assinale todos os que se apliquem)

- ☐ Relutância do cliente em fornecer detalhes da história
- ☐ A história dada não era plausível ou foi mudando ao longo do tempo
- ☐ Houve um atraso em procurar ajuda médica
- ☐ Houve falta de interesse no diagnóstico e/ou estado do animal
- ☐ As lesões/estado do animal eram inconsistentes com a história contada
- ☐ O tipo de lesões
- ☐

☐ A gravidade das lesões
 ☐ Evidência de trauma anterior não explicado
 ☐ Evidência de trauma repetido
 ☐ Houve conhecimento de trauma noutros animais pertencentes ao cliente
 ☐ Houve conhecimento de lesões ou mortes inexplicadas noutros animais pertencentes ao cliente
 ☐ Quando questionado, o cliente justificou-se apontando culpa a terceiros
 ☐ O animal aparentou ter medo do cliente
 ☐ O animal aparentou, no geral, ter medo das pessoas
 ☐ O animal aparentou ser submisso/subjugado ou excessivamente agressivo
 ☐ O animal mostrou-se mais relaxado quando separado do cliente
 ☐ Outros (especifique)

No total dos casos em que suspeitou ou teve a certeza que o animal era sujeito a maus tratos, alguma vez suspeitou ou viu evidências de que também haveria mau trato a pessoas do núcleo familiar onde o animal vivia, nomeadamente sobre crianças, adolescentes, idosos e/ou cônjuge?

(Nota: por crianças e adolescentes entende-se menores, independentemente do vínculo de parentesco com os adultos com quem coabitam; por cônjuge entende-se o elemento de uma relação formal de casamento ou união de facto)

☐ Nunca pensei nesse aspecto e portanto não consigo responder
☐ Não, nunca suspeitei nem vi evidências
☐ Sim, já suspeitei ou vi evidências

Atitude e Crença dos MVeterinários perante o abuso de animais

Perante um caso suspeito ou evidente de maus tratos sobre um animal presente à consulta, o Médico Veterinário poderá actuar de diferentes modos. Indique o seu grau de concordância com as atitudes listadas abaixo.

(Nota: os valores extremos denotam uma concordância ou discordância total com a afirmação, o valor médio denota uma posição neutra de não ter uma opinião formada, os valores intermédios indicam uma concordância ou discordância parcial com a afirmação)

	Concordo em absoluto	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo em absoluto
Não fazer nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Perguntar ao cliente se o animal sofreu mau trato	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informar o cliente do que é o mau trato e explicar por que é que certas atitudes são consideradas abuso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orientar o cliente de como agir e a quem se dirigir para registar/denunciar uma situação de mau trato	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Denunciar todos os casos de mau trato de que tenha conhecimento directo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Denunciar apenas os casos graves	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	Concordo em absoluto	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo em absoluto

Por vezes poderá haver relutância, por parte dos Médicos Veterinários, em denunciar casos evidentes ou suspeitos de maus tratos sobre animais de companhia que tenham conhecimento durante o exercício das suas funções. Indique o seu grau de concordância relativamente às causas listadas.

(Nota: os valores extremos denotam uma concordância ou discordância total com a afirmação, o valor médio denota uma posição neutra de não ter uma opinião formada, os valores intermédios indicam uma concordância ou discordância parcial com a afirmação)

	Concordo em absoluto	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo em absoluto
Não saber como proceder	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter a convicção que não adiantará nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter medo de retaliações agressivas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter medo de perder o cliente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não ter a certeza absoluta se foi mesmo mau trato	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter medo de retaliações legais por parte do visado se, posteriormente, não for provado o mau trato	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter que pedir levantamento do sigilo profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gastar muito tempo a elaborar toda a documentação do caso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Indique o seu grau de concordância relativamente às afirmações apresentadas abaixo.

(Nota: os valores extremos denotam uma concordância ou discordância total com a afirmação, o valor médio denota uma posição neutra de não ter uma opinião formada, os valores intermédios indicam uma concordância ou discordância parcial com a afirmação)

	Concordo em absoluto	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo em absoluto
"Os Médicos Veterinários têm a responsabilidade moral de intervir quando suspeitam de mau trato animal"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Se me fosse apresentado um animal que suspeitasse ter sido sujeito a maus tratos sinto que possuo os recursos/conhecimentos necessários para oferecer ajuda na prevenção da recorrência"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Acredito que entendo os meus direitos e responsabilidades legais se suspeitar de mau trato sobre um animal"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Durante o curso de Medicina Veterinária recebi formação e informação adequada para o reconhecimento e prevenção dos maus tratos sobre animais"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Durante a sua actividade profissional o Médico Veterinário, pode deparar-se com situações suspeitas ou evidentes de abuso sobre uma pessoa do núcleo familiar onde vive o animal que está a consultar, independentemente de o animal apresentar ou não sinais de maus tratos. Perante um cenário hipotético idêntico ao descrito acima, indique o seu grau de concordância com as atitudes listadas abaixo.

(Nota: os valores extremos denotam uma concordância ou discordância total com a afirmação, o valor médio denota uma posição neutra de não ter uma opinião formada, os valores intermédios indicam uma concordância ou discordância parcial com a afirmação)

	Concordo em absoluto	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo em absoluto
Não fazer nada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Perguntar directamente ao cliente se há situações de violência doméstica no núcleo familiar onde o animal vive	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informar o cliente o que é violência doméstica e explicar por que é que certas atitudes são consideradas abuso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orientar o cliente de como agir e a quem se dirigir para registar/denunciar uma situação de violência doméstica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Denunciar todos os casos de violência doméstica que tenha conhecimento durante o exercício profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Denunciar os casos graves de violência doméstica que tenha conhecimento durante o exercício profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Indique o seu grau de concordância relativamente às afirmações apresentadas abaixo.

(Nota: os valores extremos denotam uma concordância ou discordância total com a afirmação, o valor médio denota uma posição neutra de não ter uma opinião formada, os valores intermédios indicam uma concordância ou discordância parcial com a afirmação)

	Concordo em absoluto	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo em absoluto
"Pessoas que maltratam os seus animais são mais propensas a maltratar as suas crianças"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Pessoas que maltratam os seus animais são mais propensas a maltratar os seus cônjuges"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Pessoas que maltratam animais são mais propensas a cometer outro tipo de crimes"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Os Médicos Veterinários têm a responsabilidade moral de intervir quando suspeitam de violência doméstica no núcleo familiar onde o animal apresentado à consulta vive"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Se no desempenho das minhas funções suspeitasse que ocorria abuso sobre uma criança ou um cônjuge do núcleo familiar onde o animal vive, sinto que disponho de recursos/conhecimentos necessários para oferecer ajuda" (por exemplo encaminhamento para organizações/entidades de ajuda e/ou apoio)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
"Acredito que entendo os meus direitos e responsabilidades legais se suspeitar de abuso de uma criança ou cônjuge"	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Estaria disponível para receber informação sobre um estudo (e eventualmente colaborar), desenhado especificamente para recolher informação que permita caracterizar detalhadamente situações de mau trato a animais de companhia em Portugal?

☐ Sim

☐ Não

Obrigado colega por se disponibilizar a colaborar num futuro trabalho com objectivos mais específicos. De modo a ser incluído no painel de colaboradores, informe-me por favor para o endereço maltrato.quest@gmail.com a sua disponibilidade em colaborar.

Note que o acesso ao email fornecido não quebra o anonimato DESTE questionário.

Agradeço mais uma vez a sua disponibilidade
Anabela Moreira